

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**RUÍNAS E MEMÓRIAS NO NEOEXTRATIVISMO MINEIRO:
A CONSTRUÇÃO DO DESASTRE DA SAMARCO COMO TRAUMA CULTURAL**

Natanael de Alencar Santos

São Carlos/SP

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**RUÍNAS E MEMÓRIAS NO NEOEXTRATIVISMO MINEIRO:
A CONSTRUÇÃO DO DESASTRE DA SAMARCO COMO TRAUMA CULTURAL**

Natanael de Alencar Santos

**Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia como
requisito parcial à obtenção do título
de Doutor em Sociologia**

**Orientadora: Prof.^a Dr.^a Samira Feldman
Marzochi**

São Carlos–SP

2025

Santos, Natanael de Alencar

Ruínas e memórias no neoextrativismo mineiro: a construção do desastre da Samarco como trauma cultural / Natanael de Alencar Santos -- 2025.
191f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos,
campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Samira Feldman Marzochi

Banca Examinadora: Henri Acselrad, Bruno Milanez,
Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio, Rodrigo

Constante Martins

Bibliografia

1. Desastre da Samarco . 2. Neoextrativismo;. 3. Trauma cultural. I. Santos, Natanael de Alencar. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Natanael de Alencar Santos, realizada em 13/11/2025.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Samira Feldman Marzochi (UFSCar)

Prof. Dr. Henri Acselrad (UFRJ)

Prof. Dr. Bruno Milanez (UFJF)

Profa. Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio (UFSCar)

Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

El sueño de la razón produce monstruos - Francisco Goya (1746 – 1828)

AGRADECIMENTOS

Nos anos que dediquei a esta pesquisa, acumulei um precioso volume de contribuições. Delas, sorvi aprendizados que me asseguraram a competência e a destreza científica necessárias. Se há algo de valioso nesta tese, devo a este distinto cortejo de aliados. É toda minha, contudo, a responsabilidade por quaisquer erros.

Agradeço, em primeiro lugar, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos e ao seu diligente corpo de funcionários. Em especial, devo à Professora Maria Aparecida de Moraes Silva o acolhimento da proposta inicial da pesquisa, a aquilatação de muitas das chaves de leitura e o olhar metodológico ao mesmo tempo rígido e sensível aos dados qualitativos. Também tive a sorte e o privilégio de receber o valioso acompanhamento profissional da Professora Samira Feldman Marzochi. Sem ela, a tarefa de concluir e trazer este empreendimento a público teria sido gravemente comprometida. Agradeço ainda ao esforço cuidadoso dos membros da banca de qualificação e de defesa, professores Henri Acselrad, Bruno Milanez, Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio e Rodrigo Constante Martins, em propor rotas bem mais aperfeiçoadas para o argumento da tese.

Na jornada até a versão final, mantive um diálogo constante com a comunidade acadêmica, em um ambiente de aprimoramento intelectual e incentivo mútuo. Graças aos professores Aécio Amaral (UFPB), Leila Dawney (Universidade de Exeter, Reino Unido) e Rose Segurado (PUC-SP), realizamos o *Seminário Cartografia das Ruínas do Antropoceno Brasileiro: Desastres, Traumas e Resiliências nos Setores de Mineração e Indústria Naval*, com apoio da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em dezembro de 2021.

Em 2022, pude participar do *46º Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, no Simpósio de Pesquisas Pós-Graduadas, em Grupo de Trabalho intitulado *Ciências Sociais e Desastres Socioambientais: Diálogos Urgentes*, coordenado por Fábio Bacchiogga (IEA/USP (Cidades Globais) e Maryanne Rizzo Correa da Costa Galvão (UFPI), a quem agradeço os comentários e incentivos.

Em 2023, no *XX Congresso Mundial da Associação Internacional de Sociologia*, integrei as discussões do Comitê de Pesquisa 39 — Sociologia dos

Desastres, no Grupo de Trabalho *Decolonizing Disasters Studies in the Global South: First-Hand Research Experiences*, coordenado por Victor Marchezini (CEMADEN) e Andrea Lampis (Universidade de Udine, Itália), pesquisadores que puderam indicar bons caminhos para o trabalho. Também em 2023, participei do 2º Congresso da Rede Internacional de Sociologia das Sensibilidades no Grupo de Trabalho *Politics of Emotions in the Era Capitalocene: Exploring the Universe of End-of-the-World Sensitivities*, coordenado por Horacio Machado Araújo, a quem sou grato pelo aprimoramento de percepções e análises.

Finalmente, em 2025, pude aprender com pesquisadores do *Centro para Imaginação Crítica: Economia Política e Cidadania*, sediado no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), durante edição do *Summer School*, ocasião em que ampliei profundamente perspectivas a respeito do neoextrativismo. Dessa maneira, o conteúdo da tese, de forma compartimentada, circulou e foi substancialmente discutido, validado e refinado por pares.

Sem a receptividade da Comissão dos Atingidos pela Barragem do Fundão (CABF) e da Caritas-MG, o trabalho de campo em Mariana teria sido árido e infértil. Sem o apoio de Estefania Momm (FAUUSP), Mariana Viana (Instituto Guaicuy) e Wilson Costa, esta tese padeceria de grandes fragilidades.

Os amigos que também foram leitores e comentadores ao longo de todas as etapas da materialização desta pesquisa garantiram a confiança para firmar cada passo. Agradeço ao afeto e à imensa gentileza de Bruno Bandeira (UESPI/PUC-RJ), Eliziane Oliveira (UFRJ), Edmilson Gomes (UFPB), Francisca Cardoza (UFC), Idayane Soares (Freie Universität, Berlim), Jefferson Snard (MP-MA), Lucas Mendes (UFC), Geovane Pereira (UFC), Lucas Vieira (Coletivo Antonia Flor), Natasha Karenina (UESPI/UFPI), Valmir Macedo (AEDAS) e Williane Pontes (UFPB).

Ao longo destes anos e de todo o aprendizado que reemaranhou minha mente e que me tornou, graças a grandes esforços (e alguma sorte), um pesquisador minimamente melhor, nunca faltou o incentivo poderoso dos meus pais. Mesmo que frequentemente à distância, a torcida e o carinho da minha família foram combustíveis infinitos, emanando sempre uma energia rara e sanguínea que me encheu de coragem, vigor e seriedade. Que tenhamos mais tempo para longos abraços.

RESUMO

Em um contexto de mundo danificado pela mineração, como coletividades afetadas pelo rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, articulam suas memórias e sofrimentos sociais para lidar com os danos sociais de longa duração? Meu objetivo é investigar que impactos esse trabalho de memória projetou nas identidades coletivas das pessoas atingidas e na relação com os empreendimentos mineradores. Reforço o argumento de que o evento crítico desencadeou uma situação de sofrimento social duradoura; que emergiu dele uma nova estrutura de sentimento entre as coletividades atingidas; e que o desastre da Samarco teve consequências identitárias de tal magnitude que pode ser lido como um trauma cultural. Para isso, mobilizo asserções principalmente dos campos da Ecologia Política, da Sociologia dos Desastres e da Sociologia da Cultura. A metodologia empregada é da natureza qualitativa, centrada na análise documental e de conteúdo, em especial de edições do Jornal A Sirene, de matrizes de danos produzidas por organizações ligadas à defesa dos direitos das pessoas atingidas, da Campanha Revida Mariana; também produzo considerações a partir de dados coletados via trabalho de campo. Ao tatear as memórias que brotam nas ruínas do neoextrativismo mineiro, a estrutura de sentimento emergente, as perspectivas de futuro que elas impulsionam, a materialização ou não das intenções, experiências e concepções dos sujeitos atingidos nas disputas por reparação, defendo que este conjunto de expedientes são decisivos para melhor interpretar o tipo, a intensidade, a duração e as formas de mitigação de danos ocasionadas pelo desastre em tela.

Palavras-chave: desastre da Samarco; Mariana; neoextrativismo; memória coletiva; trauma cultural; sofrimento social.

ABSTRACT

In a global context marked by the devastation of mining, this study investigates how collectives affected by the Samarco dam collapse in Mariana articulate their memories and social suffering to address long-term social damages. The primary objective is to examine the impact of this work of memory on the collective identities of the affected populations and on their relationship with mining enterprises. The research posits that the critical event triggered a situation of sustained social suffering, from which a new structure of feeling emerged among the affected communities. Furthermore, it is argued that the identity-related consequences of the Samarco disaster were of such magnitude that the event can be conceptualized as a cultural trauma. To support these claims, the research draws upon key theoretical frameworks from the fields of Political Ecology, Sociology of Disasters, and Sociology of Culture. The methodology employed is qualitative, centered on documentary and content analysis. Specific materials analyzed include editions of the newspaper *Jornal A Sirene*, damage matrices produced by organizations dedicated to defending the rights of the affected individuals, and documents from the *Campanha Revida Mariana*. Additionally, the study incorporates considerations derived from data collected through fieldwork. By examining the memories that emerge from the ruins within mining neoextractivism, the nascent structure of feeling, the future perspectives they engender, and the degree to which the intentions, experiences, and conceptions of the affected subjects are materialized in the disputes over reparation, this research contends that these expedients are crucial for a more precise interpretation of the type, intensity, duration, and forms of damage mitigation resulting from the disaster under consideration.

Keywords: Samarco disaster; Mariana; Neoextractivism; collective memory; cultural trauma; social suffering.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 - CHAVES DE LEITURA.....	29
1.2 - A mineração sob as lentes da Ecologia Política.....	33
1.3 - O desastre da Samarco sob as lentes da Sociologia dos Desastres.....	45
1.4 - Sofrimento Social e Trauma cultural em Mariana.....	51
1.5 - As vicissitudes do trabalho de Memória em Mariana pós-rompimento.....	60
CAPÍTULO 2 - CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	69
2.1 - O Jornal A Sirene.....	70
2.2 - Trabalho de campo.....	72
2.3 - Análise de conteúdo da campanha #100DiasporMariana.....	74
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DO JORNAL A SIRENE.....	81
CAPÍTULO 4 - TRABALHO DE CAMPO EM MARIANA.....	99
4.1 - Caminhar pela cidade.....	102
4.2 - Buscando aliados institucionais.....	104
4.3 - Reunião CODEMA — primeira mirada ao cenário burocrático do conflito.....	105
4.4 - Primeira visita às ruínas de Bento Rodrigues.....	106
4.5 - Diálogos sobre a repactuação — reunião em Mariana e em Barra Longa.....	111
4.6 - Reunião na Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão.....	116
4.7 - Interlocuções com informantes especializados.....	119
4.8 - A segunda ida às ruínas — um encontro com os Loucos Pelo Bento.....	120
4.9 - Reconstituo o mundo estilhaçado dos “Loucos pelo Bento”.....	128
4.10 - Despedida, partida e percepções do cotidiano.....	136
CAPÍTULO 5 - MATRIZES DE DANOS, ASSESSORIAS TÉCNICAS E A BUSCA DE REPARAÇÃO INTEGRAL AO DESASTRE DA SAMARCO.....	138
5.1 - Descolonizando a reparação?.....	147
5.2 - Uma reparação impossível?.....	151
CAPÍTULO 6 - ANÁLISE DA CAMPANHA #100DIASPORMARIANA.....	153
6.1 - Justiça, memória e modulações do sofrimento: a campanha #100diasporMariana no julgamento da BHP.....	153
6.2 - Sociologizando as modulações de sentido na Campanha #100DiasPorMariana..	154
6.2.1 - Política da Piedade.....	154
6.2.2 - Política do luto.....	158
6.2.3 - As política de afetações e a política da resignação.....	162
6.3 - Discussão dos resultados.....	165
CAPÍTULO 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
REFERÊNCIAS.....	180

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Infográfico do percurso dos rejeitos de minério do desastre da Samarco. Fonte: Uol, 2015.

Figura 2 - Bento Rodrigues, pós-rompimento. Fonte: Rogério Alves/TV Senado, 2015.

Figura 3 - Mapa de Geolocalização da área da população residente afetada.

Figura 4 - Comunidades atingidas no município de Mariana. Fonte: Adaptado do estudo de Carvalho; Costa; Viana, 2020, "Museu Virtual: Mariana Território atingido" e "Cartografias Histórico-Sensoriais de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira: Gualaxo Vivo".

Figura 5 - Caracterização da população da região atingida: Variáveis Sociodemográficas. Fonte: Adaptado de FGV Projeto Rio Doce (2022).

Figura 6 - Caracterização da população de Mariana atingida: Variáveis Sociodemográficas. Fonte: Adaptado de FGV Projeto Rio Doce (2022).

Figura 7 - Localização da Barragem do Fundão. Fonte: Google Earth.

Figura 8 - Bento Rodrigues antes do rompimento da barragem do Fundão. Fonte: Google Earth.

Figura 9 - Bento Rodrigues depois do rompimento da barragem do Fundão. Fonte: Google Earth.

Figura 10 - Ilustração do percurso dos rejeitos de minério. Fonte: Roberto Torrubia/Revista Piauí, 2016.

Figura 11 - Mapa interativo criado pela Cáritas-MG que compõe acervo do Museu Virtual "Mariana Território Atingido". Fonte: Cáritas/MG.

Figura 12 - Peça do agrupamento "Capas". Fonte: Instagram, 2024.

Figura 13 - Peça do agrupamento Vídeos personalizados. Fonte: Instagram, 2024.

Figura 14 - Peça do agrupamento Imagens com informações. Fonte: Instagram, 2024.

Figura 15 - Capas do Jornal A Sirene de fevereiro de 2016 a dezembro de 2019. Fonte: Jornal A Sirene.

Figura 16 - Vista de parte da região central de Mariana. Fonte: autor, 2023.

Figura 17 - Fachada da Biblioteca do ICSA UFOP estampando a Exposição "Enquanto há vida, há luta!" com fotos do Jornal A Sirene e curadoria da ATI Caritas. Fonte: Google Street View.

Figura 18 - Reassentamento de Bento Rodrigues. Fonte: Fundação Renova.

Figura 19 - Imóvel em ruínas em Bento Rodrigues. Fonte: autor, 2023.

Figura 20 - Audiência pública para discutir o processo de repactuação pelo rompimento da Barragem de Fundão realizada dia 14/07/2023 na Escola Estadual Santa Godoy, em Mariana, Fonte: Jornal O Espeto, 2023.

Figura 21 - Audiência pública para discutir o processo de repactuação pelo rompimento da Barragem de Fundão realizada dia 14/07/2023 na Escola Estadual Santa Godoy, em Mariana, Fonte: Jornal O Espeto, 2023.

Figura 22 - Membros da CABF em reunião no escritório sede. Fonte: Cáritas.

Figura 23 - Imóvel em ruínas em Bento Rodrigues. Fonte: autor, 2023.

Figura 24 - Placa com a frase "Respeitem nossa MEMÓRIA" instalada pelos moradores de Bento Rodrigues em ruína do território. Fonte: autor, 2023.

Figura 25 - Almoço nas ruínas de Bento Rodrigues. Fonte: "Profissão Repórter" (Globo, 2023).

Figura 26 - Bodas de Prata de Marcos Muniz e Marinalda, em Bento Rodrigues pós-rompimento. Fonte: Jornal A Sirene, 2018.

Figura 27 - Placas espalhadas em vários lugares das ruínas de Bento Rodrigues sinalizam disputas travadas pelos moradores com a empresa mineradora. Fonte: autor, 2023.

LISTA DE SIGLAS

AATR — Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia
AC — Análise de Conteúdo
AEDAS — Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social
APPs — Áreas de Preservação Permanente
ATI — Assessoria Técnica Independente
BHP — Broken Hill Proprietary Company Limited
CABF — Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão
CAT — Centro Agroecológico Tamanduá
CIF — Comitê Interfederativo
CIMOS — Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público Estadual de Minas Gerais
CODEMA — Conselho Municipal do Meio Ambiente
ES — Espírito Santo
FAU-USP — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FEAM — Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais
FGV — Fundação Getúlio Vargas
FIOCRUZ — Fundação Oswaldo Cruz
GESTA — Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais
ICSA UFOP — Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto
ISM — Índice de Sustentabilidade da Mineração
JAS — Jornal A Sirene
MAB — Movimento dos Atingidos por Barragens
MG — Minas Gerais
MPE/ES — Ministério Público do Estado do Espírito Santo
MPE/MG — Ministério Público do Estado de Minas Gerais
MPF — Ministério Público Federal
NEAMP — Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política
ONU — Organização das Nações Unidas
PCMG — Polícia Civil de Minas Gerais
PCTRAMA — Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana
PF — Polícia Federal
PoEMAS — Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade
STF — Supremo Tribunal Federal
SIGBM — Sistema Integrado de Gestão de Barragens de Mineração
TTAC — Termo de Transação e Ajustamento de Conduta
UFJF — Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG — Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP — Universidade Federal de Ouro Preto

INTRODUÇÃO

Publicado em 1984, o poema *O maior trem do mundo*, de Carlos Drummond de Andrade, fala do processo extrativista mineral brasileiro, conectando-o com outras regiões do planeta. Em um trânsito ecológico desigual, vão-se as riquezas, para passar por processos de benfeitorias; fica a poeira, o fardo. Em 163 vagões, os minérios vão para o Canadá ou para o Japão, levando o que houver de valioso das montanhas, segue enunciando o poema. Destas, resta pouco ou mesmo nada. O pico do Cauê, em Itabira, foi picaretado até se tornar uma cava nua. Exaurida a jazida, o trem cessa sua viagem. Fere-se também a conexão entre identidade e território do poeta atingido pelo extrativismo mineral, “pois nem terra, nem coração existem mais”.

Rompida em novembro de 2015, a barragem do Fundão, instalada para conter os rejeitos da exploração de minério de ferro da Samarco, jorrou dezenas de milhões de toneladas de seu conteúdo tóxico armazenadas no Rio Doce. É considerado o maior desastre socioambiental brasileiro tanto em termos de quantidade de resíduos poluentes quanto em extensão territorial afetada (ver Figura 1 e 2). Segundo reportagem do Estado de Minas, “a produção da empresa em 2014 alcançou 25 milhões de toneladas de pelotas de minério de ferro e minério fino, 15,4% a mais que no ano anterior”¹, proporcionando lucros da ordem de R\$ 2,8 bilhões. A lógica entrevista por Drummond de Andrade em sua obra, mais de três décadas antes, já inferia tanto a intensidade do apetite espoliador quanto a predatória conexão entre escalas que a atividade mineral realiza.

¹ Lucro de um mês da Samarco paga multa milionária por tragédia.
https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/13/interna_gerais,707416/lucro-de-um-mes-paga-a-penalidade.shtml



Figura 1 - Infográfico do percurso dos rejeitos de minério do desastre da Samarco. Fonte: Uol, 2015



Figura 2 - Bento Rodrigues, pós-rompimento. Fonte: Rogério Alves/TV Senado, 2015.

O desastre da Samarco, que se desenrolou a partir do rompimento da barragem de Fundão, foi um evento de grande monta com profundos impactos sociais e ambientais. Foi classificado pela Defesa Civil como um desastre de nível IV devido aos seus prejuízos significativos. Analisado a partir de diversas fontes, incluindo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA, 2015), a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais (2021), o Ministério do Trabalho e Previdência Social (2016), Sánchez et al. (2018), Pinheiro et al. (2019), Salinas (2016), Batista Júnior, Vieira e Adams (2017) e o Grupo da Força-Tarefa (2016), é possível trazer para o primeiro plano alguns elementos da vultuosidade da devastação:

Ela resultou em 19 mortes, incluindo 14 trabalhadores (13 terceirizados e 1 empregado da Samarco) e 5 moradores do distrito de Bento Rodrigues. Milhares de pessoas foram atingidas direta e indiretamente. A população atingida é diversificada, incluindo comunidades rurais, povos e comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas) e populações urbanas em áreas de risco. Em Mariana, deixou 504 desabrigados e 308 desalojados; em Barra Longa, 55 desabrigados e 140 desalojados. Destaco que a área original do tricentenário distrito de Bento Rodrigues, foi completamente comprometida, sem possibilidade de reconstrução no mesmo local, o que demandou a realocação total das famílias. Lá viviam aproximadamente 600 habitantes, distribuídos em 236 famílias. As famílias perderam suas fontes de renda, referências culturais, religiosas e de lugar, o que trouxe transtornos aos seus valores intrínsecos e intangíveis. A perda da convivência com vizinhos e amigos devido ao deslocamento forçado comprometeu as relações comunitárias. Cerca de 85% da população local era negra, assim como era também aproximadamente 80% da população de Paracatu de Baixo. Em Mariana, o desastre causou a interrupção da produção rural, especialmente de lavouras anuais, hortaliças, frutíferas, eucalipto, pastagens e matas ciliares; houve a perda de 1.270,50 hectares de terras agrícolas e o prejuízo total estimado em propriedades rurais foi de R\$ 26.595.425,43. As perdas agrícolas e pecuárias totalizaram R\$ 1.978.222,08 e R\$ 21.365.091,50, respectivamente, nos municípios da microrregião. Especificamente em Mariana, o prejuízo econômico privado, envolvendo setores da agricultura, pecuária, comércio e serviços na região de

Mariana ultrapassam os R\$ 8 milhões. Por sua vez, os danos às infraestruturas públicas e privadas chegam a R\$ 103.488.031,00.

Os dados abaixo (Figuras 3 a 6) fornecem algumas outras informações pertinentes:

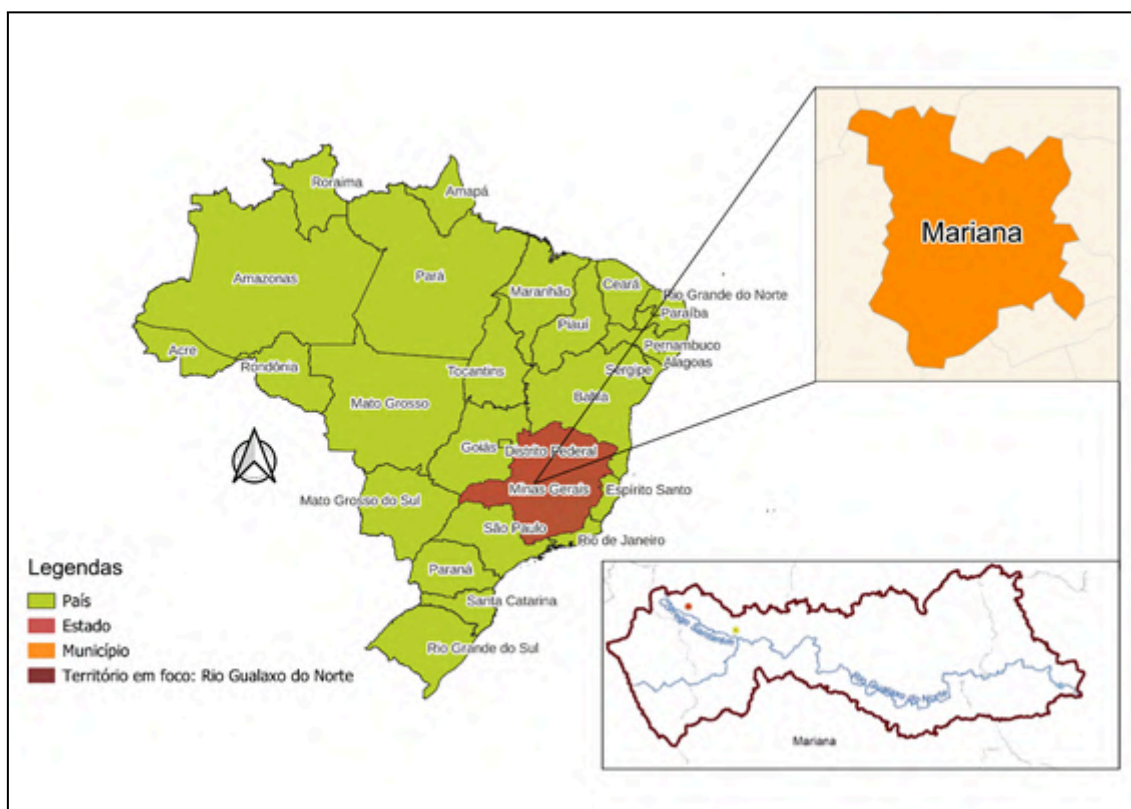


Figura 3 - Mapa de Geolocalização da área da população residente afetada. Elaborado por meio do Qgis Desktop, versão 3.36.3, com base em dados adaptados do IBGE 2022 e do estudo de Carvalho; Costa; Viana, 2020.

A região geográfica na qual se inserem comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão possui uma trajetória histórica de ocupação e organização social que ultrapassa 300 anos. Esse tecido comunitário, construído ao longo de gerações, foi profundamente impactado não apenas pela violência do desastre-crime, mas também pela lentidão e pelas deficiências nos processos de reparação posteriores. De acordo com levantamento realizado pela Cáritas (Maia e Zanardi, 2022), foram oficialmente identificadas e cadastradas 14 comunidades diretamente afetadas na bacia do rio Gualaxo do Norte, incluindo distritos, subdistritos e localidades. São elas: Santa Rita Durão, Bento Rodrigues, Camargos,

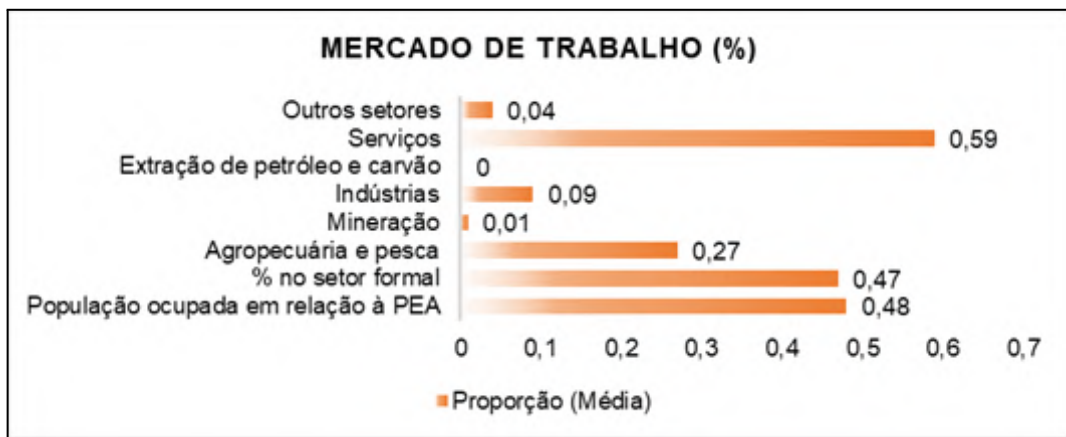
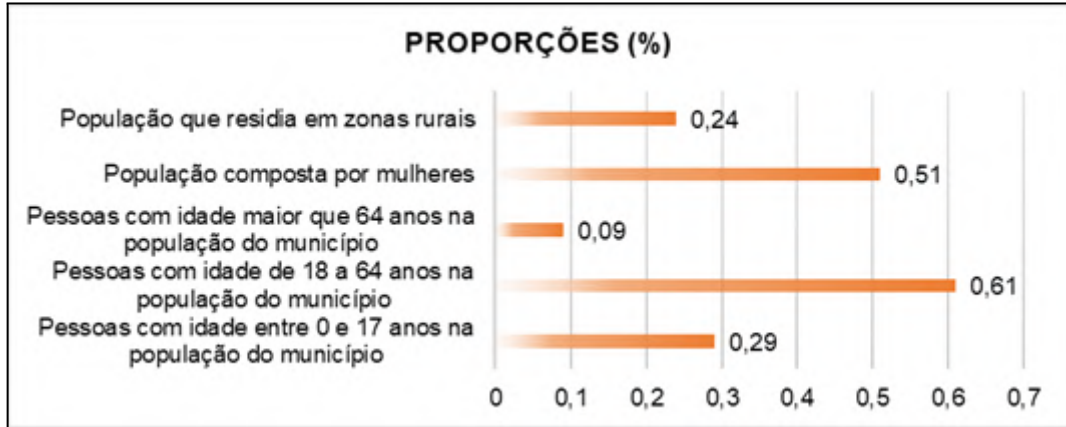
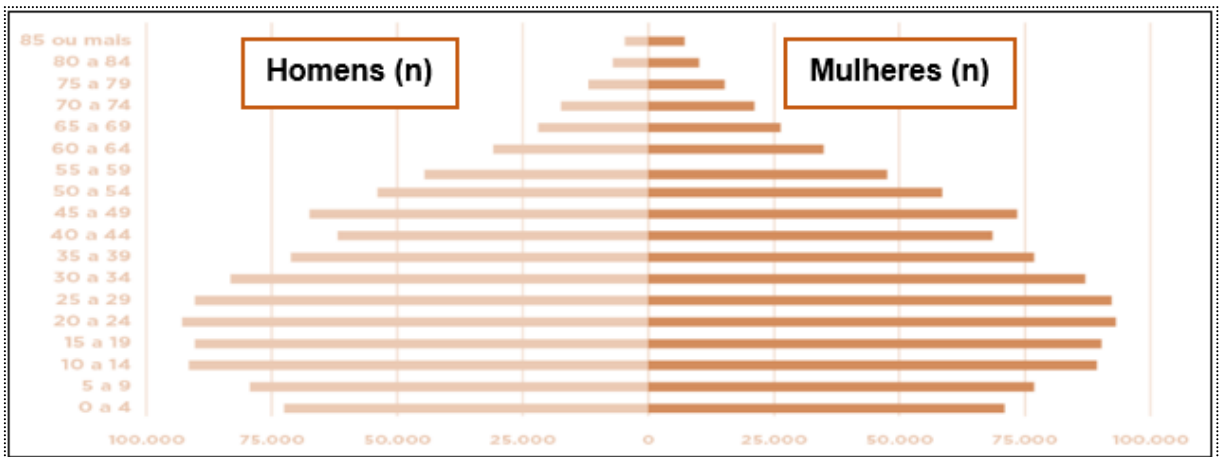
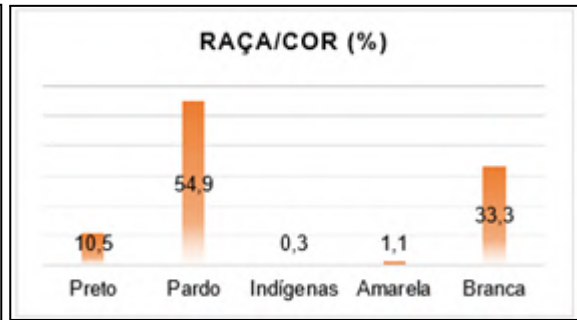
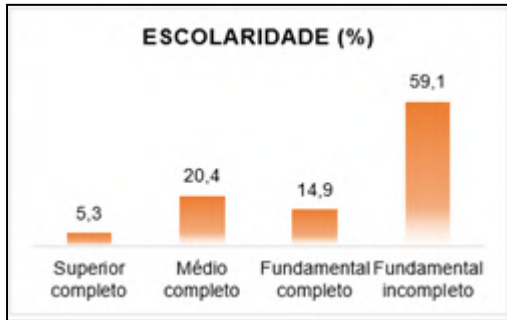
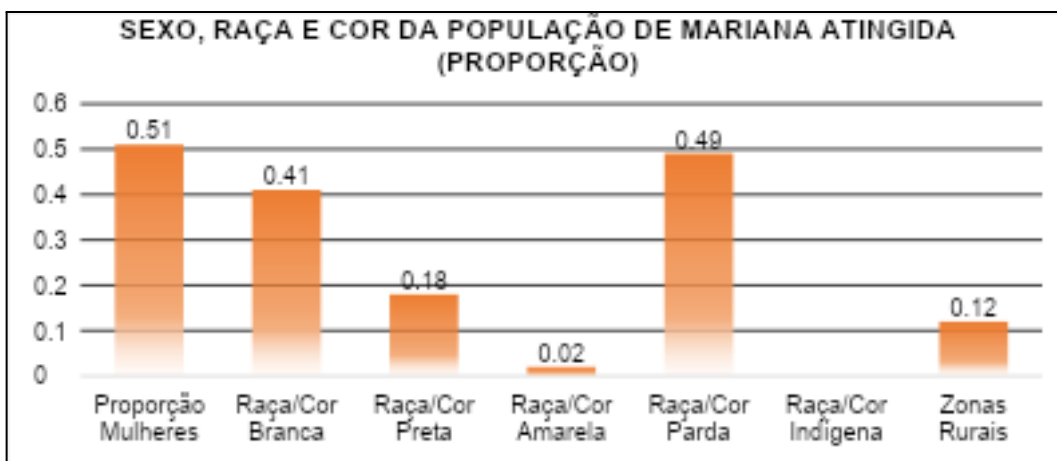
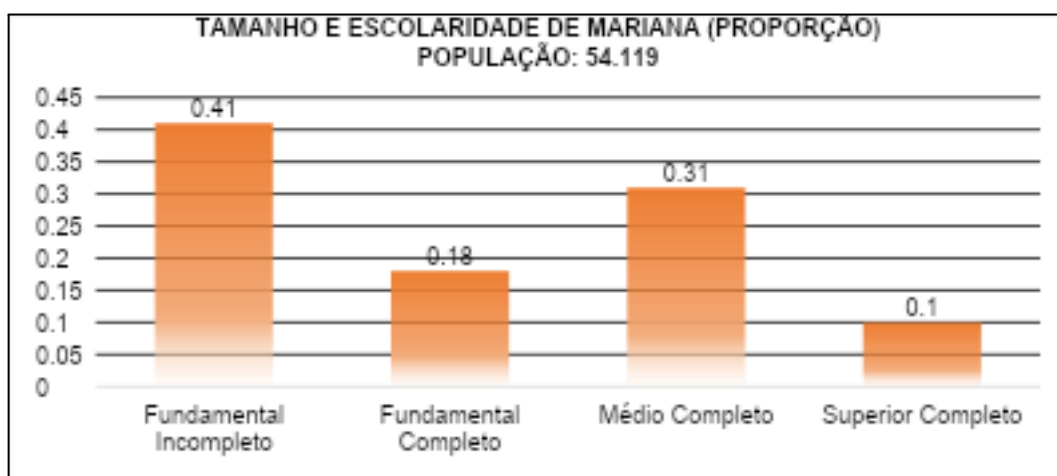


Figura 5 - Caracterização da população da região atingida: Variáveis Sociodemográficas. Fonte: Adaptado de FGV Projeto Rio Doce (2022). * Dados quantitativos obtidos por meio do Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Legendas: População economicamente ativa (PEA); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Ensino Fundamental (EF); Ensino Médio (EM).

***População de Mariana: 54.119**



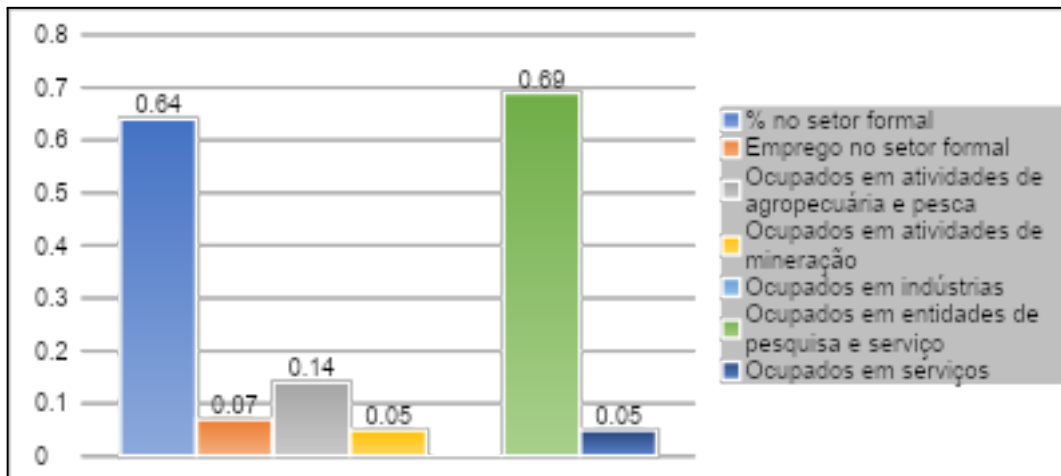


Figura 6 - Caracterização da população de Mariana atingida: Variáveis Sociodemográficas. Fonte: Adaptado de FGV Projeto Rio Doce (2022). * Dados quantitativos obtidos por meio do Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Legendas: População economicamente ativa (PEA); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Assim como o maior trem do mundo, a menos metafórica e mais faminta onda de lama de rejeitos já vista é reveladora de um trânsito entre aquilo que é socialmente macroscópico e a ínfima parcela da existência local; entre fenômenos socialmente objetivos e sua subjetivação no campo da experiência cotidiana. Contudo, se o poeta logrou immortalizar nos cânones literários — ali, entre as bolotas de ferro, estradas de ferro e monstros devoradores de ferro — o seu minúsculo coraçãozinho itabirano, não se pode dizer o mesmo de Mariana (município a 145 km do Pico do Cauê) que abriga o epicentro do desastre que nos ocuparemos nas páginas adiante. Atualmente, as manchetes dedicam cada vez menos destaque para os sofrimentos decorrentes do desastre, embora eles sigam abundantes. Para a maioria da audiência midiática, diminuiu o nível de comoção com o sofrimento distante, ainda que o sofrimento em si possa ter aumentado, tomado outras formas, inclusive não previstas, nos dez anos que sucederam o desastre.

Na hegemônica abordagem tecnocrática dos desastres, falar das histórias miúdas e de sofrimentos não numéricos não é um expediente comum. Eles não cabem imediatamente nas planilhas, nos modelos matematizados, nos cálculos de danos que balizam as restituições. Mais do que um acaso, é este o próprio modus operandi da marcha do progresso, avançando incólume (e impune?), insensível às montanhas de destroços que produziu: com surpresa e horror, o *Angelus Novus* benjaminiano, o anjo da história, volta os olhos para encarar a humanidade em seus impulsos destrutivos e enxerga nos documentos de cultura, as obras da barbárie.

Este trabalho busca solidez apoiando-se em uma série de perguntas. Em um contexto de mundo danificado pela mineração, como coletividades afetadas pelo rompimento da barragem da Samarco em Mariana articulam suas memórias para lidar com o danos sociais de longa duração? Ou, dito de outra forma: de que maneira as memórias e o sofrimento social de comunidades atingidas pelo desastre da Samarco em Mariana são ativamente articulados e reelaborados ao ponto de construir o evento como um trauma cultural? Esta é a questão central em torno do qual orbitam os esforços desta pesquisa. Não estou interessado apenas na tarefa empenhada por grupos de pessoas que lutam contra o esquecimento, mas também na matéria-prima da alfaiataria das narrativas com escombros, lágrimas, revolta e aguerrimento. Deste ponto focal, outras interrogações situam-se na zona de relevância: dado o passar do tempo e a reafirmação prolongada dos danos sociais por parte das pessoas atingidas, por que veios encontrar os rastros do trabalho de memória em mundos sociais danificados por desastres promovidos pelo neoextrativismo minerador brasileiro; como esse trabalho de memória demonstra a maneira por meio da qual as vidas nestes mundos danificados se rearranjam; em tais cenários, como se manifestam e como são enquadrados os danos sociais de longa duração; nesse contexto, quais são as dinâmicas de sofrimento social que podem ser captadas e analisadas; finalmente, o desastre da Samarco pode ser entendido como um trauma cultural e qual o efeito disso?

Entendo, com base na bibliografia absorvida, um desastre como um processo de longo prazo para além do evento catastrófico e que um dos seus elementos mais incisivos é o desarranjo do mundo social. Neste quesito, a memória mostra-se essencial: põe em relevo a relação entre quais eram os modos de vida, o que se perdeu, o que se deseja ter reparado tendo em vista o que um dia existiu, qual era o lugar íntegro das pessoas antes e qual lugar fraturado das vítimas depois. No processo de construção, rearranjo e valorização de memórias reside um ponto focal da identidade. Certamente, existem lacunas insanáveis: contudo, especialmente onde o desastre foi mais intenso, o único “lugar” que os rejeitos de minério não reduziram as antigas casas, ruas, quintais, bares, igrejas, escolas às ruínas está localizado na memória. E não tenho certeza que nela também não paire um intruso vapor ocre e tóxico. O rearranjo da identidade coletiva após um terricídio está fortemente ligado àquilo que existe nas memórias, não só pelo que indiciam do

passado, mas pelo que permitem projetar ao futuro. Demonstraremos isso ao longo das próximas páginas.

Até chegar no oceano Atlântico, os milhões de metros cúbicos de rejeito de minério de ferro devassaram 663 km de rios e mais de 1400 hectares de vegetação. Constata-se a mudança na paisagem a olhos nus. Contudo, a lama também alcançou algo interno, subjetivo e não imediatamente tão visível. Tanto percorreu, tanto impingiu sua toxidade que chegou a macular a vertente de identidades coletivas. São necessários outros instrumentos, outras formas de submergir — no passado, nas marcas de sofrimento — no leito dos mananciais atingidos. Este trabalho também é sobre isso: um escafandro sociológico para esquadrihar mundos demolidos pela mineração.

De minha parte, estive dedicado à compreensão de como *algo* se forma, como entra em movimento e como se reproduz no tempo, em termos coletivos. Este “algo” é um trauma cultural: o desastre efetivou-se como uma ferida social profunda no tecido identitário das coletividades atingidas, que passam a entender-se a partir de um atravessamento duradouro. Guardadas as particularidades, assim como a identidade judaica passa a ser acoplada à ocorrência do Holocausto, a identidade das coletividades atingidas de Mariana carrega a indelével marca da potência destrutiva não só do colapso de estruturas de disposição de resíduos, mas do próprio modelo minerador brasileiro como um todo.

O trauma cultural em Mariana não é um fenômeno social imediato, tampouco automático ou desprezioso. Também não possui um caráter, como seria de se supor ao invocar o termo ligado ao desencadeamento de transtornos psicológicos, imobilizador nem incapacitante. Pelo contrário, o trauma cultural só emerge a partir de um complexa e ativa dinâmica coletiva, da agência e do engajamento de diversas esferas e organizações sociais que o codifiquem, o articulem e o legitimem, da mediação e transmissão operadas por um amplo circuito de instituições até que seja sedimentado.

Para Jeffrey Alexander, a construção bem-sucedida e a institucionalização de um trauma cultural geram efeitos que vão além da reconfiguração da identidade coletiva. Eles incluem, por exemplo, a identificação da existência e da fonte do sofrimento humano, bem como a responsabilização de seus perpetradores; o estabelecimento de lições morais e imperativos de ação, manifestados em

demandas por justiça e reparação, compromissos para evitar a repetição dos eventos que desencadearam o sofrimento e a expansão do círculo de solidariedade. Além disso, outras consequências envolvem o começo ou ampliação de mobilizações sociais e significativas mudanças institucionais e legais. De tal maneira, para que o trauma cultural se efetive é preciso um longo e árduo trabalho. É justamente a ele que empregamos uma concentração analítica diacrônica.

No entanto, não é um motivo puramente cronológico que rege esta tese, mas a densidade das fontes na trama social pós-rompimento. Reconhecendo as impossibilidades logísticas, práticas e epistemológicas, o passado não será completamente reconstruído. A parcialidade das perspectivas alcançadas através desse rol de materiais, ao contrário de uma falha imediata, relaciona-se à lógica do próprio fazer científico, incapaz de absorver e escrutinar a totalidade do real. Que as insuficiências sejam detectadas, ponderadas e sirvam de encorajamento para novas investidas, elas também parciais e nem por isso menos relevantes.

Nas páginas adiante, nos moveremos por fragmentos, materializações e construções significativas, conduzindo um olhar interpretativo vertical para um certo número de edições de um jornal, para alguns documentos técnicos, para um conjunto de dados coletados em trabalho de campo e para a análise de conteúdo de uma campanha virtual. Algumas outras pequenas histórias (Lorimer, 2003) pontuam e refinam o percurso que ambiciona explicar a consolidação do desastre como trauma cultural. Com esse objetivo, percorro uma considerável janela temporal para verificar um certo número de ocorrências, acompanhando, no desenrolar dos acontecimentos, a cristalização progressiva de um fenômeno e seus impactos ressonantes.

Em detalhe, me movi para antes do rompimento, buscando compreender causas de fundo e lógicas estruturais que se sobrepõem e que se materializam sinergicamente na forma específica do desastre da Samarco. Mariana, tomada aqui como uma zona de sacrifício, manifesta a externalização de custos socioambientais dos megaempreendimentos minerais, baseada na expropriação brutal da periferia global. Através da ecologia política, discutirei aspectos do nosso *processo mineralizador*, com ênfase na compreensão de como uma “abstração espacial capitalista” (Lesutis, 2021) específica — o extrativismo — adquire contornos particulares que deterioram a qualidade de vida, ou, num limite, a inviabiliza.

Me movi para o que se seguiu após o rompimento. Elegi as edições mensais do Jornal A Sirene que vão de seu surgimento até o quarto ano de publicação. Com elas, discuto a particularidade da própria substância social da memória e da emergência nada sutil de uma estrutura de sentimento que questiona legitimidades e autoridades há muito estabelecidas. A interpretação do trabalho de memória habilita identificar como emergiram estruturas de sentimentos específicas entre as populações atingidas pelo desastre da Samarco, como ele pode ser afirmativamente compreendido como um Trauma Cultural e como este fenômeno amplia entendimentos acerca do caso abordado e, de forma mais ampla, do neoextrativismo. Me movi, além disso, entre documentos que comandam o processo de reparação, as matrizes de danos, que tentam gerenciar o acesso das vítimas a algum alívio. Visto que também a justiça é um campo de conflitos, reflito sobre as instituições que as construíram e ao que subjaz conceitualmente a sua construção.

Me movi sempre entre pesquisas, coletando *insights* acadêmicos, nos beneficiando grandemente do ofício daqueles que também se debruçaram sobre o tema do desastre da Samarco nas Ciências Sociais. Me movi fisicamente, friccionado na geografia do cotidiano do território que foi o epicentro do desastre, de onde suas ruínas ecoam, sondando tanto o que é eloquente quanto o que espreita coletivamente a respeito do rompimento.

Em um ponto cronologicamente mais próximo, por fim, verifiquei a Campanha Revida Mariana na tentativa de sublinhar certas modulações discursivas — e ao compreendê-las obtive um ganho interpretativo, com perspectivas capazes de qualificar retrospectivamente o que já havia lido. Esse movimento lembra algo do caráter palimpsesto — como ocorria aos antigos substratos de papiro, o desastre da Samarco é o suporte onde foi impresso uma multiplicidade contrastante de versões, histórias, recontações, polifonias. É uma sobreposição de temporalidades, demandas, sofrimentos e também de energias habilitadoras.

Na próxima seção, apresento as bases conceituais que orientam minha percepção e me ajudam a delimitar a forma com que lido com as questões apresentadas. Inicialmente, conecto as escalas que produziram o desastre da Samarco, refletindo profundamente qual o lugar da mineração a partir de um exercício de Ecologia Política, entrevendo assimetrias, silenciamentos e acúmulos históricos que reproduzem relações de dominação. Interpretações da Sociologia dos Desastres são discutidas de modo a nos aproximar de uma região mais subjetiva,

levando o argumento às noções de sofrimento social e de trauma cultural, ou seja, a articulação do desastre como um componente identitário. Ali também defendo que algo mudou na consciência, na percepção e na densidade da vida coletiva dos atingidos: apresento a ideia de “estrutura de sentimento” e como ela formata outra história da mineração. Trata-se de uma análise centrada nos afetos e na experiência no contexto de ruínas, com ênfase nas formas em que aqueles que vivem em áreas afetadas produzem alternativas de futuro e formas de seguir vivendo no presente. É no trabalho de memória realizado por coletividades da região atingida que identificamos estes movimentos.

Na segunda seção realizo considerações de cunho metodológico. Para dirimir as dúvidas posicionadas por esta pesquisa, aciono fontes documentais, dados narrativos e a experiência em trabalho de campo etnográfico. Na seção seguinte, compartilho as análises que realizei do Jornal A Sirene, embasados pelo arcabouço teórico construído. Na quarta seção, apresento o que o trabalho de campo, realizado em julho de 2023, forneceu em compreensões e provocações a respeito do cotidiano da cidade de Mariana no contexto pós-rompimento. Este é um trabalho produto das contingências estruturais vividas no período final da pandemia de COVID-19 como a falta de convivência presencial e síncrona com a comunidade acadêmica. O tipo de dado priorizado reflete também o que estava ao alcance realizar: por isso a análise de documentos se sobressai. A ida a campo ocorreu em 2023 e por motivos metodológicos e éticos, teve um caráter exploratório e de inspiração etnográfica.

Na quinta seção, passo, sobretudo, às matrizes de danos, documentos que materializam juridicamente o processo de reparação, para notar como estão ausentes as vozes, saberes e demandas de grupos atingidos pelos rejeitos de minério. Realizo um contraponto, partindo das matrizes de danos produzidas pelos sujeitos atingidos em parceria com as Assessorias Técnicas Independentes. O que está contido nas memórias dos grupos atingidos, não irá aparecer nos documentos de autoria da Renova/Samarco que regularam a governança do desastre pós-rompimento. Esta espécie de segundo soterramento nos é reveladora na medida em que demonstra a importância da manutenção da memória, frente a apagamentos das versões oficiais e corporativas.

Na sexta seção, me detenho na análise de conteúdos da campanha Revida Mariana, mais especificamente a subcampanha #100DiasPorMariana. O sofrimento distante, o luto, a memória, as afetações ligadas à reparação, a resignação são vistos neste capítulo não como sentimentos, mas como elementos políticos, que precisam de certas sintonias para transitar no espaço público, a depender do objetivo em que são mobilizados. Após isso, estaremos finalmente habilitados para emergir, expor e apreender as lições na forma de considerações finais.

Embora o rompimento fosse francamente evitável, a inevitabilidade de sua exposição pública, não: o magnetismo horripilante que emana das grandes tragédias trouxe olhares atentos para os danos, as causas, os desdobramentos, as controvérsias e os conflitos. O maior desastre brasileiro em termos de extensão territorial impactada escancarou, portanto, um trágico conjunto de tendências estruturais. Ele desencadeou acionamentos institucionais e jurídicos, representando um ponto de inflexão no ordenamento nacional dessas instâncias no tratamento de tragédias análogas. A partir de seu emblema, movimentos macro e micro econômicos foram postos em marcha, principalmente em busca de um novo patamar confortável de lucros aos agentes corporativos e para contornar crises de reputação e de credibilidade de novas e antigas operações minerais. Percepções e abordagens antes cristalizadas passaram por alterações impactantes e de longo prazo, como a insígnia positiva da mineração, hegemonicamente associada ao crescimento econômico, agora não consegue livrar-se da nódoa oxidada de lama.

Estamos diante de um colosso. Um acontecimento-gatilho que nos fez encarar uma amálgama de processos sociologicamente imensa. O rompimento da barragem do Fundão não é necessariamente o início do desastre que me detenho nesta pesquisa, se aludimos às suas causas de fundo; tampouco o desastre se esgota com a absolvição Samarco, Vale e BHP Billiton pela justiça brasileira ou com a celebração de um novo pacto definitivo de reparação. Contudo, façamos um acordo prévio de que as grandezas envolvidas (quer sejam geográficas, temporais ou científicas) não nos paralisem nem nos detenham de fazer incidir certos feixes de questões ou aprofundar outras já em circulação, mas nos estimulem a conduzir sérios e competentes esforços de síntese.

CAPÍTULO 1 - CHAVES DE LEITURA

Desastres como o que ocorreu em Mariana nos evocam preocupações sobre o tipo de relação entre homem e natureza estabelecido e como esse arranjo produz danos tão superlativos. Raymond Williams, quando explora a polissemia histórica e a complexidade de significado da ideia de natureza, afirma que ela “contém uma quantidade extraordinária de história humana” (2011, p. 84). Com isso ele quer dizer, em síntese, que tais ideias tratam-se de “projeções das ideias dos homens” (Williams, 2011, p. 110), refletindo, a cada variação da forma coletiva com que interagimos com o mundo físico, nossas realidades econômicas e sociais. A depender de que momento direcionemos a atenção, a ideia de natureza implicou em divindade, na potência de um soberano, numa condição primitiva anterior à sociedade humana, numa força criadora seletiva ou um refúgio numa região intocada, selvagem. No percurso de sua investigação, Williams encara, necessariamente anexas às ideias sobre a natureza, a própria abstração do homem (idem, p. 101). A análise de Williams mostra-se contundentemente atual e ajuda a esmiuçar o emaranhado no qual o desastre da Samarco representa vários dos nós que busco perscrutar.

No rol de atividades humanas que exaurem recursos e capacidades de resiliência da Terra, a mineração ocupa um lugar central. Desejo compreender como a mineração brasileira manifesta tendências do neoextrativismo e o potencializa, sobretudo no que diz respeito a seus efeitos mais danosos, como são justamente os rompimentos de barragens: para isso devemos encarar sua especificidade histórica, geográfica, econômica, social e situá-la numa análise mais ampla sobre como os empreendimentos minerários gerenciam e conduzem territórios e vidas.

Em seguida, o enfoque segue por uma rota menos “geocrática” e quantitativa. No estudo de caso em tela, os aspectos sociais e subjetivos de danos de longa duração desencadeados em contextos de sofrimento social ligados ao desastre da Samarco estão no núcleo da atenção. Indico, como via principal de acesso a tal fenômeno, a análise do trabalho político de manutenção da memória a partir das pessoas atingidas em Mariana. A interpretação de tal trabalho de memória me permitirá desenvolver as bases do argumento de que o desastre da Samarco fez emergir uma estrutura de sentimento específica entre populações atingidas e que

ele vem sendo constituído e solidificado como um trauma cultural. Finalmente, defendo que o trauma cultural das coletividades atingidas pelo rompimento da barragem do Fundão — assim como a poluição do Rio Doce fornece indicadores biológicos da destruição — seja classificado como um componente importante para o entendimento do caso abordado e, mais amplamente, do neoextrativismo.

Conforme descrevem Bringel e Svampa (2023), em um cenário de turbulência, indefinição, imprevisibilidade, instabilidade e volatilidade às crises antes setorizadas coadunam-se em entrelaçamento causal, exteriorizando-se como uma “policrise civilizatória”. Essa conjuntura societal traz implicações que extravasam os limites da abordagem da economia neoclássica, demandando o desafio de ir além da compreensão da natureza como insumo, fator de produção, como uma arena de pura mercantilização de bens e serviços ambientais (Martins e Felicidade, 2001) — ainda que tal paradigma siga como um vigoroso suporte operacional acionável, sobretudo quando pensamos nos efeitos das “externalidades negativas” e no princípio do “poluidor-pagador”, que privilegiam e priorizam a lógica pecuniária frente a prejuízos ambientais.

Para além da degradação ampla de ecossistemas, a desolação e os prejuízos permeiam também as relações humanas, tornando cada vez mais difícil visualizar “desastres naturais”, pois miscíveis no social tanto em suas origens como em suas consequências. Tais colisões entre um modo de produzir mercadorias, extrair recursos, intercambiar bens globalmente e regular o “progresso”, de um lado, e os ciclos da natureza e a regularidade de dinâmicas sociais locais e regionais, por outro, requer o entendimento sociológico de diversas camadas de danos. Assim, os imperativos desenvolvimentistas da política econômica cada vez mais intensa e constantemente colidem com os limites biosféricos planetários e um rastro de destruição se evidencia empiricamente sob a forma de ocorrências catastróficas.

Salientar vulnerabilidades e marcadores sociológicos ligados aos desastres é uma via que tomo para construir interpretações mais nuançadas, visto que eles deixam marcas no corpo, no território, na memória, nos afetos, nas formas de continuidade objetiva da existência material, nos relacionamentos e nas identidades. As chances de determinadas comunidades ou regiões serem mais ou menos disponíveis para empreendimentos de alta pegada ecológica ou reduzidas a meras

zonas de sacrifício, como denomina o movimento ambientalista, tem muitas vezes correlação com o nível de renda, escolaridade e mesmo à cor de seus habitantes, por serem marcadores associados a fragilidades que se refletem em baixo nível de poder nas decisões finais sobre a exploração ou a conservação de territórios e recursos. Decorre disso o entendimento de tais conjunturas como potenciais casos de racismo ambiental (Keucheyan, 2014) e o acionamento e potencialização de formulações em torno da justiça ambiental (Acselrad et. al, 2009). Estas situações se reproduzem nos territórios atingidos pelo desastre da Samarco, como podemos observar a partir da relação entre uma definição conceitual e uma ocorrência empírica expostas nos seguintes fragmentos abaixo:

Certas localidades destacam-se por serem objeto de uma concentração de práticas ambientalmente agressivas, atingindo populações de baixa renda. Os moradores dessas áreas convivem com a poluição industrial do ar e da água, depósitos de resíduos tóxicos, solos contaminados, ausência de abastecimento de água, baixos índices de arborização, riscos associados a enchentes, lixões e pedreiras. Nestes locais, além da presença de fontes de risco ambiental, verifica-se também uma tendência a sua escolha como sede da implantação de novos empreendimentos de alto potencial poluidor. Tais localidades são chamadas, pelos estudiosos da desigualdade ambiental, de “zonas de sacrifício” ou “paraísos de poluição”, onde a desregulação ambiental favorece os interesses econômicos predatórios, assim como as isenções tributárias o fazem nos chamados “paraísos fiscais”. Nestes locais, observa-se a conjunção das decisões de localização de instalações ambientalmente danosas com a presença de agentes políticos e econômicos empenhados em atrair para os locais investimentos de todo tipo, qualquer que seja seu custo social e ambiental. Estes dois processos tendem a prevalecer em áreas de concentração de moradores de menor renda e menos capazes de se fazerem ouvir nos meios de comunicação e nas esferas de decisão. (Acselrad, 2004, p. 12-13)

A escolha da localização e instalação da barragem de rejeitos pela mineradora Samarco /Vale/BHP Billiton, além de priorizar os critérios econômicos, demonstra uma tendência de intensificação das situações de risco próximo às comunidades predominantemente negras. Cerca de 84% da população de Bento Rodrigues, localizado a pouco mais de seis quilômetros da barragem de Fundão e a 2 quilômetros da barragem de Santarém é negra. Ainda em comparação com Bento Rodrigues, a comunidade de Gesteira no

município de Barra Longa, passível de inundação no caso de ruptura de Fundão, como ocorreu, verifica se composição étnico racial negra em 70,4% e 60,3%, respectivamente. Para além dos critérios de escolha da localização da barragem, identificou-se também nos processos encaminhados pós-desastre da Samarco /Vale/BHP Billiton, que grupos majoritariamente negros, comunidades indígenas rurais e trabalhadores(as) pobres foram expostos de maneira desproporcional aos impactos do colapso de Fundão. (Pereira, 2020, pp. 19-20)

Se novos pactos e compreensões são urgentes face à crise socioambiental, que também pode ser encadeada como civilizatória, no Brasil há uma conjuntura problemática que amalgama permissividade burocrática, licenciosidade normativa, relações subservientes às corporações, grileiros, garimpeiros, produtores de agrotóxicos e monocultores, cujo indicativo é de que vigora a lógica e os empreendimentos neoextrativistas depredadores, esgotadores de recursos, violadores dos direitos humanos e hostis às comunidades tradicionais. Atualmente, o neoextrativismo em solo nacional se radica, por exemplo, na reprimarização da economia, numa inserção subordinada ao mercado internacional, no desmonte dos instrumentos e instituições de salvaguarda ambiental e na rentabilidade da destruição massiva, baseada na acumulação concentrada de renda e na postura ambivalente de representantes formais em fóruns de decisões multilaterais quanto a política ambiental e gestão do desenvolvimento. A estrutura de poder em funcionamento relega a questão ambiental, subsumida no interior de estratégias econômicas, enquanto nega ou entrava outras perspectivas de condução.

De tal sorte que nutro a convicção estratégica de enxergar os conflitos a partir dos de baixo, dos vencidos, dos abandonados, das tragédias de despossessão, desigualdades e violências, atribuindo-os relevância para o estudo de relações implicadas em cenários e contextos de devastação, nos quais é possível notar os elementos que se acumularam e se organizaram e tem como efeito a reprodução da fragilidade e da dominação (Thompson 1984) e, tão importante quanto, possibilidades de superação, reação e de gênese de modos de vida. Nas ruínas e escombros do progresso (Benjamin, 1994), soterrados ou errantes, resistências também se articulam (Dawney, 2022). Em assimétrico enfrentamento, constroem-se, a partir de baixo, solidariedades, harmonias e orientações de sustentabilidade e cuidado. Acompanhar, analisar e construir lentes interpretativas desses conflitos e

das transformações decorrentes — associadas à longa e aguda história de sofrimento no Cone Sul — pode possibilitar caminhos interessantes fora das seduções do “progresso econômico” e sua inevitabilidade, rumo a composições que permitam imaginar, construir e trilhar percursos coletivos menos destrutivos..

1.2 - A mineração sob as lentes da Ecologia Política

As noções básicas que embasam as leituras sobre o neoextrativismo enfatizam a consanguinidade das dinâmicas socioeconômicas em interação com os domínios físico-químicos e biológicos na natureza, colocando em primeiro plano o descompasso entre eles, visto que a biosfera não é mais capaz de se recuperar nem reverter por si mesma os impactos destrutivos. É interesse desta pesquisa trazer ao núcleo de investigação transversal os efeitos e afetos subjetivos dos desarranjos coletivos decorrentes, bem como as experiências de resistência, resiliência e criatividade frente aos referidos desastres desencadeados pelo modelo neoextrativista mineral. Contudo, é preciso, antes disso, verificar o grande quadro no qual estas questões se desenrolam. Interpelar a mineração, nesse entendimento, é situar as experiências danificadas no interior de regimes de formas estruturais de violência planetária. Ao analisar um emblemático desastre na mineração, o da Samarco, tomo esse caminho.

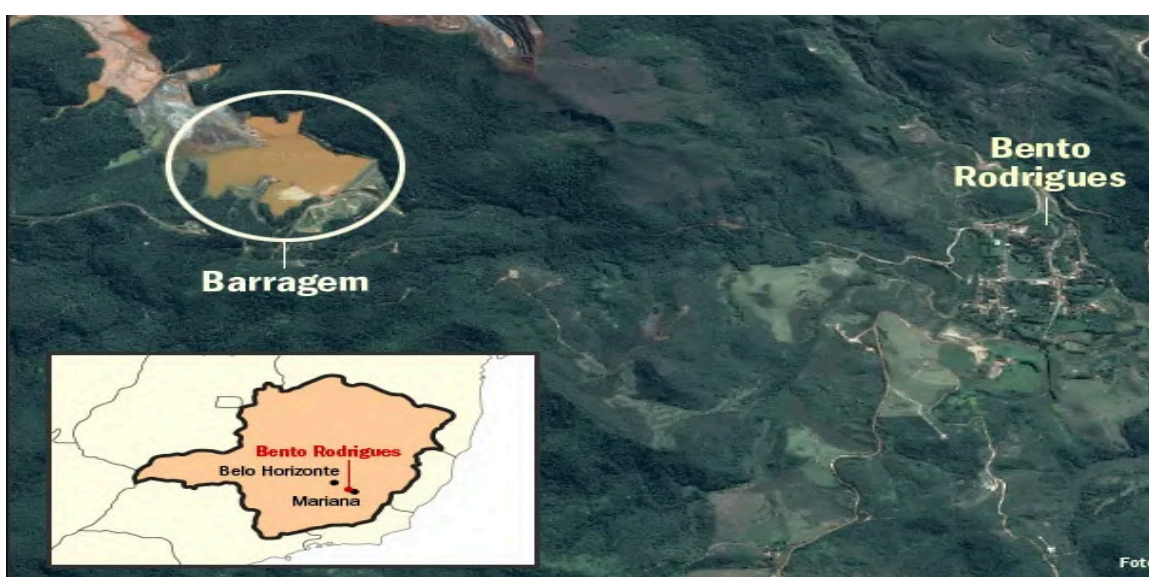


Figura 7 - Localização da Barragem do Fundão. Fonte: Google Earth.

Localizada em Bento Rodrigues (ver Figuras 7 a 10), subdistrito há pouco mais de 20 quilômetros de Mariana, a Barragem do Fundão pertence ao complexo minerário de Germano. Sua proprietária é a Samarco SA, um empreendimento conjunto da companhia brasileira Vale e da companhia anglo-australiana BHP Billiton, duas das maiores empresas do setor, e era destinada à retenção de rejeitos da extração de ferro na região. Suas operações iniciaram em 2008, na esteira de um período particularmente próspero no mercado internacional de minérios, vislumbradas no “período entre 2003 e 2013, quando as importações globais de minérios saltaram de US\$ 38 bilhões para US\$ 277 bilhões (um aumento de 630%)” (Mansur et al., 2016, p. 18).

Em termos técnicos, ela era uma barragem de alteamento a montante, ou seja, no qual camadas são construídas a partir dos próprios rejeitos, adicionadas sucessivamente umas sobre as outras visando aumentar a capacidade total de armazenamento. De acordo com dados do Sistema Integrado de Gestão de Barragens de Mineração (SIGBM), organizados por Leão e Santiago (2022), das 860 barragens cadastradas, o estado de Minas Gerais abriga 365 barragens de rejeitos: 46 delas adotam o modelo de alteamento a montante ou desconhecido. É o tipo mais simples, barato e inseguro quanto à possibilidade de ruptura disponível (Leão e Santiago, 2022).

Com a redução do valor do ferro no mundo e o fim do protagonismo brasileiro na exportação de minério de ferro na segunda década dos anos 2000, as capacidades de extração foram acentuadas a fim de manter os níveis de produtividade sem que houvesse medidas de segurança equivalentes, pois interessava às companhias uma redução total de custos associados às operações, inclusive com demissões em larga escala. Embora a Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais houvesse classificado a Barragem do Fundão como de alto potencial de dano ambiental em 2014 (FEAM, 2014) e indicasse ajustes operacionais, auditores do órgão certificaram sua estabilidade.

Em 5 de novembro de 2015, às 15h, a barragem do Fundão rompeu. Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis², foram lançados mais de 45 milhões de metros cúbicos de rejeitos, em

² Rompimento da Barragem de Fundão: Documentos relacionados ao desastre da Samarco em Mariana/MG. Ibama, março de 2016. Disponível em

sua maior parte compostos por óxido de ferro e sílica. O município de Bento Rodrigues foi soterrado; os municípios de Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Borba, Pedras, Campinas, Ponte do Gama e Barretos seguem, até hoje, total ou parcialmente inabitados. Do interior do estado de Minas Gerais até o estado do Espírito Santo, a onda de lama percorreu 663,2 km de cursos d'água, até desembocar no Oceano Atlântico. Foram mais de 1.469 hectares destruídos, incluindo Áreas de Preservação Permanente (APPs). Ao todo, 19 pessoas morreram no desastre³. Segundo a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)⁴ “esse foi considerado o maior desastre mundial envolvendo barragens de rejeito de mineração, quando considerados o volume de rejeito liberado, a extensão geográfica e os custos econômicos associados”.

É possível indicar uma variedade conflagradora, extensa e complexa de danos desencadeados pelo rompimento, como aponta a cartografia organizada por Pereira (2020): sem esgotar a imensa lista, são perdas ambientais ligadas à fauna e flora aquática e terrestre; danos econômicos relacionados à agricultura, à pesca, à criação de animais, ao turismo, destruição de prédios públicos, de ruas e estradas, bem como a diminuição do comércio; danos associados à dimensão histórica e cultural como a destruição de patrimônios, inviabilização de festas e celebrações, perdas estéticas e da organização do espaço; danos à espiritualidade e às organizações políticas; danos sociais conectados à perda de relações comunitárias e de vizinhança, de planos para o futuro, de locais de lazer urbanos, ao uso do tempo, ao deslocamento compulsório; danos à saúde como aumento de incidência de doenças físicas e psíquicas, a questionável qualidade da água, do ar e o potencial de contaminação da biota comestível; bem como danos morais individuais e coletivos (AATR, 2018).

Antes de avançar, cabe ressaltar que a Ecologia Política

<https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/notas/2020/rompimento-da-barragem-de-fundao-documentos-relacionados-ao-desastre-da-samarco-em-mariana-mg> . Acesso em 05 de março de 2023

³ São elas: Ailton Martins dos Santos, Claudio Fiuza da Silva, Claudemir Elias dos Santos, Sileno Narkievicius de Lima, Vando Maurílio dos Santos, Waldemir Aparecido Leandro, Pedro Paulino Lopes, Emanuele Vitória Fernandes, Edmirson José Pessoa, Marcos Roberto Xavier, Maria Elisa Lucas, Tiago Damasceno Santos, Antônio Prisco de Souza Marcos, Aurélio Pereira Moura, Maria das Graças Celestino, Samuel Vieira Albino, Mateus Marcio Fernandes, Edinaldo Oliveira de Assis e Daniel Altamiro de Carvalho.

⁴ Observatório Desastres da Mineração – Redução de Riscos e Direitos Humanos.

<https://www.cpqr.fiocruz.br/pg/observatorio-desastres-da-mineracao-reducao-de-riscos-e-direitos-humanos/> Acesso em 05 de maio de 2023

[...] construye su campo de estudio y de acción en el encuentro y a contracorriente de diversas disciplinas, pensamientos, éticas, comportamientos y movimientos sociales. Allí colindan, confluyen y se confunden las ramificaciones ambientales y ecológicas de nuevas disciplinas: la economía ecológica, el derecho ambiental, la sociología política, la antropología de las relaciones cultura-naturaleza, la ética política. Podemos afirmar sin embargo que no estamos ante un nuevo paradigma de conocimiento o un nuevo paradigma social. Apenas comenzamos a indagar sobre el lugar que le corresponde a un conjunto de exploraciones que no encuentran acomodo dentro de las disciplinas académicas tradicionales. La ecología política es un campo que aún no adquiere nombre propio; por ello se le designa con préstamos metafóricos de conceptos y términos provenientes de otras disciplinas para ir nombrando los conflictos derivados de la distribución desigual y las estrategias de apropiación de los recursos ecológicos, los bienes naturales y los servicios ambientales. Las metáforas de la ecología política se hacen solidarias del límite del sentido de la globalización regida por el valor universal del mercado para catapultear al mundo hacia una reconstrucción de las relaciones de lo real y lo simbólico; de la producción y el saber. (Leff, 2003, p. 2)

Há uma séria e profunda abordagem do problema do extrativismo mineral na América Latina no campo da Sociologia e da Ecologia Política em especial, áreas do conhecimento que me alicerço. Há mesmo em curso uma agenda, como indica, para ficarmos em apenas exemplos recentes, a realização do I Seminário Internacional “Mineração na América Latina: neoextrativismo e lutas territoriais”, ocorrido em agosto de 2015, a criação do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), da Universidade Federal de Juiz de Fora, e do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA) da Universidade Federal de Minas Gerais. Isso se dá porque esse tipo de conflito já alçou o status de categoria de investigação. É fenômeno com origens que podem ser remontadas ao período colonial: nossa entrada na rede moderna de violências eurocêntricas dá-se a partir da busca por minérios como forte energia motivadora. As “veias abertas” (Galeano, 2000) assim o foram e continuam sendo em busca do ouro, em busca do ferro, de terras raras e outras nem tanto (e que por isso precisam ser retiradas do fundo da terra em grande quantia).

Os contornos atuais do nosso *Processo Mineralizador*, numa variação da noção inspirada pelo sociólogo Norbert Elias, para lidar com as dinâmicas de longa

duração que aí incidem, não se limitam a uma nação, mas enredam-se estruturalmente por diversos países, associados ao que os analistas mais abalizados percebem como uma contemporânea reprimarização das economias (Svampa, 2019) que, de maneiras particulares, dão seguimento ao lugar de *cordeiro sacrificial* da América Latina em nome de apetites econômicos vulgares de grandes empreendimentos predatórios.

A ideologia do minério pervade o sul global e afirma ser ele o elemento necessário para nos desenvolvermos, representa nossa escada de saída dos porões da modernidade, um tônico para acelerar nossa marcha rumo ao progresso. A mineração é um dado histórico central na região, é uma atividade que remodela a superfície, rearranja ou mesmo colapsa as condições de funcionamento dos geossistemas, numa acepção que John Bellamy Foster (1999) explora, a partir do pensamento de Karl Marx, como as *fraturas metabólicas* fruto da interação entre homens, modos de produção e natureza.

Partindo desse ponto de interesse, compreendo que a mineração enlaça diferentes realidades nacionais em um mesmo fio que diz respeito a determinados usos do território, bem como na incidência dos danos, desigualmente distribuídos entre a população, fustigando aqueles historicamente mais vulnerabilizados. Questões como justiça ambiental e racismo ambiental participam intimamente desse ordenamento de paisagens, de territórios, de identidades e de vidas.

No caso latino, refletir sobre a mineração, sobretudo no período moderno, o seu lugar na base ecológica das sociedades nacionais, é assombrar-se com o modo como ela rege intensamente as biocapacidades do território (ao apropriá-lo e especialmente ao destruí-lo) e, o que tem sido uma constante, como ela rege também todo um “destino” nacional. Nisso reside o pano de fundo nuclear do conflito socioambiental que nos propomos a investigar, uma vez que se trata de como agentes ligados ao setor de exploração mineral conseguem manobrar inclusive a esfera da justiça ou, dito de outra forma, possuem poder suficiente de impor procedimentos e lógicas de condução que não impeçam os seus interesses privados.

De todas as atividades industriais, a mineração teve a ligação mais profunda com o desenvolvimento inicial do capitalismo moderno (Mumford, 1934, p. 74) e é

nas violências do modelo minerador colonial, alicerçado em exploração e saqueio, que deita raízes à modernidade. Em sua origem mineral, a Europa e seu padrão civilizatório, portanto, não apenas se beneficiaram, mas são efeitos da economia política colonial, ancorados em um regime sociometabólico específico. É nesse sentido que, para Aníbal Quijano e Immanuel Wallerstein, protagonistas do que veio a ser compreendido paradigmaticamente como giro decolonial (Ballestrin, 2013), a América emerge como a primeira entidade geo-social da modernidade. A moldura teórica acionada por Horário Aroz (2020) fortalece a construção de lente aqui pretendida, especialmente quando ele afirma que a mineração moderna é detonadora de uma nova época geológica, o *Capitaloceno*; que a “alienação territorial”, termo emprestado de Milton Santos, da América Latina é nuclear para esse acontecimento; e que as consequências disso vão além de fatores geográficos e econômicos, chegando inclusive a uma *ecologia política das emoções*: uma modulação de mentalidade e de sentimentos, numa compreensão sensível e ampliada de colonialidade.

O impacto geológico da conquista e apropriação das Américas é apenas uma dimensão dos danos, que envolvem genocídio, ecocídio e epistemicídio. Em uma pedagogia da crueldade, a mineração do século XIV redesenhou territorialidades, maculou e substituiu soberanias e dispôs dos corpos de seus habitantes, subalternizando-os. Nesse processo, fabrica-se a dinâmica colonial, sendo a mineração a “base material e simbólica, produtiva e geradora do colonialismo, mais do que efeito ou consequência” (Aroz, 2020, p.178). Mais do que isso, o garimpo do ouro converte-se quase de imediato à lixiviação do “outro”.

Percebo Hector Alimonda (2011, p. 21) como um proponente ainda mais incisivo dessa linha de raciocínio. Para ele, o que define a especificidade disso que se chama “latino-americano” é o trauma catastrófico da colonização e a integração subordinada, colonial, ao sistema internacional. Ao desenvolver esta ideia, ele indica que a colonialidade afeta a natureza latino-americana: somos este lugar de espaços subalternos, explorados, arrasados e reconfigurados segundo as necessidades dos regimes de acumulação vigente. Aqui, se sucederam catástrofes ambientais colossais, e “*quizás haya sido la mayor sucesión de catástrofes ambientales de la historia humana: invasión de humanos, de animales, de especies vegetales, de*

enfermedades que arrasaron y sometieron a sus poblaciones originarias” (Alimonda, 2011, p. 29).

É a América a primeira periferia do sistema colonial europeu, o lado oculto originário da modernidade. Portanto, o colonial é o fenômeno fundante de toda a experiência histórica da modernidade. Sob a perspectiva da colonialidade, enquanto outra narrativa da história, opera-se um giro, um reordenamento: a América inventa a Europa (Segato, 2021), refundando e reconfigurando o mundo. Contudo, a escala de prestígio é eurocêntrica, definidora dos universais. Nessa gestação, a biologização das diferenças cristaliza-se em hierarquia e o racismo cria a raça, um eficiente instrumento de expropriação de valor (Segato, 2021), a partir do qual se racializa a mão de obra, controla-se o trabalho, justificando um lugar fixo em uma relação de dominação. Decorre daí a raça como marca de povos despojados, como marcador de subjugação e subalternização. Portanto, a colonialidade não é apenas da natureza, mas de subjetividades, potências, saberes e capacidades criativas e produtivas.

A América Latina, desde a colonização, é foco da exploração da mineração, tida como território de pura natureza e fonte exuberante de recursos infinitos. Dessa forma, o fenômeno extrativista não é recente, assim como também não o são os impactos tanto ambientais quanto na vida das populações afetadas por essa atividade. Atualmente, no quesito danoso, as corporações produzem uma vasta sequência de violações de direitos, produzindo um contingente de afetados pelas ações dessas empresas que, no caso brasileiro, resistem em cumprir com compromissos de reparação das tragédias ocorridas.

Na América Latina, o extrativismo mineral constitui um elemento estrutural persistente, mas não imutável, haja vista que se atravessou o tempo e manteve-se próspero, é justamente por seu dinamismo, por sofisticar as estratégias de enraizamento, funcionando não mais pelo simples parasitismo colonial, mas ajustando-se em uma simbiose, na medida que precisou negociar entre soberanias e dependências. Isso quer dizer, como afirma Aníbal Quijano (2005), “o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade”. Algumas dependências se tornaram perenes, tal como a minerodependência.

Tomemos rapidamente como caso ilustrativo o estabelecimento da indústria siderúrgica nacional. Embora cobiçadas desde o início do século XX, foi só no contexto da Segunda Guerra Mundial que permitiu ao Brasil criar a Companhia Vale do Rio Doce e sua Companhia Siderúrgica Nacional, quando o país pôde reaver a soberania de suas mais expressivas jazidas. Nesse período seu principal papel foi o de fornecedor de matérias-primas para a indústria bélica (AGUIAR, 2022, p. 52), ou seja, para o mercado internacional. Desde então, a extração mineral brasileira tem como pilar a exportação, acelerada no período da ditadura militar com o início do Projeto Ferro do Carajás, então o maior megaprojeto de extração de ferros do mundo. Em suas primeiras décadas de existência, a Companhia Vale do Rio Doce exportou quase a totalidade do que pôde extrair. Na década de 80, torna-se a maior produtora de minérios do planeta, provendo sobretudo o mercado asiático — o Japão, num primeiro momento, e, a partir dos anos 2000, o protagonismo passa à China (Aguiar, 2022).

Há uma confluência de análises que sinalizam que a atividade mineral contemporânea se desenrola no interior do que vem sendo denominado neo-extrativismo. Um ponto de partida é o objeto do neoextrativismo: em larga medida, produtos primários da economia. Isso implica, além das atividades extrativas propriamente ditas, toda uma paisagem operacional e logística para a extração dos recursos, como estradas, armazéns, redes de energia e maquinário pesado (Arboleda, 2015). Então, um segundo ponto refere-se ao nível de exploração, um gigantismo ou super intensidade, robusta também em capital, o que implica a apropriação de vastas faixas de território e, em decorrência disso, uma baixa diversidade produtiva e, também, o processo constante de expansão de fronteiras extrativas. Decorre disso uma terceira característica, o seu ímpeto para a exportação em grande escala. Nesse sentido, a América Latina figura como ambiente designado para a expansão do capital transnacional, alvo de investimentos impulsionados pela e para a exploração que exercem pressão sobre bens naturais e territórios (Svampa, 2019). Em quarto lugar, o papel mais protagonista do Estado na gerência do setor extrativista. Finalmente, um quinto elemento imprescindível para nossa interpretação, que é sua alta tendência à tensão e aos conflitos sociais.

A fim de demonstrar a utilidade e o lastro conceitual da noção de “extrativismo”, recorro ao trabalho de Chagnon et al. (2022) no qual exploram como

ela vem sendo aplicada e desenvolvida no interior dos empreendimentos investigativos, desde sua criação, realizando um exercício de análise de escopo, de campos e de conexões. Tendo a subjugação, o esgotamento e a não-reciprocidade como um tripé dorsal da relação extrativista, o conceito nasce a partir de experiências e reflexões latino-americanas. Daqui enredou-se e interseccionou-se com outros discursos e tradições, empenhado em análises que vão para além da atenção aos fluxos de commodities primárias: amplamente, é uma proeminente modalidade de acumulação do capital que faz demandas aos mais variados aspectos da sociedade moderna (chegando a ter potencial explicativo a fenômenos empíricos como o data mining do colonialismo digital, por exemplo). Dada sua ocorrência em extensão global, ele é compreendido como um modo de organizar a vida, o espaço, as estruturas políticas e as relações sociais.

Posicionado em oposição à sustentabilidade, o extrativismo define-se como um conceito organizador com alto potencial analítico, aplicabilidade e presença ampla em práticas concretas que drenam e deixa esterilidade para trás de si. Na visão da ecologia política, é uma lente empunhada para atentar-se para como fluxos, impactos e graus de destruição atrelam-se à política da extração. Pode ser mobilizado enquanto um jeito específico de estruturar processos de [re]produção gerido a partir de um centro operacional que ao invés de desenvolver forças produtivas, as degenera: o “capitalismo extrativista” exige zonas de sacrifícios e rapina; que a subjugação sele a relação entre quem se colocar frente a suas investidas; que a não reciprocidade com a terra comande sua interação com as áreas de instalação. O extrativismo indica e encarna a estrutura de um modo de acumulação acicatado pelo mesmo imperativo insaciável que move o techno capitalismo global a instrumentalizar, consumir e pôr toda a vida existente em uma redoma gerenciável.

Na literatura especializada, a atenção acadêmica expandiu-se da América Latina para o mundo. As dinâmicas e estruturas das práticas extrativistas e o extrativismo como paradigma remontam ao período colonial, com suas típicas características centro-periferia, assimetria de poder e motor de um ciclo histórico de exploração. No século XXI, houve o aumento da participação do extrativismo no interior de visões de desenvolvimento de governos progressistas latinos, visto que parte do intuito era reverter seus dividendos para o financiamento de mais gastos sociais. A partir desse momento, institui-se historicamente o neoextrativismo, cujo

efeito foi o aprofundamento de padrões de dependência e da forma predatória do capitalismo⁵. O Estado, enquanto força modeladora do mundo sociopolítico, é intensamente ativo na organização dessa fase do extrativismo.

Ao adquirir novas dimensões, o extrativismo torna-se neoextrativismo, segundo Svampa (2019), fenômeno que toma contornos mais definidos no começo do século XXI. Trata-se, ainda de acordo com a autora, de um modelo sócio político territorial que se entranhou na condução política das nações latino-americanas. A promessa de prosperidade a partir do boom das commodities na virada do milênio, propiciou um alinhamento estratégico entre governos e corporações. É o que Svampa (2019) chama de *consenso das commodities*, fiado na exportação em larga escala de bens primários que efetivaria o crescimento econômico e a expansão do consumo na região, por um lado, e em Estados reguladores e redistribuidores, por outro, uma espécie de face institucional.

Uma das consequências dessa “ilusão desenvolvimentista” foi justamente um cenário de hegemonia do capital transnacional na economia periférica, uma intensa reprimarização da economia, numa lógica de pura financeirização da natureza e a intensificação de dependências. Ainda que mantenha a lógica do espólio de sua versão anterior, o neo-extrativismo serve como ponte de acesso para compreender a acumulação contemporânea, a reconfiguração geopolítica global e a compreensão das crises socioecológicas. Ademais, outros desdobramentos colaterais foram o reforço da degradação sistemática do Estado e da sociedade em benefício de agentes emaranhados em negócios de especulação e rentabilidade, o aumento de uma tendência populista autoritária e uma maior concentração de poder em mão das corporações extrativistas para manobrar tomadas de decisões econômicas.

O debate acadêmico evoluiu, expandindo o conceito de extrativismo para além da exploração de recursos naturais e associando-o a diferentes formas de colonialidade no sistema global contemporâneo. A discussão passou a incluir não só os conflitos e a violência gerados, mas também as resistências. Operou-se um giro pós-extrativista no debate, que aponta para a necessidade de superar esses modelos, focando em críticas aos custos socioecológicos, na dominação e na busca por alternativas. O conceito, assim, ganhou uma aplicabilidade muito mais ampla.

⁵ Daniela Andrade (2022) diverge de maneira interessante do uso do conceito para referir-se à realidade brasileira, preferindo, em seu lugar, empenhar a noção de “neoliberalismo extrativista”.

Apropriando-se desses incrementos, Chagnon et al. (2022) introduzem a ideia de um extrativismo global. Eles mostram como as práticas extrativistas moldam estruturas globais, ambientes, relações sociais, corpos (humanos e não-humanos) e o tempo.

Numa aproximação mais ontológica, mais do que um modo de (ab)usar (d)a terra, o extrativismo realiza-se como um modo de agir, de ser no e com o mundo. Ele emerge de um tipo de mentalidade e está associado a relações de poder entre seres e formas de criar mundos. É uma prática antropocêntrica que erode possibilidades para diferentes e múltiplas existências — daí que lutar contra o extrativismo, incorpora o sentido de uma luta por existência. Nesse sentido, os pré-requisitos ontológicos do extrativismo também vem sendo desafiados. Conforme Marisol de la Cadena, citada por Chagnon et al. (2022, p. 772-773), a destruição extrativista só é possível se os seres explorados não forem vistos como seres, nem as paisagens como cheias de vida. A abstração espacial exigida por essa forma de apropriação encara as zonas de exploração como *terra nullius* — lugares de recurso puro, sem propósito próprio ou significados. São lugares que sequer existem, ou que são cheios de vazio — apenas a presença de recursos os lega alguma importância, uma causa ou razão de ser. Existências são ignoradas, negadas, perecem frente imposições; grupos que previamente viviam, trabalhavam e usavam o território, precisarão ser removidos: o extrativismo pode ser pensado como um dispositivo de apagamento de humanos e além-humanos, conhecimentos e mundos.

O extrativismo interrelaciona-se com a demanda dos países por produtos, promovendo a retirada de recursos naturais, geralmente de maneira intensiva. É uma atividade que demanda grandes investimentos, gera significativas decorrências de ordem macroeconômica e ocasiona impactos sociais, ambientais e culturais nos territórios explorados (Acosta e Brand, 2018, p. 36), compondo um processo de disputas socioambientais e mudanças no cotidiano dos sujeitos que residem próximo às atividades de extrativismos mineiras — principalmente quando essas atividades decorrem em desastres.

Os desastres são substanciais ao neoextrativismo minerador, atividade igualmente acoplada com conflitos socioambientais. Esse tipo de conflito, especialmente na América Latina, põe em confronto o crescimento econômico e o meio ambiente. Trata-se daquilo que Martinez Alier (2018) entende, a partir do campo da ecologia política, como conflitos ecológicos distributivos, ou seja, que

partem de disputas pelos recursos ou serviços ambientais. É patente, nessa situação, “a falta de poder daqueles que sofrem externalidades” (Martines Alier, 2007, p. 293), tanto a respeito da capacidade de imposição associadas aquilo que o autor chama de poder de procedimento, de serem atores que conduzem o gerenciamento do território e dos recursos; quanto no que se refere aos que estão em situação de desvantagem no que diz respeito ao pluralismo de valores.

Construídos com base em sua pesquisa sobre os efeitos sociais da exploração mineral em Moçambique, os apontamentos de Gediminas Lesutis (2021) me direcionam na percepção da produção politicamente mediada de condições de vidas atravessadas por danos e sofrimentos multifatoriais, atreladas às forças destrutivas do desenvolvimento capitalista. Vista dessa maneira, a precariedade, segundo o autor, se desenrola nas “abstrações espaciais capitalistas”, das quais o extrativismo é um exemplo central: neste, o espaço é uma abstração porque é um jeito específico de encarar o espaço, uma modelização simplificada que o enxerga como alvo de investimento, como lugar de extração, como fonte de commodities, como um negócio no qual os seres humanos emergem como elementos relativamente descartáveis, com suas complexidades achatadas e submetidas a certas condições de sociabilidade (precárias).

Mariana, bem como os demais territórios vulnerabilizados atingidos pela lama de rejeito, foram lançados em contextos e sujeições precários. Eles foram expostos a danos duradouros que se manifestam espacialmente e desconfiguram as topografias da vida local, experienciadas como tensões materiais e afetivas (Lesutis, 2021, p. 11). Tais dinâmicas não são excepcionais, mas exibem-se como necessária para o próprio funcionamento do capitalismo, indo além da geração de inseguranças na vida social, operando a desativação das possibilidades e articulações de resistências. Apesar disso, a intensificação do extrativismo mineral vem acompanhada da contestação da produção de ruínas e de apagamentos. Assim, entre resignação e confrontos, as forças destrutivas do desenvolvimento capitalista ao mesmo tempo que estruturam vidas também são alvo de oposições coletivas obstinadas.

1.3 - O desastre da Samarco sob as lentes da Sociologia dos Desastres

No Brasil, o acoplamento entre neoextrativismo e desastre se explicita no estado de Minas Gerais, localizado na região sudeste, visto que a região concentra a maior quantidade de barragens de minérios no país, o que equivale dizer que é também a região de maior incidência de desastres relacionados a vazamentos e rompimentos, bem como é eivada por consideráveis conflitos fundiários (Wanderley, Mansur e Cardoso, 2023). Foi justamente nesse estado que ocorreram duas das mais emblemáticas catástrofes-crimes do setor: Mariana e Brumadinho. Estas localidades vivenciaram rompimentos de barragem, gerando destruição de comunidades indígenas, quilombolas e dos moradores dos entornos das áreas impactadas. Além das mortes e da destruição ambiental, o rompimento de laços sociais foi provocado pela ação criminosa das companhias mineradoras.

Anos após os fatídicos momentos de ruptura das paredes de contenção de ambas as barragens de rejeitos, o efeito daninho de ambas acumula proporções desde então. O desastre em Mariana, cidade da região central do estado de Minas Gerais, é o ignitor da presente tese. Em síntese, o caso é emblemático da problemática relação entre o neoextrativismo mineral e transformações socioambientais catastróficas. Enxergo-o como exemplo trágico de alterações súbitas com enormes consequências para o meio ambiente e para os modos de vida — caso dramático e radical que, no horizonte, ajuda a analisar e compreender outros processos mais lentos, graduais (mas nem por isso menos urgentes) associados às mudanças climáticas. Diretamente, territórios inteiros foram apagadas do mapa, parte de sua população e de seu ecossistema pereceram debaixo de toneladas de lama tóxica. Indiretamente, a contaminação das águas e do solo implicou e ainda causa sofrimento para milhares de pessoas.

Somado ao desastre em Brumadinho que ocorreu apenas quatro anos depois, o desastre em Mariana marca a década de 2010 e até hoje permanece parcialmente em aberto⁶, sobretudo no que diz respeito aos complexos processos de

⁶ Em outubro de 2024 foi assinado o novo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) e o Termo de Ajustamento de Conduta relativo à Governança (TAC-GOV) relativo ao rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana (MG). Fonte: Conheça a linha do tempo da tragédia de Mariana (MG). Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/novo-acordo-do-rio-doce/conheca-a-linha-do-tempo-da-tragedia-de-mariana-mg>.

reparação: as pessoas atingidas em Mariana e Brumadinho ainda aguardam resoluções, que percorre delicados circuitos e negociações entre instituições de justiça, corporações e comunidades. Tais pessoas, contudo, não se afixam a uma posição social passiva ou estão desacreditadas de suas agências; pelo contrário, elas engendram formas de resistência, persistência, articulação política coletiva, lutam por reconhecimento, mobilizam demandas e reivindicam ter suas perspectivas levadas em consideração. Percebo o cenário de pós-rompimento, portanto, como uma conjuntura de arranjos assimétricos à qual interrogo as capacidades de determinados atores, em particular a população de Mariana, de seguir vivendo suas vidas em meio às ruínas.

Uma insólita “pedagogia das ruínas” é justamente o que a geógrafa britânica Leila Dawney inspira a tatear. Em co-pesquisa etnográfica realizada no leste europeu, na cidade de Visaginas, cuja origem remonta aos projetos de nação da antiga União Soviética, Dawney (2022) averigua os sentidos, narrativas, vínculos e práticas de um lugar que teve de ser “desativado” ou “descontinuado” (*decommissioned*, no original) para que pudesse integrar a União Europeia. Criada como vitrine da gestão comunista, a cidade de Visaginas foi planejada em torno de uma atividade nuclear, a produção de energia atômica — contudo, esse propósito não era bem-vindo ao esquema de inserção da região ao novo regime político-territorial pós-declínio da antiga potência. As interpretações que a geógrafa constrói tem como epicentro justamente um cenário de fantasmagorias, ruínas, abandono e desencaixes, mas também de gestação de vínculos, criação de sentidos de resiliência, emergência e cultivo criativos de modos de solidariedade.



Figura 8 - Bento Rodrigues antes do rompimento da barragem do Fundão . Fonte: Google Earth.



Figura 9 - Bento Rodrigues depois do rompimento da barragem do Fundão. Fonte: Google Earth.

Sugiro que seja dada ênfase à inclusão e aprofundamento da análise das dimensões subjetivas nos estudos de Sociologia dos Desastres, com foco nos impactos sociais, na construção de significados e nas disputas por esses significados. Isso implica em compreender as consequências materiais dos desastres e também as transformações na identidade coletiva e a negociação dos

sentidos atribuídos a eles na esfera pública. Meu trabalho busca contribuir nesse sentido, promovendo uma abordagem sensível aos aspectos sociais dos desastres.

O caso do rompimento da barragem do Fundão em Mariana, oferece *insights* profundos sobre suas causas estruturais e as complexidades das respostas e recuperações subsequentes. Conforme destacado por Zonta e Trocate (2016), a análise desse desastre pode servir como um ponto de partida para explorar tanto suas raízes técnicas e geofísicas quanto as implicações sociais mais amplas que reverberam através das comunidades afetadas. Além disso, o desastre da Samarco não é um evento isolado, mas representa um microcosmo de questões mais amplas relacionadas ao extrativismo mineral contemporâneo e seu impacto sobre as comunidades locais e o meio ambiente. Como mencionado anteriormente, examino como o extrativismo mineral afeta para além das condições materiais das comunidades afetadas, chegando ao terreno de suas identidades coletivas e o tecido social mais amplo.

Historicamente, a abordagem predominante dos desastres esteve fortemente enraizada em perspectivas geofísicas e técnicas, com ênfase na modelagem, previsão de riscos e estratégias de recuperação. No entanto, como observado por Hewitt (1983), essa abordagem muitas vezes negligenciava os aspectos sociais e culturais dos desastres, levando a uma compreensão incompleta e simplista dos mesmos. Mudanças paradigmáticas mais recentes destacam a importância de uma abordagem mais integrada e sensível aos contextos sociais e culturais dos desastres, reconhecendo que suas causas e impactos são multifacetados e interconectados. Assim, ao considerar o caso de Mariana dentro desse contexto mais amplo, pode-se expandir a compreensão dos desastres em si, bem como apreender-se lições valiosas sobre os desafios e oportunidades de se integrar uma análise mais holística e sensível aos aspectos sociais dos desastres. Esta abordagem não apenas enriquece a compreensão acadêmica dos desastres, mas também pode informar políticas e práticas mais eficazes de mitigação, resposta e recuperação em contextos de desastre.

Segundo revisão bibliográfica de Marchezini (2017) os estudos sociais ligados aos desastres podem ser rastreados até seu mais ou menos consensual início no ano de 1917, com o trabalho do sociólogo Samuel Prince sobre a colisão de dois

navios em uma cidade do Canadá e como a vida das pessoas foi impactada e rearranjada por causa disso. Desde então, expandiram-se noções que implicam uma maior preponderância de dimensões estruturais históricas, culturais, políticas, econômicas, seja em discussões orientadas à exposição diferencial aos riscos devido a marcadores sociais da diferença, à maior ou menor capacidade de resiliência, às dimensões de vulnerabilidade de coletividades, seja em discussões centradas em elementos mais subjetivos como a percepção dos desastres, nos impactos nos vínculos e relações de sujeitos ou nas identidades de grupos.

Tendo em mente que a atividade mineradora, cuja intensidade e extensão de perturbação são notáveis, vai além das transformações ou detonamento de subsistemas hídricos ou bióticos, atravessando componentes socioculturais e políticos, conjuro uma seleção de estudos nacionais relativamente recentes para ilustrar o tipo de contribuição particular da Sociologia dos Desastres como um todo e também indicar componentes valiosos para a interpretação proposta neste trabalho. As cientistas sociais Cristiana Losekann, Andrea Zhouri, Norma Valêncio e Telma Camargo Silva têm se dedicado, cada uma de maneira específica, ao tema dos desastres no Brasil. Vejo no trabalho delas um convite a compor pensamento a partir da danificada paisagem imaterial, vivencial, repleta de histórias, memórias e pontos de ancoragem de pertencimento e vínculos (Oliveira, Lobato e Felipe, 2021) — ou, se preferirmos, de identidades.

Destaco, no interior da vasta obras das autoras mencionadas, como a atenção a aspectos sociais subjetivos tem sido desenvolvida. A começar por Losekann (2018): quando investiga como emergiu a mobilização política dos atingidos pelo desastre da mineradora Samarco atenta para o papel crucial das emoções, do enquadramento simbólico, dos valores dispostos em cena, na articulação de narrativas e como elas dimensionam o conflito. Em Zhouri et. al. (2016, 2018)⁷ a discussão sobre os atingidos por desastres ligados ao setor extrativo

⁷ Creio ser didático salientar que para Zhouri et al. (2018, p. 40) o rompimento da barragem de Fundão não foi simplesmente um desastre tecnológico. Trata-se de um desastre sociotécnico. Essa terminologia reforça a ideia de que o evento ultrapassa uma falha ou um erro técnico pontual: o rompimento representa o ápice de um processo social que alinha má gestão da governança ambiental e falta de investimentos em segurança, produzindo novos padrões de vulnerabilidade e expondo as populações ao risco. Enfatiza também que o problema central não reside na confiabilidade da barragem. O foco recai, ao invés disso, nas escolhas e decisões políticas. A localização dessas instalações, os investimentos em segurança e a forma de licenciamento da barragem construída são fatores que explicitam a existência de dinâmicas sistêmicas de injustiças ambientais. Ainda de acordo com Zhouri et al. (2018), os riscos de um possível rompimento e as

mineral engloba camadas subjetivas ao sugerir regiões de sofrimento não numérico, o que denomina, ecoando Veena Das (1996), de “sofrimento social”; além disso, empreende investigação sobre modos de objetivação e de subjetivação dos sujeitos afetados, algo de crucial relevância no processo de reparação: ser um “atingido” do ponto de vista institucional nem sempre encontra correspondência ou nem sempre reconhece diferentes camadas das experiências de violência. Até aqui podemos perceber no trabalho de ambas uma valorização das formas que as pessoas sentem ou incorporam uma condição de mundo danificado, o que são capazes de fazer com ela para além do lugar de vítima, mas como agentes políticos em conflitos extremamente assimétricos.

A consolidação do campo da Sociologia dos Desastres no Brasil passa, incontornavelmente, pela produção de Norma Valêncio. Desde o alargamento das noções que o conceito implica às diferentes variáveis que podem ser acionadas, seja expandindo a abordagem temporal para enxergar desastres tanto como eventos quanto como processos ou identificando diversas e diferenciais capacidades institucionais e causas de fundo estruturais, Valêncio também dedica atenção aos atributos psicossociais e morais, buscando igualmente ampliar a relevância dada aos danos e dados subjetivos, tomando-os não por si mesmos, mas sempre os situando em esferas mais coletivas (Valêncio, 2009; Valêncio, 2014; Valêncio e Valêncio, 2018; Valêncio, 2019).

De maneira análoga, a antropóloga Telma Camargo Silva desenvolve, há mais de três décadas, interrogações antropológicas sobre o desastre de Césio 137, decorrido na década de 1980 em Goiânia. Particularmente em Silva (2017) questiona-se sobre motivos da ausência de protagonismo político ao longo do eixo geracional, manifesto em forma de retração do engajamento ou mesmo silêncio das pessoas mais jovens do lugar, que já haviam nascido na época do desastre ou descendentes que nasceram posteriormente. Tornando a longa história curta, para ela estão em jogo questões como pertencimento, condições de agência, representação, identidade ou, nas palavras da autora, uma “dramaturgia social”, bem como uma política de memória.

medidas que deveriam ter sido tomadas para evitá-lo eram de conhecimento formal das autoridades responsáveis, das empresas e dos órgãos ambientais que, por negligência ou intencionalidade culposa, contribuíram para a naturalização das ameaças.

As autoras acima pavimentam e subsidiam o tipo de análise que esta pesquisa tenta delinear e elas serão oportunamente retomadas, bastando por hora indicar que elas sinalizam uma transição no campo da ciência do desastre: uma orientação qualitativa cuja ênfase está no “campo dos sujeitos, concebendo a natureza dos desastres no plano da organização social” (Marchezini, 2017, p. 50) de forma contextualizada, situada, sem, contudo, ignorar a dimensão estrutural nem institucional.

1.4 - Sofrimento Social e Trauma cultural em Mariana

Pelo bem do argumento, é preciso voltar a questionar-se: por quais vias a tragédia se desenha, por quais poros se comunica, em que dados ela se pulveriza, se sedimenta e que peças podem ser dispostas para recompor sua complexidade, analisar os seus sentidos. Se, por um lado, racionaliza-se a ruína, por outro, busca-se manter atenção às ressonâncias menos numéricas, quantificáveis ou imediatamente enquadráveis. O que é uma dinâmica de sofrimento, como percebê-la, mensurá-la e situá-la? As memórias enlameadas ou impregnadas por óleo dos sujeitos devem ser lavadas e purificadas ou são em sua própria precariedade e em suas cargas emocionais violentas por isso mesmo mais importantes? Onde, em que eixo, gira e dói um terricídio? Tais sofrimentos tornaram-se tão emaranhados na identidade dos sujeitos atingidos, após o cruel arrastar dos anos, a ponto de constituírem traumas culturais (Alexander, 2012)?

Os impactos gerados pelo neoextrativismo nas pessoas resultam em um significativo sofrimento social, intimamente associado ao trauma cultural. São experiências de sofrimento cujas raízes vão para além das questões internas ou individuais, mas sobretudo relacionam-se a fatores estruturais e históricos relacionados às dimensões políticas, ambientais, culturais, econômicas e sociais. É legítimo afirmar que a mineração, como atividade produtiva ou prática socioambiental do neoextrativismo, é um daqueles fenômenos que impactam uma região “transpessoal”, está sujeita a “representações culturais” e também é “incorporada à memória coletiva” (Kleinman; Das; Lock, 1997), o que caracteriza o sofrimento social. O neoextrativismo mineral é tanto um produtor quanto um exacerbador de sofrimento social.

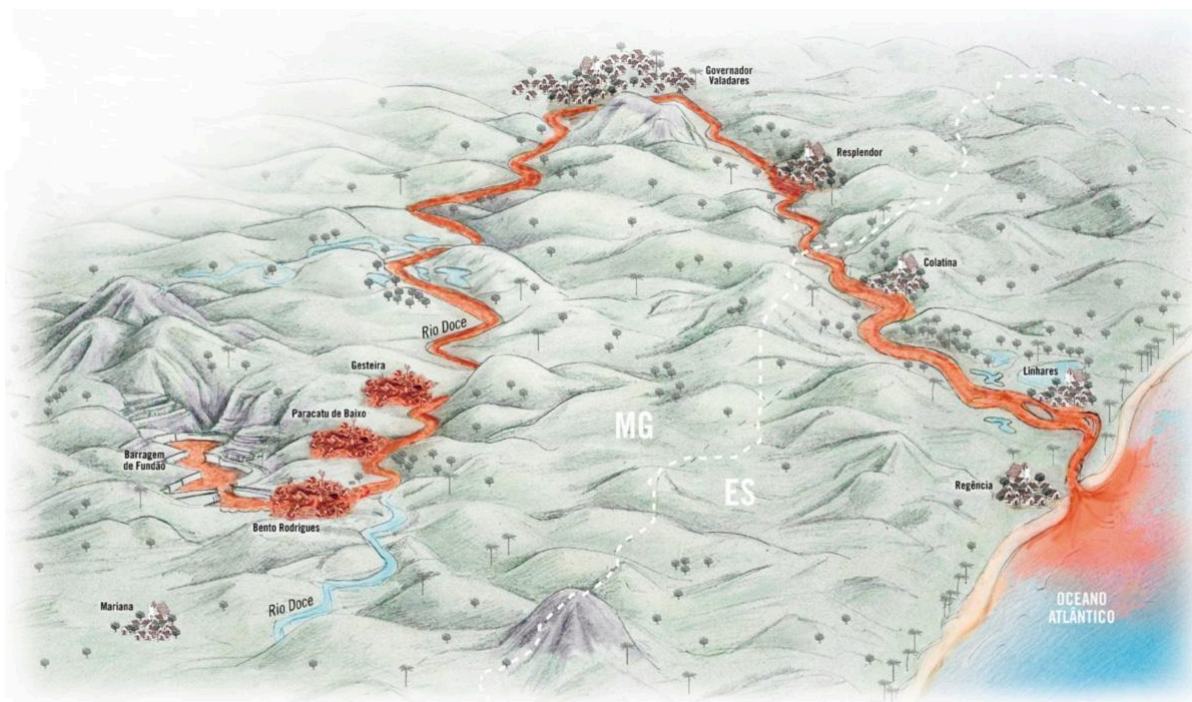


Figura 10 - Ilustração do percurso dos rejeitos de minério. Fonte: Roberto Torrúbia/Revista Piauí, 2016

A designação de “atingidos por barragens” utilizada no cenário que estamos lidando pode orientar a compreensão da experiência de sofrimento em direção ao estrato das experiências coletivas. Também é um sofrimento social porque a dor e a angústia dos afetados pelo desastre do rompimento da barragem foram amolduradas pragmaticamente e epistemologicamente por certos quadros e colocadas em circulação em certos circuitos profissionais, sendo lidas e sistematizadas por certas instituições. Isso transforma vocabulários e traz racionalidades para o primeiro plano que modificarão os termos das representações e experiências de sofrimento. A noção de sofrimento social nos ajuda diretamente a indagar sobre as consequências que os desastres desencadearam na vida dos sujeitos atingidos, tanto em termos de como foi responsável pelos padrões de existência coletiva, quanto de como levou à formação de outros vínculos, como solidariedade, mobilização e resistência, por exemplo (DAS, 1996); (Kleinman; Das; Lock, 1997).

Neste momento, sinto-me habilitado para experimentar uma sumarização: o evento catastrófico em Mariana pode ser analisado como um processo de longo prazo (como recomendado pela sociologia do desastre), associado a acumulações

históricas (como a colonização e seus resíduos estruturais, a reprimarização moderna da economia, a governança da mineração nacional e os imperativos mais amplos do neoextrativismo), e levando em conta seus efeitos coletivos em termos subjetivos e culturais (trauma cultural), ou seja, a sistematização de uma dinâmica de sofrimento. Note-se que começam a alinhar-se elementos para uma análise focada em afetos e experiências no contexto de ruínas, com ênfase nas maneiras como aqueles que vivem em áreas afetadas produzem alternativas para o futuro e maneiras de continuar vivendo no presente.

A definição de evento crítico, tal como delineada por Veena Das, colabora profundamente para a compreensão do desastre-crime da Samarco (Vale/BHP). Trata-se de uma intensa transformação, em diferentes camadas, que desencadeia novas modalidades de ação, redefine categorias tradicionais, ressignifica dimensões da existência individual e coletiva. O desastre-crime foi ignitor de uma outra relação com o território a partir das expulsões; os moradores e cidadãos passam a ser categorizados como “pessoas atingidas”; as pessoas atingidas, por sua vez, retratam e difundem outra “estrutura de sentimento” (Williams, 1979; Santos, 2023), outras percepções e narrativas sobre a mineração — que a enfatizam como algo arriscado, perigoso, inseguro, eticamente irresponsável, puramente pecuniário, por exemplo; outros vínculos emergem, assim como novas formas de comunidade, algumas das quais vão colocar-se e entender-se como atores políticos pela primeira vez (Zhourri, 2016; Losekann, 2018). O sofrimento social irradiado pelos eventos críticos atravessa várias instituições, reconfigura padrões sociais e, como desenvolveremos ao longo desta seção, cria outra paisagem de sensibilidade: uma que se institui a partir da experiência de vida em mundos danificados.

Na medida em que representam observações extensíveis ao desastre-crime da Samarco (Vale/BHP), é bastante profícua a investigação que Veena Das (1996) executa sobre o desastre tecnológico da estadunidense Union Carbide Corporation, que resultou no vazamento de enorme quantidade de gás isocianato de metila de uma fábrica de agrotóxicos desativada em Bhopal, na Índia. Seguindo o argumento de Das, o evento registra um modelo de sociedade em que a criação de riqueza ocorre simultaneamente à geração de destruição. O desastre-crime da Samarco (Vale/BHP) e o da Union Carbide Corporation refletem não apenas realidades locais, mas também engajam diretamente as estruturas modernas, científicas, legais e

administrativas da sociedade contemporânea. Devido à magnitude dessas ocorrências, ambas foram percebidas como desastres coletivos desde o início. Em ambos os cenários, as pessoas vitimizadas enfrentaram dificuldades em entender completamente como e por que o sofrimento lhes foi imposto, muitas vezes sendo pegas de surpresa pelas circunstâncias que levaram ao seu padecimento. Bento Rodrigues, portanto, conecta escalas: a lógica e os atributos do neoextrativismo, portanto, se esgueiram no desastre da Samarco (Vale/BHP), ora explícitos, ora sub-repticiamente, imiscuídos em suas causas e consequências de longo prazo, inclusive no terreno subjetivo e sensível de sujeitos.

Esses eventos desencadeiam reflexões sobre a possibilidade de reparação, compensação ou recuperação do que foi perdido — seja território, laços ou um sentido amplo de pertencimento —, bem como sobre a feitura criativa de novas configurações. Eles também oferecem entendimentos sobre a natureza do sofrimento social e a quebra de padrões coletivos estabelecidos; em particular, instam a pensar sobre como o sofrimento pode ser visto como um confronto com a perda de sentido em determinados aspectos da vida que ameaçam se desintegrar em um emaranhado de incertezas.

No caso particular do desastre da Samarco (Vale/BHP), creio ser valioso à análise funcionalizar a noção de trauma cultural (Alexander, 2012). Segundo Jeffrey Alexander, nenhum evento, independente de sua magnitude, é em si culturalmente traumático. Vê-los dessa forma seria cair em uma falácia naturalista. O trauma cultural trata-se de um dano indelével à identidade coletiva de um grupo, que não poderá contorná-lo na percepção de si mesmo. A partir de lentes construtivistas, o trauma cultural é uma atribuição de sentido a um evento, um exercício intencional de representação. O trauma, nessa acepção, não emerge meramente da experiência coletiva de dor, mas da profunda perturbação que toca o cerne da identidade coletiva do grupo, impulsionando uma reavaliação, exigindo um vigoroso esforço cultural e político por parte das coletividades afetadas. Pode ser compreendido como um mecanismo sociológico que identifica uma grave lesão ao grupo, estabelece quem é a vítima, designa culpabilidade e distribui as consequências tangíveis e intangíveis. Esta perspectiva sobre o trauma é vital para entender como a agência coletiva evolui, ou não, em resposta ao sofrimento social.

Conforme Alexander (2012), o sentido do trauma cultural é fabricado e mediado simbolicamente, atravessado por estruturas sociais; narrativas precisam ser articuladas, elaboradas; o sofrimento precisa ser representado e tomar lugar forte no interior da identidade de certa coletividade. Sociologicamente, é uma perspectiva baseada no construtivismo social, com foco nos elementos configuracionais. Para que algum evento seja alçado ao status de trauma cultural, ele passa por um amplo “processo coletivo de interpretação cultural” (Alexander, 2012, p. 3). É preciso que uma série de respostas seja construída narrativamente e que significados sejam fabricados. Transformar o sofrimento individual em trauma coletivo é um trabalho cultural que envolve ações como “discursos, rituais, marchas, encontros, peças, filmes, contações de histórias” (idem, p. 4). Dessa forma,

[...] o trauma cultural ocorre quando membros da coletividade sentem que foram sujeitos a eventos horríveis, que deixa marcas profundas em suas consciências, transformando suas identidades fortemente, impregnando memórias para sempre. [...] Ao construir traumas culturais é que os grupos sociais, sociedades nacionais e, às vezes, civilizações inteiras, não só identificam cognitivamente a existência de fontes de sofrimento humano, mas também viabilizam a aferição de responsabilidade por eles. (Alexander, 2012, p. 6 - tradução livre)

Alexander (2012) decompõe o processo de trauma cultural coletivo em cinco etapas — a demanda/injúria fundamental; o grupo de transmissão; a audiência e situação; a classificação cultural; as arenas institucionais — com fins analítico-didáticos, não representando necessariamente uma ordem cronológica. O evento em Mariana/MG pode ser lido com as lentes montadas pelo autor, exercício que realizamos adiante:

A demanda ou injúria fundamental é um quesito crucial da construção do trauma cultural. Em Bento Rodrigues, subdistrito de Mariana, os primeiros atingidos diretos são surpreendidos, no momento do rompimento, pelo soterramento das cidades, a devastação ambiental e pelo número de mortos ainda não mensurados (AATR, 2018; Caldas, 2017) — tudo isso conforma um emblema de terra arrasada, ou, em outras palavras, uma situação de fim do mundo. O objeto imediato da demanda coletiva é a assistência emergencial aos municípios da região e aos atingidos e, o mediato, após o estabelecimento e refinamento de um sentido de responsabilização, passa a ser a reivindicação por sanção à Samarco que envolva penalizações, ressarcimento e outras medidas reparatórias decorrentes dos danos

causados pela catástrofe-crime, que tem reflexos jurídicos penais, civis, administrativos, constitucionais, ambientais e internacionais.

Aqueles que vocalizam a demanda ou injúria fundamental são os grupos transmissores, conforme nomeia Alexander (2012). Num primeiro momento é a cidade inteira ou mesmo o estado de Minas que compartilha (e se solidariza com) o sofrimento do soterramento, porém fica nítido quem de fato são aqueles que corporificam o trauma, quem são os principais agentes coletivos do processo de trauma, elaborando-o: os moradores da região de Mariana atingidos direta ou indiretamente pela destruição da barragem. O dano ambiental irreversível é igualmente eloquente e conta com a verbalização principalmente de ecologistas, ambientalistas e povos tradicionais.

A terceira etapa envolve a projeção da demanda para uma audiência mais ampla, na qual o grupo de transmissão vale-se de articulações simbólicas e do que o autor chama de “atos de discurso performativos” (Alexander, 2012, p. 16) com o objetivo de convencimento. O trauma de Mariana é projetado amplamente por meio da súbita atenção midiática, como acontece em catástrofes de grande vulto. Inicialmente, uma performatividade do sofrimento está presente nos atingidos em algumas marcas simbólicas, ocasionalmente espetacularizada e estigmatizada pela mídia: o desespero pela situação; a tristeza pela devastação; a angústia da busca por sobreviventes; a desproporcionalidade surpreendente da catástrofe e a pequenez dos atingidos frente a ela.

Há, nesse quesito, um forte componente emocional que depois se torna mais argumentativo, racionalizado — marcado por outra expressividade e outra chave de persuasão, o convencimento da audiência quanto ao trauma — lançando mão de dados quantitativos, qualificação jurídica, contextualização conjuntural e abstração política. No que diz respeito a essa etapa, é esse arranjo que torna tanto os atingidos convencidos de seu próprio trauma coletivo e que permite que a audiência mais ampla também atribua esse teor traumático ao evento.

Segundo Alexander (2012, p.17),

[...] para a audiência mais ampla tornar-se convencida de que ela, também, tornou-se traumatizada por uma experiência ou evento, o

grupo transmissor precisa se engajar em um trabalho bem-sucedido de construção de significado.

A partir disso, o autor propõe quatro dimensões de representação, estabelecidas no enquadramento de uma narrativa do trauma cultural, descrito no processo de classificação cultural: natureza da dor; natureza da vítima; relação da vítima do trauma com a audiência mais ampla; e atribuição de responsabilidade.

A respeito da natureza da dor em Marina, o sofrimento é coletivo, abarca a perda de toda uma cidade e tudo que continha, inclusive algumas vidas. A dimensão é apocalíptica: equivalente a de grandes eventos da natureza como terremoto ou tsunamis — só que de lama tóxica é proveniente de um empreendimento comercial, ou seja, a catástrofe tem fontes antrópicas. Toneladas de lama tóxica que engolem todo um território, num rastro de centenas de quilômetros de morte, sujeira, apagamento em uma desigual, assombrosa e que apequena as vítimas. A descrição da dor de Mariana se firma compatível com a noção de “rastros de morte” que põe fim a mundos (Krenak, 2019; Menegat, 2003).

Por sua vez, quanto à natureza da vítima, atenta-se ao fato de que as pessoas ora atingidas estavam completamente vulneráveis, desavisadas no momento do rompimento da barragem. Havia o potencial de dano, mas ele era amenizado ou invisibilizado pela retórica dos protocolos de “controle técnico” da empresa que seriam capazes de evitá-lo e contê-lo ou que considerava tal acidente tecnológico como uma possibilidade afastada por laudos e autorizações técnicas, conforme indícios apontados no livro organizado pela professora Graça Caldas (2018). Entre os mortos estão os trabalhadores da empresa e moradores da região próxima, em sua maioria trabalhadores rurais, camponeses. Eram pessoas simples numa cidade pacata e relativamente [tornados] indiferentes ao risco.

As vítimas diretas e indiretas possuem sofrimentos e urgências específicos. As primeiras são os mortos, os desabrigados, os removidos, as famílias destes, a floresta destruída, as toneladas de animais mortos; as segundas são, por exemplo, as que tiveram o abastecimento de água interrompido ou prejudicado, a economia pesqueira inviabilizada, as pessoas da região que viram o comércio e a renda diminuir.

Em seu turno, a relação das vítimas do trauma com a audiência mais ampla no caso da catástrofe-crime em Mariana equivale, em certo sentido, a relação que se constrói entre vítimas de grandes tragédias “naturais” (como terremotos, enchentes, furacões) e aqueles indivíduos distantes, e que acompanham o desenrolar do sofrimento — de espectadora, a audiência tem estimulada em sua capacidade de identificação, e torna possível, por exemplo, uma aderência à narrativa que imputa responsabilidade direta à Samarco. Além disso, sensibilizada, passa a ser capaz de protagonizar rupturas na moldura que naturaliza ou dessensibiliza reações às catástrofes-crimes. Aqueles que perderam tudo ou muito — moradia, bens, parentes, amigos, alguns a própria vida – chocam pela situação abrupta de impotência, vulnerabilização, despossessão e de vida depois do fim do mundo.

A atribuição de responsabilidade é outro elemento da etapa de classificação cultural. Ela diz respeito à identificação de antagonistas, dos perpetradores da injúria fundamental (Alexander, 2012, p. 19). Em Mariana, pode-se perceber que a construção de uma responsabilização foi alvo de disputas, uma vez que deslizou de uma tragédia ou acidente inevitável para ser enquadrada como crime por negligência, com componentes inclusive de corrupção, uma vez que membros diretores da empresa ignoraram laudos que alertavam para problemas na barragem e continuaram com as atividades (Caldas, 2018, p. 66). A interpretação que prevalece no primeiro caso é que a empresa figura como vítima quase tanto quanto as pessoas, ela chega a ser humanizada; na interpretação que acompanha a segunda versão, se torna claro como o acidente poderia ter sido evitado – seja o rompimento da barragem, seja a possibilidade de prevenir maiores danos caso fossem obedecidos os protocolos de segurança em situação de rompimento, visto que nem ao menos a sirene de emergência tocou, o que poderia ter poupado mais vidas. Isso implica outro deslizamento: a tragédia ultrapassa a percepção pelo viés da caridade ou da ajuda emergencial e filantrópica, sendo captada como um problema maior, como um debate sobre reparação, bem como sobre as dimensões e os limites da exploração mineradora.

Por fim, as arenas institucionais são igualmente cruciais na transformação de experiências de sofrimento coletivo em traumas, por meio da criação e fortalecimento de uma “(re) classificação cultural” (Alexander, 2012, p. 19) — sejam

elas as arenas religiosa, estética, legal, científica, midiática ou mesmo a burocracia do estado.

No caso da catástrofe-crime em Mariana, a mídia, sobretudo os grandes veículos de comunicação nacional e internacionais, foi uma das primeiras arenas na qual as narrativas do desastre foram apresentadas e diferentes versões entraram em disputa. As catástrofes possuem, nos manuais de comunicação, um valor notícia ímpar (Silva, 2005), um motivo para veiculá-las com destaque. As imagens de devastação, o sofrimento trágico, o acidente evitável, o crime e a negligência, o heroísmo das equipes de salvamento, a comoção são alguns atributos da cobertura midiática que circularam e ainda circulam hoje, com muito menos frequência.

Movimentos sociais e ambientais também são mobilizados pela própria atenção e atuação em eventos similares como rompimento de barragens. Assim, têm a capacidade de alertar para a complexidade dos danos, em suas dimensões socioambientais e ecológicas, por meio de gramática que nomeia os processos vivenciados.

Na esfera legal e burocrática de Estado, o Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPE/ES), Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPE/MG), Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) e Polícia Federal (PF), cada um em seus trâmites processuais e competências constitucionais, realizaram investigações para apurar o que ocorreu, os porquês e os possíveis responsáveis nas esferas civil, administrativa, penal e ambiental (Caldas, 2018). Sublinha-se a propositura de ação popular pelo MPF em 2016 contra a Vale, Samarco, BHP Billiton Brasil, União e os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santos para que sejam obrigados judicialmente a reparar integralmente os danos (MPF, 2016).

Destaca-se que em audiência, em outubro de 2018, no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJ/MG) pactuou-se que a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais ficaria responsável pelo cadastro das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG, com entrega de 900 dossiês entregues em 2018 e mais algumas centenas sendo realizados em 2019⁸. Em fevereiro de 2020, o

⁸ A SIRENE. Cerca de 900 dossiês entregues às famílias atingidas de Mariana. 2020. Disponível em: <<http://jornalasurene.com.br/justica/2020/04/29/cerca-de-900-dossies-entregues-as-familias-atingidas-de-mariana>>.

TJMG negou recursos de Samarco e os atingidos, nas indenizações, poderão exigir a atualização da Matriz de Danos usada como base de cálculo para valores mais próximos aos perdidos⁹.

Na esfera científica, seja por meio das universidades ou órgãos técnicos oficiais ou independentes, estudos foram e vêm sendo realizados para problematizar condicionantes, consequências e construir análises em variadas dimensões. Percebe-se, provisória e antecipadamente, que as cinco etapas do processo de trauma cultural coletivo em Alexander (2012) podem ser, ilustradas pela catástrofe-crime em Mariana. Adiante, explorarei o que disse aqui de maneira preliminar e a partir da centralidade da memória.

1.5 - As vicissitudes do trabalho de Memória em Mariana pós-rompimento

Passemos agora a uma das formas que tenho empenhado para me aproximar dos sentidos construídos e acumulados pelos grupos atingidos sobre o desastre da Samarco ao longo destes 8 anos: aceder ao que considero acervos de memória. O Jornal A Sirene é um dos principais acervos que elenco a fim de construir interpretações, mas não é o único: os processos jurídicos, embora empreguem uma linguagem própria que não a da narrativa, também indiciam um percurso de acontecimentos e um trânsito de sentidos contenciosos. Além disso, a seleção atenta para memórias não somente sobre os danos advindos dos impactos diretos do rompimento da barragem do Fundão, mas inclui ainda aqueles que se desenrolam no longo processo reparatório.

Duncan Bell (2006) apresenta uma perspectiva crucial sobre a intersecção entre memória e política que muito nos auxiliará nas páginas adiante. Reconstruindo seus argumentos, ele indica que, ao invés de ser um mero registro passivo do passado, a memória atua como um motor ativo que molda as dinâmicas de poder e as identidades. As memórias, especialmente aquelas ligadas a eventos traumáticos, têm um papel fundamental na formação de identidades tanto individuais quanto

⁹ O TEMPO. Samarco perde no TJMG, e atingidos de Mariana podem definir valor de indenização. 2020. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/economia/samarco-perde-no-tjmg-e-atingidos-de-mariana-podem-definir-valor-de-indenizacao-1.2296548>>.

coletivas, influenciando diretamente as percepções e as escolhas políticas. Para o autor, o passado é, na verdade, reconstruído com base nas exigências do presente e a memória, assim como os conflitos em torno dela, emergem como um campo de batalha político. A memória coletiva, por exemplo, se sobrepõe à identidade de um grupo ao fornecer uma base compartilhada de significado histórico. Essa compreensão do passado é tecida em uma narrativa que conecta o que foi com o que é, e projeta essa linha do tempo para o futuro. Esse processo não só cria laços afetivos e um senso de pertencimento, mas também impulsiona a lealdade à “comunidade imaginada”, fortalecendo a solidariedade social.

Bell (2006) expõe ainda que, em tempos de crise, quando a identidade de um grupo é confrontada, a memória é especialmente valorizada. A turbulência força as pessoas a se voltarem para o passado com uma intensidade renovada, em uma tentativa de restaurar o senso de coerência e de *self*. Essa ideia me ajudou a entender a maneira pela qual um desastre como o rompimento da barragem do Fundão pode ser um ponto de virada na identidade de uma comunidade. O evento, longe de ser um incidente isolado, obrigou a uma reavaliação dos vínculos históricos e do papel da mineração na configuração dessa identidade, confrontando o que se pensava ser uma ligação inabalável. Oportunamente, voltarei a isso.

Ao explorar a “linguagem do trauma”, notando sua relevância crescente para além das esferas da patologia, da psicologia e da psicanálise, Bell (2006) elabora sobre como o trauma permite capturar o impacto de eventos catastróficos que abalam a autopercepção de um grupo. Nesses casos, o trauma não é apenas um ferimento, mas um “desafio à identidade” — uma ruptura da confiança e do significado que desestabiliza as fundações de um mundo social previamente estável. Ainda sobre o trauma, Bell nos relembra as contribuições de Jeffrey Alexander, para quem nem todo evento doloroso é intrinsecamente traumático. Friso que Alexander (2012) rejeita a “falácia naturalista” de que certas experiências são naturalmente traumatizantes, propõe que o trauma seja um construto social. O sucesso desse processo de construção reside na capacidade de simbolizar, dramatizar e ritualizar um evento de tal forma que ele se transforme em um trauma cultural. Tais atos são politicamente poderosos por sua potencial capacidade de afetar o estabelecimento de novos códigos morais e a expansão da solidariedade. Em última análise, a maneira como uma sociedade recorda seu passado é um fator decisivo na projeção

de seu futuro, definindo tanto as possibilidades de ação quanto as restrições imaginativas.

Finalmente, Bell (2006) examina a dimensão ética da memória: a compreensão do passado está intrinsecamente ligada a crenças e valores. Nesse contexto, existiria um dever moral de lembrar as injustiças passadas, assegurando que as vítimas não sejam esquecidas. A memória, portanto, não é apenas um conceito histórico ou psicológico, mas um elemento central para a própria ideia de justiça.

De modo a manter a coerência da exposição, faz-se preciso definir como a questão da memória me aparece e se manifesta, neste trabalho, como via de compreensão do contexto de sofrimento social, da construção do evento catastrófico e do processo decorrente como trauma cultural — me permite, no horizonte, elaborar sobre formas de vida em mundos danificados pela mineração. Me apoio principalmente das elaborações de Maurice Halbwachs e de Michael Pollack, autores que ajudam a atravessar por indagações a respeito do que significa lidar sociologicamente com a memória; o que significa a memória coletiva; como aprofundar o entendimento da relação entre memória e identidade; como interpretar a conexão entre memória, identidade e lugar.

A memória é, por definição, o ato e a faculdade de re-apresentar à consciência algo que passou. Por um lado, é algo individual, visto que é apenas o indivíduo que se lembra de algo, nunca grupos ou uma instituição. Por outro lado, contudo, há sempre um componente coletivo, visto que as memórias são moldadas por nossa pertença ao social. É este que define os contornos e os contextos das lembranças, da recriação do passado. Segundo Jean Duvignoud, sintetizando um raciocínio de Halbwachs, o “lembrar” do indivíduo o coloca em “encruzilhadas das malhas de solidariedades múltiplas” dentro das quais está implicado. Mais uma vez, é Halbwachs quem orienta a dimensionar o ato de lembrar do indivíduo como um “fio que existe sempre no interior de uma trama”. Dessa forma, segundo o autor, a memória abriga-se em uma ou mais correntes do pensamento coletivo e sua se faz possível por meio da duração e consistência de uma zona de contato do qual o indivíduo participa com outros, um grupo ou, em outras palavras de Halbwachs, uma

comunidade afetiva. Portanto, é uma dimensão coletiva que se interpõe na faculdade do indivíduo de manter, acessar ou recompor lembranças.

No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia, quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. Dessas combinações, algumas são extremamente complexas. É por isso que não depende de nós fazê-las reaparecer. É preciso confiar no acaso, aguardar que muitos sistemas de ondas, nos meios sociais onde nos deslocamos materialmente ou em pensamento, se cruzem de novo e façam vibrar da mesma maneira que outrora o aparelho registrador que é nossa consciência individual. (Halbwachs, 2006, p. 54)

Quando Walter Benjamin (1987), em seu ensaio “Infância Berlimense”, passa em revista acontecimentos e impressões de seu tempo de menino, não é apenas de si que fala, mas encontramos um sujeito situado, impregnado, mesmo que só o adulto perceba e catalogue, posteriormente, o arranjo, em uma classe, em tradições, enfim, em malhas institucionais. É essa dimensão coletiva que fica patente. Segundo Bosi (1994, p.54), remetendo-se aos empenhos intelectuais de Halbwachs:

[...] nessa linha de pesquisa, as relações a serem determinadas já não ficarão adstritas ao mundo da pessoa (relações entre corpo e o espírito, por exemplo), mas perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais. A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo.

A essa altura me é caro sublinhar que a memória não significa um acervo de dados acessíveis ao bel-prazer do indivíduo, mas apenas quando as possibilidades sociais do <lembrar> apresentam-se, efetivam-se. Adicionalmente, outro elemento digno de nota é a seletividade da memória. Segundo Pollak, ela é um fenômeno construído. Ela é fruto de um trabalho de organização comandado pelo presente, de

maneira que são as preocupações do momento que constituem seu elemento de estruturação. Conforme Gabriele Rosenthal (2014, p. 229) indica, “o presente da narração ou escrita biográfica define o olhar retrospectivo sobre o passado e gera um passado recordado específico em cada caso”. Dessa maneira, o passado não é uma matéria-prima estática, mas relativa, maleável e mesmo impermanente. Portanto, as memórias figuram em um ambiente social e dinâmico.

Uma vez apto a transpor uma abordagem psicológica da memória rumo a outra de cunho sociológico, da dimensão privada para a pública, me proponho a enxergá-la como uma fonte de dados, um substrato de registros e um lócus de análise de fenômenos coletivos importantes para a presente pesquisa. Com isso, consigo verificar como a memória coletiva desempenha um papel fundamental no estabelecimento de um sentimento de identidade. É dessa maneira que (Pollak, 1992, p. 204) a situa, como um “elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fato extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”. A identidade se dá em constante negociação e mesmo disputa com o outro ou os outros, algo que também ocorre com a memória.

Dessa maneira, tanto a estruturação de uma memória coletiva quanto de uma identidade coletiva estão francamente disponíveis a desenrolar-se em um tabuleiro de conflitos. Está em jogo, portanto, um trabalho de enquadramento, de solidificação de sentidos e de apropriações estratégicas. O arranjo da memória tem implicações nas zonas da memória coletiva compreendidas, conforme argumenta Pollak (1992, p. 7), como “investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo trabalho necessário para das a cada membro do grupo — quer se trate de família ou de nação — o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência”. Além de social e dinâmica, a memória nos aparece agora mais nítida em sua face política.

Pollak (1989) esclarece a respeito de uma verdadeira batalha de memórias quando discute sobre o contraste entre memórias oficiais e memórias subterrâneas, quando interroga sobre como um evento político pode ter seus aspectos significativos modulados. Um dado enquadramento de memória pode reforçar ou enfraquecer sentimentos de pertença; pode fornecer um quadro de referências e

pontos de referências relevantes para um grupo. De forma análoga, a matização específica do passado potencializa a manutenção da coesão interna. Ao reforçar o aspecto de seletividade e de negociação na constituição, formalização e estabilização de memórias, o autor sublinha a conexão com a identidade coletiva, visto que a memória participa da definição do que é comum, daquilo que Halbwachs (2006) chama de comunidade afetiva. Não é uma questão marginal: o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e grupal.

Quem lembra, quem está autorizado a propagar essas lembranças como narrativas representativas, o quê lembra, como lembra, que versões são construídas, o que elas revelam, denunciam ou disputam: são interrogações cruciais ao adentrar no campo operacional da memória e tomá-la como um artefato sociologicamente expressivo. Quando Pollak (1989) comenta sobre memórias clandestinas, proibidas, indizíveis ou vergonhosas, que se resguardam por um tempo no silêncio para emergir em momento mais oportuno no qual as “castas políticas e ideológicas” foram redistribuídas, posiciona justamente estes questionamentos para identificar a importância de conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas. A memória coletiva, portanto, serve a propósitos, é alvo de rivalidades, bem como de definição de alianças. Não é uma, mas fragmentada, plural, diversa e mesmo tingida por antagonismos. Este tipo de aproximação guia nossas investidas nesta pesquisa.

Ainda de acordo com Halbwachs (2006), as memórias se desenvolvem num quadro espacial, visto que “o lugar recebe a marca do grupo” e dessa relação a vida em grupo extrai sua estabilidade, continuidade, ordenamento e permanência, elementos que aferem a insígnia de “normalidade” ao “cotidiano”. No que diz respeito ao desastre da Samarco, o “apego de lugar” é um dos vínculos centrais desta fratura biográfica terrível, tanto em sua materialidade objetiva quanto em sua dimensão simbólica. Sem o substrato físico onde se fiava a existência cotidiana, as lembranças adquirem uma tonalidade específica. A ausência do território implicou um forçoso rearranjo coletivo de identidade tanto individual quanto grupal. Voltarei a isso.

No contexto pós-rompimento, as pessoas atingidas vêm sendo impingidas a uma série de mudanças intensas, uma reorganização total da vida. Vida que passa a

ser atravessada por incerteza, insegurança e adaptação compulsória — entram em cena novas formas de construção de si, novos símbolos, espaços e recursos a partir de onde se percebem, constroem e negociam identidades (Arteaga, Ugarte, 2015, p. 107). Raciocinando desta maneira, o território não é apenas uma unidade geográfica, mas uma processualidade sociológica, antropológica, política, histórica: é nessa experiência situada no território — espaço biofísico carregado de atividades humanas, de histórias, memórias e imaginários — que encontramos as concepções e valorizações que fazem os seus próprios habitantes.

Para seguir indagando sobre a conexão território-memória-identidade, alinho a sugestão que faz Francisco Thier Ríos (2012) de que ao olhar antropológicamente para o território devemos valorizar interrogações sobre como ele abriga formas de viver e de habitar (e como essas formas o transformam em retorno). Ríos compreende o território como um produto do conjunto das relações que o homem teceu diariamente entre todo o seu povo, com a natureza e com os outros. Nos territórios, impregnado de cotidiano, fluem os acontecimentos internos significativos a cada coletividade. Pois território também é tempo — vários tempos depositados, entremesclados, vividos.

O entrecruzamento do tempo com o espaço se dá também a partir de memórias e imaginários territoriais, pois territórios estão carregados de passado, uma vez que este é constituído de existências materialmente situadas. A noção de territorialidade me é igualmente valiosa, na medida que se refere a comportamentos que se desdobram no território e que se relacionam com a ideia de como se chega a habitar e permanecer sobre um espaço sobre o qual se impõem ritmos de vidas e formas de interatuar com o ambiente e com os outros. Vale lembrar rapidamente que distintas racionalidades atuam num mesmo território por meio de práticas concretas.

Em contextos catastróficos, onde há tanto uma mudança forçada de território quanto uma reorganização total da vida, seja subjetiva seja dos vínculos com os grupos sociais, emergem novas formas de construção de si mesmo, novos símbolos, espaços e recursos a partir de onde se percebem, constroem e negociam identidades (Arteaga e Ugarte, 2015). Um desastre de larga escala tem como o efeito a suspensão de rotinas, de certezas e de ritmos da vida coletiva: em contraste, é na estabilidade da vida corriqueira que se estabelecem marcos

orientadores e organizadores da vida social, onde podem se cristalizar referenciais materiais e simbólicos que dotam de coerência e estabilidade as dinâmicas cotidianas da população.

A identidade possui um caráter intersubjetivo e relacional, pois emerge da interação social (Berger, Luckmann, 1973). Visto que o desastre também se manifesta na relação que se estabeleceu entre a comunidade e o território ocorrerá, potencialmente, revalorizações de referentes históricos, socioculturais e territoriais. Dito de outra forma, há uma relação entre desastre e construção identitária individual e coletiva, na medida que há transformações de expectativas e de projetos de vida — do sentido de “nós”. Nesse quesito, mais uma vez, a questão da memória não deve ser diminuída.

Também em contexto de desastre (ou de mundos danificados), os sujeitos e as coletividades, colocam com maior evidência para si mesmos e para os outros, crenças, valores e opiniões a respeito do que haviam sido, são e esperam ser. É possível refletir ainda sobre como se dão disputas por apropriação material e simbólica do espaço — pensando em termos de uma identidade territorial. Se diante do desastre entram em cena componentes de incerteza, insegurança e adaptação à existência dos sujeitos, é possível apontar, por outro lado, ações e estratégias de estabelecimento de um maior controle sobre suas vidas. Nesse sentido, práticas organizativas com o objetivo de enfrentar e resolver os problemas que surgem a partir dos desastres reforçam o sentido de comunidade. O trabalho de enquadramento de memória a partir de uma comunidade afetiva nos é particularmente revelador desta asserção.

Ao focar o trabalho de memória, sua conexão com a identidade e o território, verificamos como o desastre em Mariana provocou uma transformação subjetiva específica entre os atingidos, resultando na emergência de uma nova estrutura de sentimento. Essa estrutura está fortemente vinculada ao território e à mineração, refletindo uma mudança na percepção dos moradores sobre suas vidas, suas conexões com o território, e os riscos e danos associados à mineração. A lama de rejeitos impactou mais do que o ambiente físico, alterando a experiência de vida dos atingidos de maneira qualitativa. Eles expressaram e tentaram articular os

diversos impactos do desastre, revelando uma nova forma de consciência prática que combina pensamento e sentimento (Williams, 1979).

Essa transformação pode ser vista como um processo de montagem emocional, onde os afetos geram uma nova consciência após o desastre. Esse componente afetivo impulsiona ações concretas (Sharma, Tygstrup, 2015). Os atingidos passaram a reinterpretar suas relações com o território e as dinâmicas internas, as alterações drásticas em suas paisagens vivenciais. A atividade mineradora ganhou uma nova ênfase em suas vidas. Utilizo a teoria de Raymond Williams sobre a “estrutura de sentimento” para analisar essa mudança, observada, com ênfase, no Jornal A Sirene, que reflete a desestabilização coletiva causada pelo rompimento da barragem.

Para Williams (1979), a “estrutura de sentimento” refere-se a uma qualidade particular da experiência social e das relações, caracterizando um período específico. Ele descreve essa estrutura como firme e definida, operando nas partes mais delicadas de nossa atividade. É o resultado vivo de todos os elementos na organização geral de uma cultura, incluindo as artes (Williams, 1965). Como ficará demonstrado no capítulo 4, lido com esse conceito metodologicamente (Peschel, 2012), identificando e isolando características da experiência afetiva emergente em Mariana. Primeiro, destaco blocos de sentimentos baseados em impulso, contenção e tonalidade. Em seguida, busco configurar esses elementos como uma estrutura, um conjunto específico de relações internas.

Acompanhando Williams (1979), rastreio novos padrões de experiência que representam uma mudança na forma como o mundo é sentido e vivido. No caso de Mariana, essa mudança foi forçada pelo desastre, levando as pessoas a desenvolver novas sensibilidades, hábitos, valores e vocabulários. Novos circuitos (jurídico, midiático, burocrático, médico) passaram a atravessar suas vidas. No entanto, nem todo desastre provoca automaticamente uma nova estrutura de sentimento, nem afeta todos os atingidos de maneira uniforme. Encontrarei os contornos dessa estrutura, na região de Mariana, através da persecução do trabalho de memória realizado pelos atingidos.

Faz-se premente fornecer detalhes adicionais sobre a metodologia total do trabalho. O capítulo seguinte solucionará esta demanda.

CAPÍTULO 2 - CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A seção anterior apresentou as bases conceituais da pesquisa, desenvolvendo as principais chaves de leituras que empenho. A seção atual lida com as questões operacionais da pesquisa, que se realiza a partir de estratégias de captação de dados em fontes específicas e que demandam, à sua maneira, diferentes modalidades de análise. É importante sublinhar que o embasamento teórico pervade o arranjo metodológico e que ambos foram alfaiatados em constante compartilhamento com a comunidade acadêmica e fortalecidos pela validação por pares em constantes discussões realizadas em fóruns especializados.

Nesta seção apresento as fontes de dados que utilizo e que lanço mão para lidar com as questões da pesquisa. Todas elas estão conectadas à longa duração de danos subjetivos coletivos, à identidade coletiva de grupos atingidos, a um intenso trabalho de memória e a um contexto de sofrimento social. Procedendo dessa maneira, reflito sobre as dimensões que estes materiais e dados me permitem acessar, na medida em que são relevantes no cenário pós-rompimento e no processo de reparação. Também elenco os procedimentos que tornam viáveis as interpretações pretendidas por esta pesquisa.

Neste capítulo, explicito com que materiais e ferramentas metodológicas intento lidar com o seguinte conjunto de indagações em mente, todas mencionados na introdução do texto: dado o passar do tempo e a reafirmação prolongada dos danos sociais por parte das pessoas atingidas, por que veio encontrar os rastros do trabalho de memória em mundos sociais danificados por desastres promovidos pelo neoextrativismo minerador brasileiro; como esse trabalho de memória demonstra a maneira por meio da qual estes mundos danificados se rearranjam; em tais cenários, como se manifestam e como são enquadrados os danos sociais de longa duração; nesses contextos, como captar dinâmicas de sofrimento social; como remontar, se possível, o processo de estabelecimento do evento catastrófico da Samarco como trauma cultural?

Compõe o escopo de dados desta pesquisa fontes documentais, dados narrativos, dados etnográficos colhidos em trabalho de campo e os materiais de uma campanha veiculados no ciberespaço.

2.1 - O Jornal A Sirene

O primeiro material alçado para o ingresso vertical no universo de narrativas das pessoas atingidas pelo desastre da Samarco foi o Jornal A Sirene, um veículo de comunicação comunitária. Ele é viabilizado coletivamente com a participação de diversas comunidades afetadas pelo desastre, incluindo Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Ponte do Gama, Pedras, Campinas, Borba e Camargos, além de grupos de apoio, uma agência produtora de conteúdo, membros universitários e a arquidiocese de Mariana. As edições desse veículo são mensais, com cerca de 16 páginas cada, e a tiragem mensal, no período analisado, é de aproximadamente dois mil exemplares.

Originalmente, realizei um exercício procedimental no artigo “O desastre de Mariana através do Jornal a Sirene: a emergência de uma estrutura de sentimento entre os atingidos”, apresentado no 46º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais e posteriormente publicado na revista Aurora, organizada pelo Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (NEAMP), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como parte do dossiê “Cartografia das Ruínas do Antropoceno Brasileiro”. Utilizo como base de interpretações as publicações realizadas ao longo de quatro anos (de fevereiro de 2016 a dezembro de 2019, totalizando 44 edições). Este recorte temporal foi escolhido porque abrange um período significativo anterior ao surto da pandemia de Covid-19, permitindo uma análise detalhada sem a interferência das mudanças drásticas trazidas pela pandemia.

O jornal comunitário, tomado aqui como dispositivo de expressão engajado e de autoria compartilhada, serve-me como uma valiosa base documental para avaliar uma série de fenômenos, especialmente devido ao protagonismo narrativo dos atingidos, marca que remete ao que Clifford (1994) chamada de “nova autoridade etnográfica”. A autorreflexividade na responsabilidade editorial é marcante, visto que os membros das comunidades afetadas colaborativamente escolhem, aprovam e realizam grande parte do material publicado.

O jornal comunitário oferece provocações sociológicas sobre como os grupos atingidos se reorganizaram tanto simbólica quanto empiricamente, por mobilizações e atos políticos, em resposta ao desastre. No âmbito desta tese, a análise do JAS

centra-se nos relatos, testemunhos, memórias e sentimentos apresentados nas publicações, abordando principalmente as dimensões subjetivas do desastre, suas consequências de longa duração, a estrutura de sentimentos emergente, a política de memória realizada e a concepção do desastre como um trauma cultural. Utilizando os relatos, as narrativas e os testemunhos publicados no jornal, observo como as vozes se engajaram com os eventos e como negociam controvérsias através da escrita e da imagem.

Os registros no JAS projetam estruturas de sentimento emergentes, visto que é possível detectar seus indícios e vestígios nesse material cultural. O JAS — que se coloca como uma certa autoridade discursiva coletiva, capaz de ser um dispositivo narrativo agenciado pelos atingidos onde podem representar e apresentar sua situação — é uma arena de exercício de expressão, tensionando e oferecendo próprias chaves de leitura do desastre, tateando por uma disponibilidade semântica na variedade de relatos e narrativas. Nele, julgo ser possível verificar a modulação do enquadramento do desastre, a partir de seus autores, ao longo do tempo.

A análise do seu conteúdo, orientada pelas questões de pesquisa, são elementos importantes para o desenvolvimento desta tese. Os fragmentos textuais foram selecionados em virtude de sua pertinência, representatividade, diversidade temática e dimensões testemunhais. Concentro-me em textos que valorizam depoimentos, relatos, opiniões e análises dos próprios atingidos relacionados ao desastre, incluindo sentimentos de perda, estratégias de resiliência, dinâmicas de mobilização comunitária e narrativas de identidade, por exemplo.

Não compõe a amostragem textos editoriais, textos ficcionais ou institucionais informativos, como, por exemplo, os relacionados aos direitos dos atingidos, de autoria de membros do Ministério Público, nem informes sobre agenda de eventos e de mobilizações. Também não se realizou recorte específico por marcadores sociais da diferença (gênero, raça e classe).

2.2 - Trabalho de campo

A seleção do município de Mariana para realização de trabalho de campo deu-se em decorrência do desastre-crime da Samarco, visto que a barragem do Fundão estava instalada em seu subdistrito, Bento Rodrigues, e muitas famílias foram removidas para essa localidade, onde grande parcela ainda reside. A cidade de Mariana é, portanto, o recorte geográfico inicial da pesquisa, cuja atenção recai, de forma expandida, pela extensão do Rio Gualaxo (Santa Rita Durão, Bento Rodrigues, Camargos, Bicas, Monsenhor Horta, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Borba, Braúnas, Ponte do Gama, Mata do Chaves, Águas Claras, Campinas e Pedras — ver Figura 11). Essa escolha também é motivada pela vastidão da área dos impactos e pela localização estratégica de instituições e sujeitos que participam da governança dos efeitos do desastre-crime. O trabalho de campo durou 18 dias, de 06 a 23 de julho de 2023.



Figura11 - Mapa interativo criado pela Cáritas-MG que compõe acervo do Museu Virtual "Mariana Território Atingido". Fonte: Cáritas/MG

Um dos princípios orientadores do trabalho de campo foi a não-invasividade e a consciência da já documentada experiência de assédio que acomete as pessoas atingidas pelo desastre-crime da Samarco. Por essa razão, decidi que a primeira visita a campo teria como principal mérito a ambientação com a cidade; a percepção de como e a partir de que sujeitos coletivos o desastre-crime emerge no cotidiano da cidade; o estabelecimento de vínculos institucionais; e, na medida em que isso se mostrasse adequado, relações mais subjetivas. Em específico, a difusa e ampla questão de “por onde, no cotidiano da cidade e a partir de que indícios o trauma cultural se manifesta, se comunica e se capilariza?” orbitou minha atenção. Também estive interessado em perceber como o desastre se materializa no presente, como a memória dele é cultivada, quem o faz e como.

Com isso em mente, as ações de caráter coletivo, público e institucional foram as que inicialmente me permitiram em campo, a entrada em um circuito de eventos, discussões e de interações com pessoas que se implicam diretamente em atividades que remetem ao desastre-crime. Essas ações, seus participantes e os discursos proferidos naquelas por estes, qualificam as reflexões sobre a experiência pós-rompimento das pessoas atingidas, com alguma ênfase para os diferentes modos de engajamento com o processo de reparação.

Em um caderno de campo, mantive notas etnográficas a partir de minhas experiências: observando reuniões e registrando o teor de discursos na sede da Comissão dos Atingidos Pela Barragem do Fundão, em Mariana; em reuniões com representantes do poder público federal sobre a repactuação do processo de reparação, em Mariana e em Barra Longa; em reunião do conselho Municipal do Meio Ambiente (CODEMA) com membros do poder municipal, representantes da Samarco, pessoas atingidas pelo rompimento do Fundão e outros membros da sociedade civil da região; idas ao território de Bento Rodrigues, arruinado pelos rejeitos de minérios, em uma das quais conheci membros do grupo de moradores “Loucos pelo Bento”; além de conversas com interlocutores especializados, como duas professoras universitárias, um fotógrafo que lançava um livro fotográfico sobre mineração no período, e profissionais membros de assessorias técnicas independentes.

Caminhar pela cidade, conviver com seus cidadãos , entreouvir conversas na fila do supermercado, observar, enfim, em que grandes gestos ou detalhes corriqueiros o desastre ainda se presentifica: o trabalho de campo inicial, exploratório, também se constituiu a partir de percepções de elementos do cotidiano de Mariana. A primeira ida a campo foi ainda uma ocasião em que me dispus a “ser afetado” (Favret-Saada, 2005) por um cenário danificado por desastre na mineração colocou-me em uma posição mais qualificada para captar o vivido pós-rompimento, para além de uma pretensa observação imparcial.

Algumas considerações sobre o primeiro trabalho de campo foram compartilhadas no Segundo Congresso da Rede Internacional de Sociologia das Sensibilidades, no Grupo de Trabalho 17 — Políticas das emoções na era do Capitaloceno: Explorando o Universo das sensações no fim do mundo. Uma versão desta discussão foi publicada sob o título “Formas de habitar mundos estilhaçados no Capitaloceno: recompondo as ruínas de Bento Rodrigues”, no dossiê Paisagens pós-antropoceno, na PIXO – Revista De Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade.

2.3 - Análise de conteúdo da campanha #100DiasporMariana

Inicialmente, devemos entender que “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (Bardin, 1977, p. 31). A Análise de Conteúdo (AC) constitui-se de procedimentos para a interpretação de comunicações (verbais e não-verbais) tematizadas.

Por meio de Bardin (1977, 2016), entendo que todo material que transpõe uma mensagem pode ser tomado como comunicação para análise. Desse modo, seleciono a AC como ferramenta metodológica desta pesquisa. A grosso modo, a AC funciona a partir da coleta de dados, descrição e sistematização categorial.

A categorização, enquanto procedimento metodológico, é realizada por meio de agrupamentos de sentidos derivados das características — frequência e presença ou ausência — de elementos que constituem unidades de sentido. De acordo com Bardin (1977, 2016), essas unidades podem ser compreendidas como gavetas significativas que orientam a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem.

Por meio de Bardin (1997, 2016), compreendo que as aplicações da AC podem ser realizadas em cinco etapas: “leitura flutuante” (observação), formulação de hipóteses (percepções iniciais), codificação (unidades de sentido), categorização (agrupamentos de sentidos/tematização) e inferências (discussões por meio das hipóteses e sistematização categorial).

Destarte, visualizo que, para responder à pergunta-problema, lanço luz sobre as publicações do perfil do Instagram @revidamariana como corpus de análise, com a delimitação da campanha #100diasporMariana, uma das ações articuladas pela campanha Revida Mariana. Lançada em 29 de junho de 2024, ela estabeleceu uma contagem regressiva para o julgamento das mineradoras Vale e BHP Billiton em Londres, previsto para outubro do mesmo ano. Com o lema "9 anos de impunidade, 100 dias para fazer justiça", a iniciativa teve como objetivo mobilizar a sociedade civil, movimentos sociais, organizações não governamentais e a imprensa para acompanhar o caso e ampliar a pressão pública por responsabilização. Como parte da estratégia de articulação, foi disponibilizada ainda uma carta-manifesto no site da campanha, aberta para adesões e assinaturas em apoio à causa.

Dito isso, sigo para a aplicação da AC. Segundo Bardin (1977, 2016), pelo menos duas unidades de sentido são necessárias para a utilização da AC: codificação e contexto. A primeira refere-se às unidades de codificação: características, por conseguinte, suas repetições e agrupamentos de sentidos, as quais tematizam-se em categorias.

Esse momento da aplicação metodológica é resultante do processo de descrição do corpus, que gera um agrupamento macro do mesmo. A partir disso, observo como se estrutura o conteúdo que, tratando-se do Instagram (local de coleta), foca-se no formato das publicações.

Para tanto, organizo um quadro expositivo com as seguintes estruturas de conteúdo:

1. *Carrossel*: formato de múltiplas imagens com informações diagramadas;
2. *Peças jornalísticas*: manchetes, fragmentos de notícias e reportagens em vídeo que tratam do desastre e seus desdobramentos;
3. *Vídeos*: trazem as experiências dos atingidos e a cobertura sobre o julgamento;
4. *Imagens*: com informações diagramadas;

5. *Contagem*: fotografias de rostos em preto e branco, às quais atribuímos o sentido de “capas”, por se tratarem da contagem regressiva para o julgamento britânico.

Quanto a essa última estrutura, todas as fotografias estão em preto e branco, com rostos de grupos afetados pelo desastre: crianças, pessoas negras, indígenas, idosos e mulheres.

Quadro 1 – Composição do *corpus*

Publicações	Quantidade
<i>Carrossel</i>	11
<i>Peças jornalísticas</i>	11
<i>Vídeos</i>	20
<i>Imagem</i>	5
<i>Contagem</i>	8
<i>Total</i>	55

Autor, 2025.

A partir desse material, podemos fazer algumas inferências. A primeira constatação é que o vídeo foi a estrutura principal no processo de comunicação da campanha. Isso pode sinalizar uma estratégia de personalização das vidas atingidas pelo desastre, pois prioriza a voz de quem foi afetado, ao mesmo tempo que traz o acontecimento para o agora.

Outro ponto a destacar é que, nas publicações em formato carrossel e nas peças jornalísticas, são utilizados: acontecimentos, dados, pesquisas, quantificações e outras informações que apontam para a materialização do desastre e sua presença na vida das pessoas afetadas por ele.

A leitura flutuante do material coletado (55 publicações) constituiu o processo de codificação. Para facilitar a organização dos formatos de conteúdo, os dividi em três agrupamentos: “Capas” (Figura 12), “Vídeos personalizados” (Figura 13) e “Imagens com informações” (Figura 14).



revida_mariana A contagem regressiva para o julgamento das mineradoras em Londres por danos ambientais em Mariana, MG, começa: 100 dias para buscar justiça.

A campanha "Revida Mariana" mobiliza a sociedade por reparação integral. A esperança se renova enquanto os atingidos pela tragédia aguardam por um veredito que pode marcar um precedente na responsabilidade corporativa.

Com mobilizações e o apoio crescente, a luta por um futuro mais justo e seguro para as comunidades afetadas ganha força.

#JustiçaAmbiental #RevidaMariana

Figura 12 – Peça do agrupamento "Capas". Fonte: Instagram, 2024.

A construção imagética dessas capas tem manchas vermelhas em suas laterais e letras em verde (referente a Mariana) e branco (destacando o número de dias para o julgamento). Semioticamente, essa composição visual parece remeter ao sentido de luto (preto e branco e rostos) e de crime (manchas vermelhas remetendo

a sangue). Esse conjunto resultou na sistematização de agrupamentos de sentidos: nossas tematizações.



Figura 13 – Peça do agrupamento Vídeos personalizados. Fonte: Instagram, 2024.

O segundo agrupamento de formatos foi o de vídeos personalizados. Nesse formato, encontrei dois tipos de vídeos: com relatos de atingidos e metafóricos. Para exemplificar os relatos de atingidos, trago a publicação de 13.09.2024, um vídeo de uma mãe atingida (Gelvana), que perdeu seu filho no desastre, externando indignação diante de nove anos de processos que não cumprem justiça. Já relacionado ao aspecto metafórico, apresento a publicação do dia 30.06.2024, que se trata de um vídeo de um bolo com a inscrição “Rio Doce” sendo fatiado, o qual faz menção aos nove anos de luta, bem como ao aspecto econômico e político do desastre que está sendo negociado.

Sujeitos que movimentam a luta, bem como elementos audiovisuais metafóricos concernentes à luta política dos atingidos em relação com as mineradoras e trâmites jurídicos, são representados.



Figura 14 – Peça do agrupamento Imagens com informações. Fonte: Instagram, 2024.

Já a terceira caracterização, “imagens com informações”, trata-se de um conjunto de dados, estatísticas, relatos, embates jurídicos, resultados de pesquisas, textos jornalísticos e fotografias do desastre. Esse conjunto de informações é organizado com designs visuais, atualizando e trazendo a memória do desastre para o presente. Um ponto a destacar desse agrupamento é que ele fornece indicativos de vozes institucionais modulam (legitimam e/ou materializam) que consideram o desastre não como algo encerrado, mas que ainda está em curso.

A repetição de características audiovisuais e textuais permitiu um agrupamento de sentidos: coletividade e sofrimento, denúncia, luta e ação política. O critério de seleção foi o material produzido e disseminado na janela temporal da campanha, remetendo-se direta ou indiretamente a ela. “Luta”, “atos de denúncia” e “informação” são as categorias formuladas através do processo de codificação dos dados desta pesquisa.

No âmbito das categorias, é importante pontuar que elas não são excludentes. Elas se interseccionam na maioria das publicações. Isso é visível pois, em quase todo o material, os termos que se repetiram foram: “crime”, “justiça”, “reparação” e “futuro”. No geral, os textos são construídos em tom pessoal e informativo, que, ao mesmo tempo em que tratam das experiências dos atingidos, os tornam elementos de luta e construtores de uma outra narrativa. Esse outro modo de narrar diz respeito a um posicionamento frente ao desastre, que articula três

sentidos gerais, os quais tomamos por categorias: a) Luta, b) Atos de Denúncia e c) Informação.

Quadro 2 – Categorização

Categoria	Características (unidades de contexto)
Luta	As características dessa categoria estão nos relatos dos atingidos, antes e após o desastre. O material ligado a essa categoria é composto por vídeos e textos que compartilham as experiências dos atingidos. Percebemos que esse conteúdo carrega sentidos que justificam a luta por justiça, atrelados ao aspecto subjetivo, que expõe memórias, dores, danos à saúde física e mental, e o luto por perdas — de sujeitos e de espaços.
Atos de Denúncia	As ações da campanha são a principal característica desta categoria. Semelhante à anterior, trata-se também da partilha de experiências, mas, especificamente, caracteriza-se pela personalização das relações e ocorridos, tornando viva a relação com o desastre. Expõe também a pluralidade de sujeitos atingidos e como os mesmos se mobilizaram — e seguem se mobilizando — há quase uma década.
Informação	Esta categoria se caracteriza como uma estratégia da campanha. Ela é constituída por textos extraídos de veículos jornalísticos e institucionais, que carregam a esfera normativa com dados e linguagens jurídicas e quantitativas, relacionando o sentido de trazer informações sobre acontecimentos vinculados ao desastre, às empresas envolvidas e aos processos jurídicos. Percebemos que este material constitui uma estratégia de trazer o acontecimento para o presente, bem como apresenta críticas às empresas e aos processos jurídicos relacionados a elas, somando suas vozes às informações apresentadas.

Autor, 2025.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DO JORNAL A SIRENE

A atuação deste veículo é, de diversas maneiras, distinta da forma como o jornalismo hegemônico conduz seus procedimentos. O lugar tutelado da vítima dá lugar às pessoas atingidas como protagonistas do discurso, seus testemunhos não puramente descritivos, mas alçam lugares de indignação, denúncia e análise. Para maior precisão, é prudente, verificar o que afirma Amaral (2015; 2013), Amaral et al (2023) e Motta e Amaral (2018; 2023)¹⁰. Assim procedendo, verifico como o jornalismo atua na coordenação dos sentidos do acontecimento, de que forma transpõe um problema individual para o âmbito dos problemas coletivos, bem como na estabilização dos sentidos num discurso de prevenção e de superação. Os autores mencionados se ocupam, em grande medida, com a cobertura jornalística em contextos de desastre. Boa parte de suas produções discutem como, nas 24h seguintes aos eventos trágicos, as condições da produção jornalísticas são *sui generis*, dada a maior complexidade que envolve os eventos-gatilho.

Cobrir um desastre de grande monta, embora configure uma situação de exceção, na medida em que as rotinas produtivas são alteradas e rearranjadas frente à demanda de caracterizar o acontecimento, não significa que certas estratégias e modelos pré-concebidos não sejam mobilizados. Um dos focos da linha investigativa de Amaral, Motta e colegas é como o jornalismo de desastre situa, assimila, modula e condiciona as experiências e narrativas das vítimas, construindo com isso a realidade midiática dos eventos desastrosos. Para eles, no dia do desastre a comoção pública chega ao seu pico. No calor dos acontecimentos, nem sempre é possível ao jornalismo ordenar ou pôr em disponibilidade todas as informações necessárias para que a audiência acesse as dimensões, os motivos, as causas e as consequências do desastre de maneira plena. Nesse momento dramático, o tom testemunhal demonstra-se crucial: é quando vítimas diretas e indiretas, entes próximos a estas ou testemunhas são prioritariamente convocados, suas experiências e narrativas são dispostas a fim de reconstruir o acontecimento. Suas falas ilustram o sofrimento, caracterizam as vítimas e os acontecimentos, produzem um efeito de presença e conferem um sentido de veracidade, bem como aproximam o espectador do acontecimento por meio de certos apelos à sensibilidade. Em tal configuração de cobertura, a comoção é fruto de uma

¹⁰ Agradeço à Prof. Dra. Norma Valêncio, membro da banca de qualificação, à recomendação da leitura desse conjunto de materiais.

imbricação de informação e emoção, estando ela mesma sujeita a estratégias, tendo em vista que operadores específicos entram em cena para introduzir, reforçar e autenticar emoções. Em decorrência, a cobertura de desastre torna-se capaz de sugerir um horizonte moral ou uma postura normativa ao espectador, induzindo o que ele deve sentir.

Em maior detalhe, devemos nos perguntar, com auxílio sobretudo de Márcia Franz Amaral, tanto quem são as vozes autorizadas a enunciar os danos em um mundo ferido quanto sobre a maneira em que são viabilizadas e emolduradas. Ao questionar como os desastres que envolvem o ambiente são construídos pela perspectiva das fontes, ela destaca maneiras como o discurso jornalístico atribui papéis discursivos específicos às declarações de diferentes agentes sociais: fontes autorizadas, fontes experts e fontes testemunhais. Em suas elaborações sobre a construção dos acontecimentos e os depoimentos alinhados a essa tarefa, a autora encontra uma política de visibilidade das fontes, visto que estas são constrangidas a lugares pré-determinadas com efeitos previstos ou, em suas palavras, lugares de poder naturalizados. Às fontes testemunhais caberia a designação, demonstração e a reconstituição dos fatos, a pura descrição. Elas não opinam, avaliam, analisam nem elucidam os fatos — estão afastadas das regiões discursivas do poder, da autoridade e do conhecimento. O papel do testemunho, nesse caso, está circunscrito à afirmação da realidade, à reconstrução da experiência traumática, ao relato de uma vivência radical, um lugar singular de pura concretude. Às vítimas, no ambiente do jornalismo hegemônico, caberia exhibir seu lamento e sua manifestação propõe efeitos patêmicos ligados à aflição, ao terror e à tristeza. Chamamos a atenção para o contraste, como se verá adiante, entre a forma que o Jornal A Sirene comporta-se discursivamente e o tratamento midiático padrão. É importante manter esse contraste em mente.

Antes de seguirmos aquilo que foi indicado na seção metodológica, procederei a uma breve consideração sobre as capas das edições analisadas. Sem pretensão de conduzir uma análise semiótica pormenorizada, gostaria apenas de indicar ao leitor da tese certas recorrências, padrões imagéticos e acionamentos simbólicos. Trata-se de refletir sobre a representação da pessoa e das coletividades atingidas a partir dos elementos acionados, mobilizados, dispostos e de suas qualidades estéticas. Individualmente, existe uma intencionalidade na capas das edições, mas elas também *dizem algo em conjunto*.

A partir das capas das 44 edições, podemos apreender como são representados imagetivamente o cenário e as consequências pós-rompimento. A devastação física e material está presente, com elementos como as marcas da lama na paisagem e nos debrís. Contudo, não é esse o elemento principal ou mais constante. O maior número das capas são fotografias em close up de pessoas que, ao passo que indicam uma tentativa de aproximação do leitor da intimidade e da experiência individual, também colocam tal experiência individual como válida para ilustrar um sofrimento que é coletivo, social.

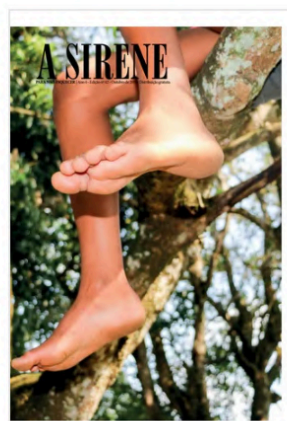
A presença, a voz, o cotidiano e a dignidade dos sujeitos atingidos são valorizados nas capas, seja através da humanização das vítimas, da variedade etária, racial e de gênero dos indivíduos apresentados, seja remetendo-se ao esforço coletivo por direitos ou na manutenção de práticas tradicionais de cunho religioso ou laboral. Embora ocasionalmente alinhem elementos para indicar o cansaço, a espera ou a precariedade, as capas não aprisionam a experiência das vítimas do rompimento da barragem do Fundão em uma redoma de puro sofrimento, mas propõem-se suporte de críticas, esperança e reflexão.



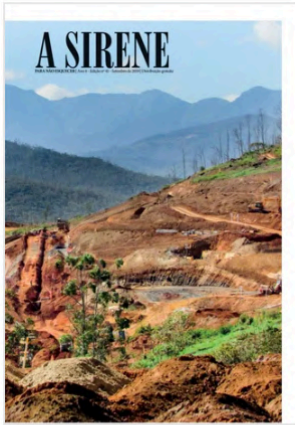
A Sirene - Ed. 44 (Dez...
December 6, 2019



A Sirene 4 anos - Ed. 4...
November 4, 2019



A Sirene - Ed. 42 (Outu...
October 4, 2019



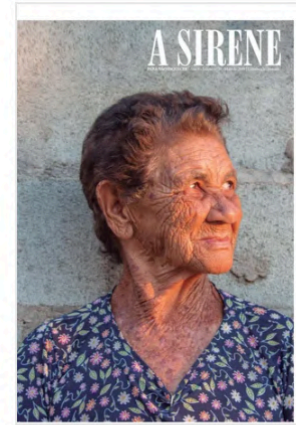
A Sirene - Ed. 41 (Sete...
September 5, 2019



A Sirene - Ed. 40 (Julh...
July 5, 2019



A Sirene Ed. 39 (Junho...
June 5, 2019



A Sirene Ed.38 (Maio/2...
May 5, 2019



A Sirene Ed.37 (Abril/2...
April 4, 2019



A Sirene Ed. 36 (Março...
March 6, 2019



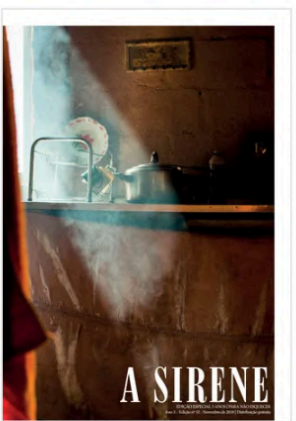
A Sirene - Ed. 35 (Feve...
February 5, 2019



A Sirene - Ed. 34 (Jane...
January 5, 2019



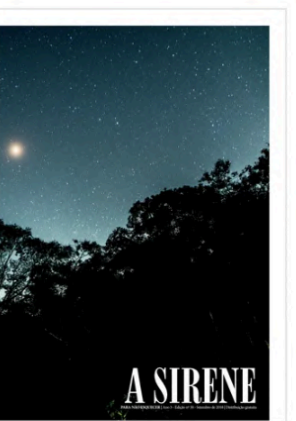
A Sirene - Ed. 33 (Dez...
December 5, 2018



A Sirene 3 anos - Ed. 3...
November 5, 2018



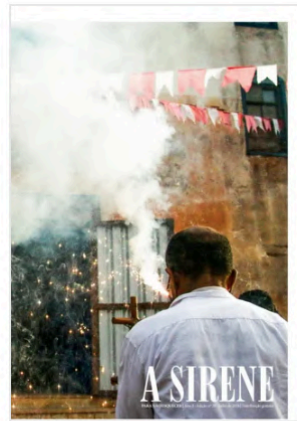
A Sirene - Ed. 31 (Outu...
October 5, 2018



A Sirene - Ed. 30 (Sete...
September 5, 2018



A Sirene - Ed. 29 (Agos...
August 5, 2018



A Sirene - Ed. 28 (Julh...
July 5, 2018



A Sirene - Ed. 27 (Junh...
June 5, 2018



A Sirene - Ed. 26 (Maio...
May 5, 2018



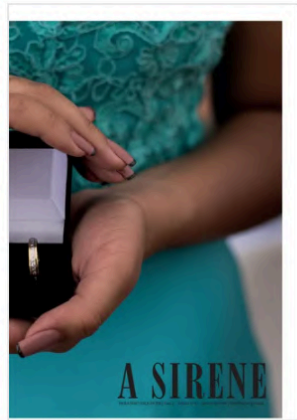
A Sirene - Ed. 25 (Abril...
April 5, 2018



A Sirene - Ed. 24 (Març...
March 5, 2018



A Sirene 2 anos - Ed. 2...
February 5, 2018



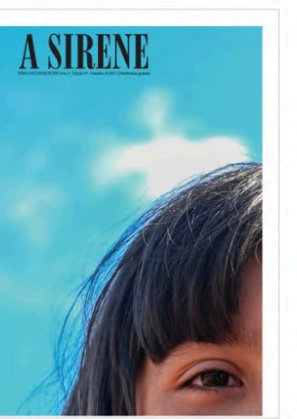
A Sirene - Ed. 22 (Jane...
January 5, 2018



A Sirene - Ed. 21 (Deze...
December 5, 2017



A Sirene - Ed. 20 (Nov...
November 5, 2017



A Sirene - Ed. 19 (Outu...
October 5, 2017



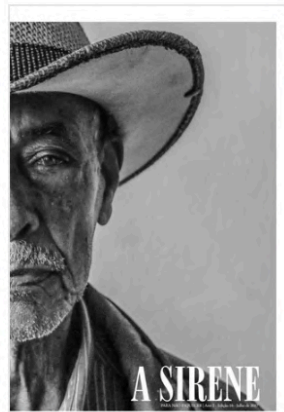
A Sirene - Ed. Especial ...
September 20, 2017



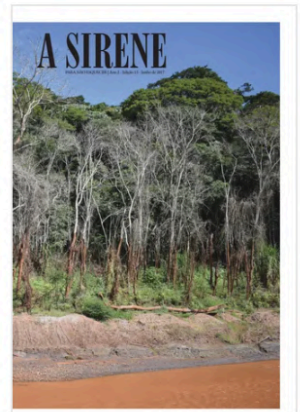
A Sirene - Ed. 18 (Sete...
September 5, 2017



A Sirene - Ed. 17 (Agos...
August 5, 2017



A Sirene - Ed. 16 (Julho)
July 5, 2017



Jornal A Sirene - Ed. 15...
June 5, 2017



Jornal A Sirene - Ed. 1...
May 5, 2017



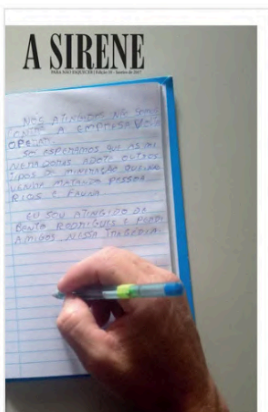
Jornal A Sirene - Ed. 13...
April 5, 2017



Jornal A Sirene - Ed. 12...
March 5, 2017



Jornal A Sirene - Ed. 11...
February 5, 2017



Jornal A Sirene - Ed. 10...
January 5, 2017



Jornal A Sirene - Ed. 9 ...
December 5, 2016



Jornal A Sirene - Ed. 8 ...
November 5, 2016



Jornal A Sirene - Ed. 7 ...
October 5, 2016

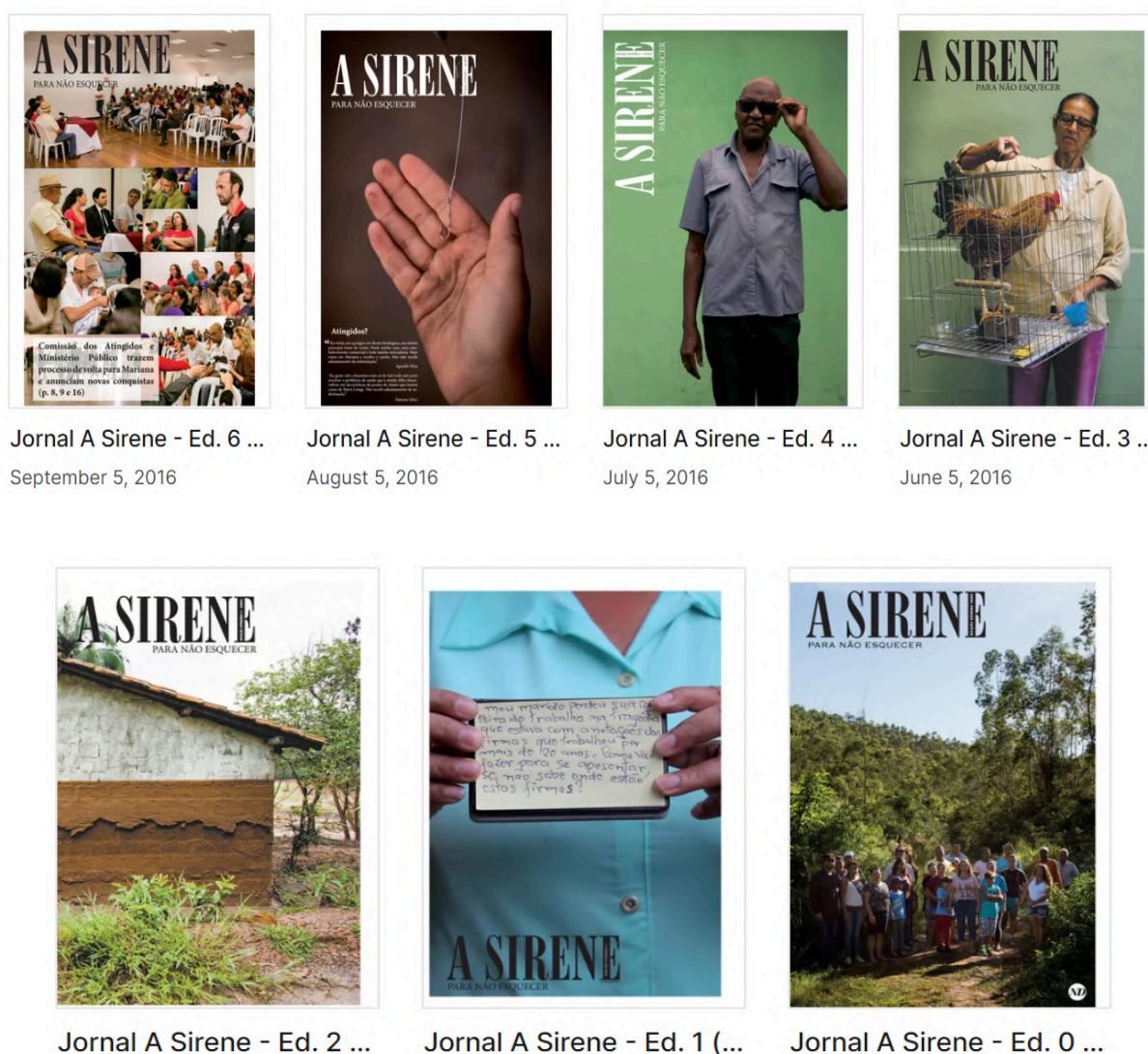


Figura 15 - Capas do Jornal A Sirene de fevereiro de 2016 a dezembro de 2019. Fonte: Jornal A Sirene.

Adentremos no conteúdo das páginas do jornal. O primeiro ano do JAS é marcado por um olhar reflexivo: uma visão de dentro para dentro, do familiar que precisa deter-se sobre si mesmo e nesse percurso ganha mais detalhes sobre sua própria consistência, o que gera, em algum nível, um ganho em protagonismo. Os atingidos participam de “todo o processo, desde a escolha das pautas até a finalização do que foi proposto, acompanhado e validado” (Jornal A Sirene, ed. 0¹¹). Nesse sentido, é interessante inicialmente perceber os critérios de noticiabilidade do JAS, distintos dos critérios canônicos do campo do jornalismo hegemônico. Há um objetivo de gerar aproximação, de expandir a sensibilidade do leitor, de tornar a

¹¹ Todas as edições consultadas para elaboração deste trabalho estão disponíveis no site <https://issuu.com/jornalasirene>

audiência parte dos acontecimentos e dos sentimentos que atravessam a experiência dos atingidos para com isso alcançar apoio e empatia em suas empreitadas e desafios como, por exemplo, lidar com o sentimento de desencaixe, a ruptura biográfica, elaborar as condições de pertença, com o enfrentamento à hostilidade, à estigmatização. Logo abaixo, uma seleção de fragmentos recolhidos das primeiras nove edições que auxiliam a navegar por algumas tonalidades de sentimentos que passam a ser vocalizados:

[1] Quando me disseram “a casa caiu, temos que ir pra Mariana”, eu sabia que era só o começo, que eu ia sofrer mais. Já sofri muitos anos, passei fome, criei cinco filhos sozinha, mas aquele dia 5 novembro foi uma coisa que eu nunca mais vou esquecer na minha vida. (Jornal A Sirene, ed. 0, p. 3)

[2] Minha mãe morreu de susto. Caiu na lama morta. Não consegui salvar. Não consegui salvar ninguém. (Jornal A Sirene, ed. 0, p. 5)

[3] Bento Rodrigues é minha terra natal, meu domicílio eleitoral e local onde possuo estreitos laços afetivos, já que meus antepassados vivem há gerações nesse distrito. Mas esses fatos parecem irrelevantes para a Samarco, que mais uma vez utiliza critérios como lhe convém. (Jornal A Sirene, ed. 3, p. 4)

[4] Me sinto atingida por não saber ser atingido. Perdi lar, objetos afetivos, sentimento de pertencimento, acolhimento, conquistas. Não sei, como atingida, contabilizar minhas perdas ou o que ainda posso perder. Como calcular a extensão de tudo que aconteceu?. (Jornal A Sirene, ed. 5, p. 7)

Perdas, trauma, luto, confusão, vulnerabilidades, desorientação, impotência, exaustão, invisibilidade, ameaça, medo, desconfiança e nostalgia são alguns dos sentimentos articulados pelas matérias durante esse período: é um amplo levantamento e registro de vidas perdidas, da perda das relações comunitárias, de vizinhança e de conexão com o território, das perdas econômicas, da destruição de planos para o futuro, de locais de lazer urbanos e na natureza, da morte de animais, de danos visíveis e invisíveis. O primeiro ano é, sobretudo, um período onde se explicitam os contornos de uma **dinâmica de sofrimento**.

Contudo, fragmentos adicionais indicam que emergir como potência de enunciação, com capacidade de efetivamente dizer algo sobre o que aconteceu e escolher que histórias contar, figura como uma manifestação de agência positiva. Há, nesse esteio, uma outra nuance de sentimentos. Os atingidos do JAS criticam e

recusam certas categorias midiáticas e corporativas (a própria ideia de “atingido” é desafiada, os limites formais dela são criticados — pensado o indivíduo e a coletividade atingida), tensionam versões, detectam aliados e atribuem responsabilidades sobre o desastre e sobre o processo de reparação, reivindicam atenção para questões específicas e reclamam uma dignidade adequada para problemas que enfrentam, bem como estimulam a esperança, a mobilização coletiva (desde em eventos como festividades cerimônias religiosas, jogos esportivos a reuniões em comissões) e engendram um senso de justiça.

[5] O que incomoda é ser celebridade da desgraça. (Jornal A Sirene, ed. 1, p. 14)

[6] Pela memória de tudo que essa comunidade sempre me ofertou de melhor - garanto que não foram poucas coisas — me sinto no dever de me empenhar ao máximo por sua preservação. (Jornal A Sirene, ed. 4, p.3)

[7] Não queremos chorar, queremos nosso direito de decidir sobre os rumos das nossas vidas. (Jornal A Sirene, ed. 4, p. 7)

[8] O MAB apareceu em nossas vidas como um professor e nos ensinou o bê-á-bá. Não sabíamos nada desse negócio de ser atingido e o MAB não só nos mostrou o que é ser atingido, nos dando um norte, como também nos fez entender os nossos direitos, nos organizando como grupo e, conseqüentemente, nos fortalecendo. (Jornal A Sirene, ed. 6, p. 6)

[9] É necessário assumir o lugar de protagonista, de sujeito de direitos. Mas não sozinha e sim com minha gente, gente que sente e passa pelo mesmo conflito. Vou aprender, pois estou no caminho! (Jornal A Sirene, ed. 6, p. 7)

Os fragmentos acima denotam um outro aspecto da experiência dos atingidos, conectado à **instâncias de empoderamento**: implicam conteúdos associados à esperança, fé, mobilização, coragem, perseverança, indignação, denúncias, reivindicação, enfrentamento, vigor, força, capacidade (sentir-se capaz), bem como apelos à um espírito de coletividade. Adiante, tomo essa dupla expressão, de dinâmica de sofrimento e de instâncias de empoderamento, como modalidades de estruturas de sentimento, expostas acima separadamente por razões de exposição didática. As ênfases ou pontos de ancoragem se alteraram ao longo dos outros anos, na medida em que outras questões passam a fazer parte da moldura geral, conforme discutiremos a seguir.

Detenho-me rapidamente no argumento da temporalidade do desastre do rompimento da barragem da Samarco. Isso implica que, ao longo dos anos, são acentuadas ou surgem novas fontes de problemas ou de sofrimento social, como,

por exemplo, questões ligadas ao mundo burocrático e aos ritmos do circuito jurídico. Se há continuidade na dinâmica de sofrimento e nas instâncias de empoderamento, novas situações e desdobramentos serão encarados. Os fragmentos das edições do segundo ano, ilustram esse cenário:

[10] É lamentável sermos condicionados a essas violações, mesmo sabendo que foi a negligência da empresa que causou toda essa tragédia. O tempo passa e nos sentimos impotentes para mudar esse panorama. A construção do dique S4, em Bento Rodrigues, é retrato da imposição a que fomos submetidos. Sua construção se deu através de um decreto estadual e sem o consentimento da comunidade. (Jornal A Sirene, ed. 10, p. 19)

[11] A Fundação Renova foi criada e nada mudou, pois, na sua maioria, os funcionários da empresa são remanescentes da própria Samarco. Como confiar naquele que fez vítimas e hoje está querendo cuidar dessas vítimas? (Jornal A Sirene, ed. 16 p. 2)

[12] Ser atingido é você perder tudo. É você ser julgado e não ter os direitos reconhecidos. A cada audiência, a cada dia você se humilhar para tentar ter seus direitos reconhecidos. Ser atingido é a pior coisa que pode acontecer com o ser humano no mundo. (Jornal A Sirene, ed. 20, p. 16)

Um dos pontos de ancoragem dos dois arcos temáticos, no segundo ano de publicação, relaciona-se com a construção de um dique para contenção de rejeitos, o Dique S4, que submergiria parte do município de Bento Rodrigues: questões relacionadas à preservação física de patrimônio e memória coletiva ganham fôlego no JAS. Camadas de perda são adicionadas e outras de indignação ficam mais explícitas. Os embates entre comunidades atingidas e a organização gestora do processo de reparação e de reconstrução das comunidades atingidas, a Fundação Renova, escalam, em especial por causa do início da circulação de uma publicação chamada “Jornal da Renova”, em julho de 2017, cuja legitimidade é imediatamente contestada pelos atingidos da zona rural de Mariana. Novos atores são anunciados como aliados, tais como as assessorias técnicas independentes. Antigos aliados passam a ocupar espaços no JAS, chegando a assinar matérias como entidade, a exemplo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), ou como membros de equipes de assistência da região, como trabalhadores de saúde.

No terceiro ano, três elementos ganham maior centralidade. A judicialização da dor perpassa todos eles. O fluxo de reuniões, audiências e de todo o circuito

burocrático já é naturalizado, mas não sem rugas. O desejo de participação ocasionalmente se concretiza, mas a qualidade da participação e a efetividade das propostas feitas pelos atingidos é posta em questão. A linguagem e os instrumentos do mundo jurídico colocam-se como desafio, é um terreno que eles precisam entender como navegar. O primeiro elemento é justamente a morosidade, o tempo que decorre dos acordos às ações operacionais que, para os atingidos, não é compatível com a urgência que demandam.

As controvérsias sociotécnicas que acompanham a crise desencadeada pelo desastre, configuram um estado particular de irresolução, experimentado pelos afetados através da espera: espera por mais testes, pelas avaliações, pelo monitoramento, pelas decisões judiciais. A espera, então, constitui sentidos de sujeição e crescente frustração, que afligem as vítimas. (Zhouril et. al, 2017)

É algo que ganha sensível relevo nos pontos de ancoragem associados à dinâmica de sofrimento nesse período.

[13] Não existe nenhuma relação de confiança entre os atingidos e a Fundação Renova. Todos nós sabemos que ela vem como um fantoche para tomar pedrada no lugar das empresas. Ela não resolve nada. Ao invés de resolver, ela burocratiza os problemas (Jornal A Sirene, ed. 22, p. 2)

[14] Não só no nosso caso, mas o que mais se vê não é justiça e sim o oposto. A sensação que temos é que, a cada dia que passa, vamos nos sentindo mais acuados. A pressão é muito grande, pois a nossa briga é com os grandes, empresas, governo, ou seja, ela é muito difícil e requer muita persistência. E sabemos que, para eles, qualquer dinheiro vale mais do que justiça. (Jornal A Sirene, ed. 28, p. 5)

O segundo elemento, diz respeito ao processo de reassentamento das famílias, questões que envolvem deliberações sobre a área a ser ocupada, os tipos de construções, bem como sobre as percepções de precariedade da vida em remoção forçada. O último elemento centra-se na transposição da ideia de atingido para um dispositivo de mensuração objetiva, o cadastro de danos: o conflito orbita os critérios que tornam alguém legalmente reconhecido como digno de direitos de reparação ou não. Estes dois últimos estão mais conectados às instâncias de empoderamento. Os fragmentos abaixo exemplificam tais dimensões:

[15] Em uma das assembleias, a Renova/Samarco não quis estipular prazo. Se não vão estipular prazo é porque já estão prevendo que vão atrasar. Podemos até pensar que, como a empresa é grande, podem ter muitas empreiteiras e pode dar o tempo de fazer, mas isso também pode tumultuar muito a situação. Nem o registro do terreno eles têm e, sem o registro, eles não conseguem fazer nada. Se eles quisessem fazer mesmo, já tinham feito nesse tempo todo que já passou. Vejo que eles não estão correndo atrás mesmo. (Jornal A Sirene, ed 25, p 9)

[16] Depois de tudo, posso dizer que, se tem uma coisa que aprendi, é que quem cala, consente. Então, a minha função na Comissão dos(as) Atingidos(as), hoje, é a de questionar tudo. (Jornal A Sirene, ed 28, p 3)

[17] Esses três anos foram de muita luta e de muita incerteza. Tive que aprender muito, porque não estava acostumado a reuniões e audiências [...] Antes, eu me sentia uma pessoa livre, hoje, mudou. Minha liberdade... Me sinto como um passarinho que estava solto e você prende ele na gaiola, depois o solta e ele nunca será o mesmo. Fica sem rumo. (Jornal A Sirene, ed. 32, p. 7)

Destaco deste último ponto como o JAS intenta vocalizar uma pluralidade de repertórios e de valores (Losekann, 2018; Martinez Alier, 2018) que vão além da mera equivalência financeira. O conflito é também sobre definições, sobre que termos devem ser utilizados a respeito da especificidade e abrangência de danos materiais individuais ou familiares, danos referentes às atividades econômicas, danos materiais e morais coletivos, danos extrapatrimoniais. Nesse sentido, é evidente a assimetria política entre os atores ligados à Samarco e os atingidos, bem como a forma como o campo jurídico, mais próximo da linguagem corporativa, representa uma arena onde os primeiros possuem considerável vantagem de manobra.

O quarto ano, analisado das edições 34 à 44¹², é marcado pelo desastre de Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019. Irmanadas pela tragédia, a solidariedade é a tônica e transparece mais de uma vez ao longo das edições. Por um lado, esse segundo acidente de grandes proporções reforça o discurso de responsabilização das empresas mineradoras; por outro, converteu Mariana em um acervo ainda mais importante de aprendizado – uma pedagogia das ruínas na qual o JAS tem algum lugar de destaque. Além disso, inovações políticas na luta dos

¹² A edição de agosto não foi realizada pelo fim do acordo original que possibilitou o financiamento do JAS até então.

atingidos nesse período, como a denúncia ao Conselho de Direitos Humanos na ONU e a ocupação da sede do escritório da Renova em Mariana, são efeitos do acúmulo da articulação ao longo dos anos anteriores e do acirramento de antagonismos. As negociações emaranhadas em torno das indenizações, a retomada de eventos-chave e um tom avaliativo são outros componentes notórios desse arco temporal.

[18] Eu vejo o Jornal A SIRENE com uma importância muito grande a favor dos(as) atingidos(as). As grandes mídias, hoje, não são fiéis às nossas falas, na íntegra. Quando o(a) atingido(a) é entrevistado(a), a sua fala não é publicada totalmente. Essas mídias têm dado muito mais ênfase para a Samarco, que é a causadora do crime, do que para os(as) atingidos(as). (Jornal A Sirene, ed 35, p 8)

[19] Eu já nem sei mais o que me dá força, sei que ela tá aqui. Acho que é a sede por justiça. É toda a injustiça que acontece há três anos aqui, em Mariana, e que provavelmente vai acontecer em Brumadinho agora. Não sei expressar o que me dá força, mas sei que ela tá aqui. (Jornal A Sirene, ed 36, p 8)

[20] Vivi quase 50 anos em Paracatu. Eu nasci e fui criada na roça. Tenho uma saudade da minha casa, lá eu vivia muito bem. Aqui não tem lugar de plantar nada. É tudo cimento e a casa não é nossa. Lá eu tinha horta na porta de casa, era uma senhora horta. [...] Quando deito na cama, eu perco o sono. Penso no tanto que quero voltar para minha casa. Vai fazer quatro anos que estamos nessa peleja. Quando eu voltar para casa, a primeira coisa que vou fazer é passar um café quentinho. Eu ainda tenho esperança. (Jornal A Sirene, ed 37, p 11)

As ênfases de cada ano não excluem que questões anteriores continuem a ser abordadas, mas o objetivo foi destacar aquilo que desencadeia alguma saliência momentânea no relevo dos sentimentos expressos pelos atingidos. O que essa observação pormenorizada permitiu até aqui foi a percepção de uma estrutura de sentimento bimodal. No horizonte, ela é articulada tanto por uma ampliação da solidariedade aos atingidos quanto por uma luta por reconhecimento (e por reparação). Essa estrutura de sentimento, por fim, traz para o primeiro plano uma outra história da mineração que, sugerimos, está submergida em um contexto de trauma cultural.

Os fragmentos do JAS foram selecionados a partir de uma lógica testemunhal, seguindo de perto algumas indicações sugeridas por Michael Pollak e

Nathalie Heinich (1986) quando escrevem sobre experiências em condições extremas (em específico, no caso deles, os sobreviventes de campos de concentração nazistas). De certa forma e com certa cautela, os afetados pelo colapso da barragem de rejeitos de Mariana parecem passar por situação análoga no que diz respeito à ruptura traumática de identidade, algo que altera tanto o autoentendimento quanto à forma como se é visto pelos outros.

O JAS é um substrato onde esse processo de gestão da identidade se monta. É nele que se torna visível um esforço coletivo de dizer, de apresentar sentidos, de disputar definições: é nele, e isso é central neste trabalho, que se verifica a existência de uma “comunidade afetiva” (Halbwachs, 2006) a partir da qual emerge uma nova estrutura de sentimento entre os ex-moradores dos subdistritos mais impactados de Mariana e onde é problematizada e desconstruída a “tradição seletiva” da mineração. Embora, como advertem Pires Cardoso e Martins (2020) ao analisar variadas experiências em um contexto de impactos da construção de uma usina hidrelétrica, diante de uma mesma situação conflitiva, diferentes ou mesmo antagônicas estratégias possam ser acionadas por sujeitos atingidos por mega empreendimentos, o Jornal A Sirene amalgama uma posição coesa de seus membros.

Me aproximo da noção de testemunho como um instrumento de reconstrução da identidade, não apenas quando transmite narrativas factuais limitadas à função informativa, visto que ele coloca em jogo a tensão entre a memória e a autorreflexão (*quem era, quem sou, o que me tornei*). Entendo o JAS como estímulo à expressão, uma iniciativa contra a repressão discursiva. Os relatos ali presente, enxergados aqui como testemunhos, tem duas faces: uma individual, na qual os sujeitos apresentam suas queixas, narram suas perdas; e outra coletiva, pois considerada digna de ser relatada apenas na medida em que é objeto de uma experiência compartilhada – neste caso, fala-se da própria vida em nome de um valor geral, como a justiça ou a verdade. Nessa chave, o JAS parece ser um tipo de organizador desses diversos testemunhos em nome de valores gerais, o que por sua vez, conforme Pollak e Heinich, implica um trabalho de memória coletiva.

O trabalho de memória, dentro do que Maurice Halbwachs chama de a “comunidade afetiva”, pode atenuar tudo o que, nas memórias individuais, remeteria

ao isolamento e também aos dolorosos conflitos, bem como aos traumas que podem ter e que subsequentemente provocam processos de repressão, angústia em relação aos outros e recusa de contato. Este trabalho seletivo desemboca na formação de uma memória coletiva (Pollak, 1989; 1992) . Num contexto de ruptura brusca de modos de vida, tal trabalho parece ter ajudado os atingidos a lidarem com a experiência traumática, uma vez que participa da manobra de contorno do silêncio — em não se conformar com as visões dominantes que possam circular sobre os eventos, mas tomar uma certa instância ativa e produzir entendimento e dispô-los na arena pública. O falar é político.

A antropóloga indiana Veena Das interpõe algumas questões adicionais no que se refere à aproximação aos testemunhos e memórias dos atingidos. Ela auxilia a compreender como o neoextrativismo se transforma em (e é sentido como) sofrimento social. Indica raciocínios para compreender o que é uma dinâmica de sofrimento social e como situá-la:

Danos devastadores que forças sociais podem infligir à experiência humana. O sofrimento social resulta do que os poderes político, econômico e institucional fazem com as pessoas e, reciprocamente, de como essas formas de poder influenciam as respostas a problemas sociais. (Kleinman, Das, Lock, 1997, p 9)

É nesse sentido que contribui para a investigação sobre os eixos em que giram e doem um terricídio, uma perda de relações de altíssima amplitude como a ocasionada pelo rompimento da barragem de rejeitos em Mariana. A partir da experiência social de sofrimento Das (1996) nota, entre outras coisas, como certos eventos dissolvem padrões da vida corriqueira, questiona como o sofrimento social é produzido, distribuído (por uma sociedade injusta) e incorporado pelas pessoas da coletividade, bem como de que forma é absorvido pelas instituições.

Nos contornos deste trabalho, Veena Das estimula a atenção para aquilo que as pessoas afetadas pelo desastre em Mariana (um *evento crítico*, conforme conceitua a autora) fizeram, coletivamente, em especial para a forma que modulam suas narrativas ou realizam uma expansão da dimensão individual de sofrimento rumo à negociação pública de sentidos. Em outras palavras, incita a reflexão sobre como violências estruturais associadas à lógica do neoextrativismo mineral,

produtora de altos níveis de injustiça ambiental (Keucheyan, 2014; Acselrad et. al., 2019), passam a fazer parte do cotidiano danificado dos atingidos.

Um exemplo de afetação nesses moldes está na lama. Ela é um elemento pervasivo e seguirá presente, narrada em todos os anos do JAS. Ela está não apenas na superfície geográfica ou suspensa no ar, em forma de poeira tóxica comumente mencionada como causadora de problemas de saúde, mas invade simbolicamente o universo dos atingidos de Mariana. Tomo de empréstimo a formulação que Telma Camargo Silva (2017) desenvolveu em etnografia junto aos rádio-atingidos por césio 137 em Goiânia, na década de 1980: ela enxerga que se manifesta uma “*persona césio*” a partir da percepção cindida de si mesmas que as vítimas desenvolviam — a ruptura biográfica que engendra uma identidade também radioativa. No caso de Mariana, de forma análoga, há uma “*persona lama*”, dano que se desenrola no campo subjetivo para além do dia do desastre através, por exemplo, de preconceito, estigma e auto desvalorização.

Os quatro anos de publicações analisados me permitem ainda verificar o trânsito de uma modalidade específica de associação entre testemunho, memória e sofrimento social. É a possibilidade de apreender o que Jeffrey Alexander (2012) denomina “trauma cultural”. Seria o trabalho cultural de fabricação de significados e representações a partir da qual o sofrimento social causado por eventos críticos alcança um status de entranhamento incontornável nas identidades do grupo afetado no qual está em questão a articulação da experiência em diferentes arenas, o apelo ao descentramento moral da audiência, o agenciamento da memória coletiva, a mobilização de uma gramática de valores.

Disso decorre afirmar que o JAS é um agente ativo na modulação da experiência do desastre como trauma cultural. Ele proporciona arranjos de memória e propõe um regime de atenção para a catástrofe e suas consequências em diferentes esferas da vida individual e coletiva. Seu mote (“Para não esquecer”) é justamente uma afirmação da dignidade de suas experiências para além das lentes espetacularizadas da mídia hegemônica ou da transmutação de seus sofrimentos em documentos jurídicos anexados a processos que demoram a ser concluídos. É a partir desse enlace conceitual proposto neste tópico que me habilito a afirmar que o

JAS permite o acesso a uma versão diferente das narrativas e promessas da mineração brasileira.

A mineração brasileira permite trazer à tona uma importante discussão sobre justiça ambiental, ou seja, a partilha ou acesso desigual de recursos e o impacto assimétrico de externalidades aos grupos humanos e não-humanos, ecossistêmicos, colocando em evidência um fluxo ou intercâmbio ecologicamente desigual: aos importadores, matéria-prima para refino e beneficiamento industrial; às cidades exportadoras e seus moradores, sobretudo os pobres e racializados, destruição e ruínas. Brumadinho, Mariana como pontos de encontro de escalas: articula com lugares longínquos e processos complexos, alvos da cobiça dos empresários estrangeiros e exportadora de minérios para regiões mais prósperas.

Questionar Mariana e seu desastre é pensar nessas nossas relações com pedras e na vida que elas nos legaram e que permitem nos manter seguindo (a que custo?). Do rejeito de minério e da lama tóxica acumulada ao modelo e lógica de desenvolvimento minerodependente brasileiro (Acosta e Brand; 2018), da reprimarização da economia nacional à vulnerabilização de comunidades racializadas e étnicas (Svampa, 2019); da maldição da abundância à mentalidade mesquinha, instrumental e monetizada dos mais violentos defensores do projeto de exploração mineral. Mariana, conta uma outra história da mineração: não as narrativas de progresso, desenvolvimento, solução econômica e prosperidade, mas questionamentos sobre o seu lugar na base ecológica da sociedade nacional, sobre como ela rege intensamente biocapacidades da materialidade biofísica do território – uma história de destruição de mundos. Conta também uma história de habitar, de resistir às expulsões (Sassen, 2016) e persistir em mundos danificados (Dawney, 2019), onde o sofrimento alterou as paisagens da geografia interior de seus habitantes.

O JAS convida e promove um olhar ao cotidiano coletivo de comunidades no epicentro de um desastre. Colabora com o entendimento do sofrimento social e do trauma coletivo que emanam dali. Ajudam a situar o efeito traumático que se insinua por toda a região. Um exemplo do campo dos movimentos sociais torna isso mais nítido. Questionado em exposição durante aula, no segundo semestre de 2021, ao Programa de Pós Graduação em Geografia da UFJF, o ativista do Movimento pela

Soberania Popular na Mineração (MAM) Luiz Paulo Guimarães de Siqueira destacou que tais desastres vultosos são marcos no imaginário público da região, visto que ampliaram visibilidade e a sensibilidade dos riscos associados ao ponto de uma questão ser recorrente em comunidades em processo de instalação de projetos de extração: "Nós vamos ser uma nova Mariana? Nós vamos ser uma nova Brumadinho?".

A análise demonstrou viável encarar o JAS como um substrato no qual sedimentam avaliações específicas dos acontecimentos e efeitos subjetivos coletivos ligados ao desastre. Portanto os temas, a tonalidade e todas as estratégias expressivas denotam como os atingidos continuamente formularam e seguem atribuindo sentido ao desastre. É ali, por exemplo e não exclusivamente, que elaboram articulações, definem aliados e antagonistas, ressaltam a variedade e intensidade de suas perdas e toda uma dinâmica de sofrimento, bem como estimulam coesão interna, engajamento e empoderamento a partir da qual se consolida uma estrutura de sentimento. E isso é feito, percebo, colocando em cena a dimensão política dos testemunhos e relatos de perdas. Compreendo ainda que o jornal possui a insígnia de um depositário da memória coletiva do movimento dos atingidos da bacia do Rio Doce.

CAPÍTULO 4 - TRABALHO DE CAMPO EM MARIANA

A presente seção visa apresentar e explorar as possibilidades investigativas a partir da experiência em campo em Mariana–MG. Sua realização justifica-se pela pertinência, no cotidiano da cidade, da precariedade dos mundos danificados pela mineração e suas ruínas para a pesquisa na totalidade. Interessam as expressões materializadas que sinalizam a ocorrência do desastre, como monumentos ou eventos públicos; os sujeitos, as instituições e as ações implicadas no processo de reparação, bem como os esforços coletivos envidados na sua consecução; na trama de vivências que se desenrola na concretude das existências, os vínculos, as emoções, as enunciações e a conexão alterada entre identidade e território; os danos subjetivos de longa duração (cansaço, burocratização, cisões identitárias) e as tentativas de lidar com eles. Trata-se, portanto, de captar elementos que indiciem e caracterizem o sofrimento social e o trauma cultural em processo.

A seleção do município deu-se em decorrência do desastre-crime da Samarco, visto que a barragem do Fundão estava instalada em seu subdistrito, Bento Rodrigues, e muitas famílias foram removidas para essa localidade, onde grande parcela ainda reside. Mariana é, portanto, o recorte geográfico inicial da pesquisa, cuja atenção recai, de forma expandida, pela extensão do Rio Gualaxo. Essa escolha acontece em decorrência da vastidão da área dos impactos e é motivada pela localização estratégica de instituições e sujeitos que participam da governança dos efeitos do desastre-crime.

Inicialmente, remeto-me ao artigo de Wanderley, Gonçalves e Milanez (2016), material que permitiu estabelecer um diálogo com minha própria experiência de trabalho de campo em 2023. O texto deles, escrito em um momento de grande proximidade com o evento catastrófico, oferece reflexões essenciais sobre a inserção da figura do pesquisador em espaços vulnerabilizados em geral e nos ambientes vitimizados pela Samarco, em específico. A metodologia de campo, conforme descrita e utilizada pelos autores, vai além de uma mera coleta de dados, constituindo-se como uma vivência e uma relação produtora de conhecimento. Pensei bastante nisso antes e durante minha estadia em Mariana, que apesar de curta, provou-se intensa. Wanderley, Gonçalves e Milanez (2016) empregaram diversas técnicas, como o diário de campo, fotografias, entrevistas e visitas aos

lugares devastados. Eles alertam, por exemplo, para a necessidade de um cuidado redobrado nas entrevistas, visando preservar a integridade física, social e psicológica das vítimas, bem como indicam que as visitas aos locais devastados revelaram que esses espaços não são vazios, mas locais de dor e memória (material e imaterial), que ainda pertencem e carregam certa essência dos atingidos.

A análise dos autores mencionados também realiza indicações que me aprimoraram o olhar e refrescaram a memória intelectual: ela enquadra o rompimento da barragem do Fundão como um marco que assinala o fim do megaciclo das commodities, revelando uma relação estrutural entre as tragédias e os ciclos econômicos da mineração. O artigo também comenta a lógica do poder corporativo na região, que é anterior à catástrofe e a permeia. No artigo, a reconstrução histórica de Mariana mostra a costura de uma profunda dependência cultural e econômica do setor minerário. Esse poder econômico é mensurável: em 2012, por exemplo, o faturamento das mineradoras em Mariana foi 22 vezes superior à receita da prefeitura, o que, de certa forma, justifica o desconforto e o medo da população em se manifestar sobre as responsabilidades (as suspeitas e as imputadas formalmente) das empresas.

São muitos elementos complicadores: o espaço da tragédia é, na verdade, a cena de um crime (Wanderley, Gonçalves e Milanez, 2016, p. 32), e a hegemonia cultural e econômica da mineração é uma das razões pelas quais, após a interrupção das atividades da Samarco e o correspondente aumento do desemprego, surgiram manifestações de apoio à empresa, como o movimento “Fica Samarco” — que entendo como uma espécie muito particular de Síndrome de Estocolmo coletiva, onde se desenvolve empatia pela figura criminoso — e reações estigmatizadoras às vítimas, seja com alcunhas (como “lamacentos”, “pé-de-lama” ou “barrentos”) ou culpabilizando-as pela paralisação das atividades da mineradora.

Na Mariana de novembro de 2015, os autores descrevem que se impactaram com o cenário inicial de medo, insegurança e desespero entre os moradores. Áreas inteiras foram transformadas em canteiros de obras, e o silêncio inicial dos moradores era também um reflexo da pressão exercida sobre eles. Contudo, o texto também aponta para uma mudança crucial: impulsionados por movimentos sociais e outras organizações, os sujeitos e coletividades atingidos começaram, gradativa e

cada vez mais solidamente, a assumir o protagonismo na luta, denunciando irregularidades e a lentidão do processo. Apesar do crescente protagonismo das vítimas, a pressão social sobre elas persistiu. Os autores notaram a criminalização dos atingidos, acusados de serem “vagabundos” ou culpados pelo fechamento da mineradora. Tal situação demonstrou aos autores mencionados uma ruptura profunda do tecido social e revela um contexto de esfacelamento dos direitos humanos e da dignidade das populações. A experiência de campo de Wanderley, Gonçalves e Milanez (2016) é salutar para compreender essas dinâmicas principalmente para quem, assim como eu, tantos anos depois, ainda busca entender as marcas e as lutas que persistem.

Adiante, manterei um nível de subjetividade explícito e, ocasionalmente, uma exposição narrativa. Foi a primeira oportunidade que tive, desde o início do doutorado, de ir a campo. Mais do que isso, foi a primeira vez que tive a chance de realizar alguma atividade relacionada a esta pesquisa de forma presencial. Existir para *o outro* como pesquisador, no tempo em que passei lá, foi extremamente importante. A região do crime do Fundão é um lugar que eu já havia visitado muitas outras vezes via relatos, textos acadêmicos, documentos técnicos e produtos estéticos.

Apesar das leituras, consumo de material jornalístico, audiovisual e estético, cheguei em Mariana como um *estrangeiro*. Foi preciso que eu me situasse minimamente na cidade, que me apresentasse e que construísse alguma base de interação voltada para os temas da pesquisa. O trabalho de campo durou 18 dias, indo de 06 de julho a 23 de julho. Durante todo esse período fiquei instalado no Bairro São Gonçalo, em um quarto contratado através da plataforma Airbnb, cujo proprietário, um professor de língua portuguesa do ensino fundamental, residia há cerca de uma década em Mariana. Ao longo da estadia, conversamos de maneira ocasional sobre a cidade e o impacto do crime da Samarco. Em certas ocasiões ele me emprestou uma de suas bicicletas para que eu circulasse com mais rapidez na cidade.

Um dos princípios orientadores do trabalho de campo foi a **não-invasividade** e a consciência da já sabida experiência de assédio que acomete as pessoas atingidas pelo desastre-crime da Samarco. Por essa razão, decidi que a visita a

campo teria como principal mérito a **ambientação com a cidade, a percepção de como e a partir de que sujeitos coletivos o desastre-crime emerge no cotidiano da cidade, o estabelecimento de vínculos institucionais e, na medida em que isso se mostrasse adequado, subjetivos**. Em específico, a difusa e ampla questão de **“a partir de que indícios o trauma cultural se manifesta, se comunica e se capilariza?”** orbitava minha atenção. Com isso em mente, as ações de caráter coletivo, público e institucional foram as que inicialmente me permitiram a entrada e circulação em um circuito de eventos, discussões e de interações com pessoas implicadas diretamente em atividades que remetem ao desastre-crime.

4.1 - Caminhar pela cidade



Figura 16 - Vista de parte da região central de Mariana. Fonte: autor, 2023.

Em caminhadas exploratórias, observava as montanhas ao redor. É preciso olhar para as montanhas¹³. É difícil não reparar nelas, mesmo se já saturadas na retina. Elas ficam lá, silenciosas, entidades milenares e testemunhas de tudo o que a

¹³ É preciso olhar para as montanhas - entrevista com Lucas Bambozzi sobre cinema, ruínas e mineração. Revista Aurora: <https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/60187>

cidade já foi. Elas assistiram, também em silêncio, a chegada das pessoas atingidas da região, que vieram morar nos bairros. Cruzei com alguns deles durante essa primeira caminhada? Provavelmente. Em que espaço nossas interações se dariam quando nos encontrássemos? Que tipo de vínculo emergiria e qual seria a estabilidade dessas relações?

Fui até o prédio do Instituto de Ciências Humanas (ICHS), vi a exposição de Wilson da Costa, chamada *Entre Minas*, que resultou em um livro fotográfico, que eu sabia previamente que estaria em exibição. Agendei uma conversa com ele para comprar o material e conhecer suas visões. Achei a exposição simples e meio ilhada. O público universitário parecia ser o público alvo da publicação. Mas ao mesmo tempo é uma provocação conveniente para esse período que estou aqui. É preciso olhar para o caminho: apenas dias depois da chegada notei que na parede de outro prédio da UFOP, numa das principais avenidas da cidade, senão a principal, há uma exposição de fotos em grande escala sobre os sujeitos atingidos pela barragem (Figura 17). Não havia percebido antes, pois era um lugar de fluxo, não de pausa. Isso me disse muito sobre o treino da presença atenta.

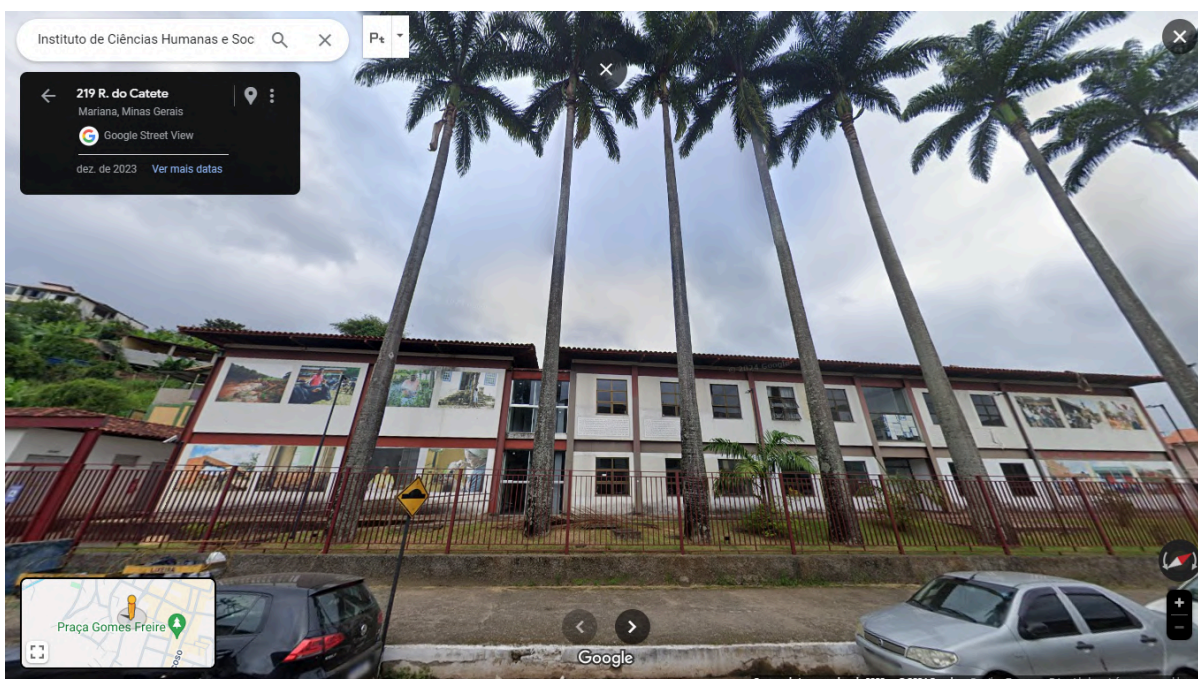


Figura 17 - Fachada da Biblioteca do ICSA UFOP estampando a Exposição "Enquanto há vida, há luta!" com fotos do Jornal A Sirene e curadoria da ATI Caritas. Fonte: Google Street View.

Em Mariana, a vida tem todas as camadas que tem a vida em todas as outras cidades, sendo que a mineração e seus efeitos negativos são muito mais o meu recorte de percepção, do que a forma como as pessoas enxergam prioritariamente suas existências. Teria de encontrar interlocutores que têm essa questão mais centralizada em suas rotinas, como assessores técnicos e organizações de grupos atingidos.

4.2 - Buscando aliados institucionais

A fim de identificar atividades para compôr uma agenda de observação, visitei a Cáritas Regional Minas Gerais — Mariana, entidade que atua como Assessoria Técnica Independente a serviço das pessoas atingidas pelo desastre-crime da Samarco. Ali, a assessora Geruza foi minha interlocutora principal. Lá, obtive a indicação de uma reunião que aconteceria com membros do governo federal e pessoas atingidas que habitam em Mariana para tratar sobre o processo de repactuação das ações de reparação. Também me indicaram que conversasse com membros da Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF), pois eles se reuniam todas as segundas-feiras e, com autorização deles, eu poderia acompanhar as próximas, durante minha estadia.

Então fui à CABF, onde conheci Flávia, cuja função é de secretária. Estava sozinha e me apresentou uma série de oportunidades de interlocução. Sinto que ela compreendeu de imediato minha proposta e tão logo conseguiu associar minhas intenções às práticas em execução, me enviou para o Centro de Convenções de Mariana onde estava sendo discutido planos de reparação e mitigação de longo prazo da Samarco, numa reunião com o Conselho Municipal de Meio ambiente (CODEMA). Ela solicitou ainda que eu escrevesse um texto sobre meus objetivos e que a enviasse, para que pudesse circular entre a comissão, me remetendo aos membros adequados. Na manhã seguinte, o enviei para ela.

4.3 - Reunião CODEMA — primeira mirada ao cenário burocrático do conflito

A pauta principal era o processo de remoção dos rejeitos de minério do crime da Samarco. Esse foi o primeiro momento em que veria aqueles que apenas de forma mediada eu conhecia. Me perguntava que vínculos construiremos ao longo do tempo. Cheguei à reunião um pouco atrasado. Já se encontravam ali representantes do governo municipal, técnicos da Samarco e das populações atingidas. Funcionários da Samarco apresentavam planos de longo prazo para a região de Mariana e eram confrontados pelos moradores e atingidos. Questões como o destino final dos rejeitos, a poeira que seria lançada nesse processo, a poluição sonora, a mudança de acesso de estradas eram enunciados pelos cidadãos. Os funcionários da Samarco eram bastante rápidos em suas colocações, preparados. Ocupavam o lugar de experts ou de peritos, sob a insígnia profissional, mas havia uma atmosfera de suspeição que eles não conseguiam se desvencilhar. Havia pessoas gravando o áudio da reunião o tempo todo, como que para se certificar que o que fosse disso não pudesse ser tirado de contexto.

Marcos Muniz, que eu já havia visto antes por meio de outros veículos, estava presente e foi bastante incisivo, reforçando o argumento de não-repetição, da confiança rompida junto com a barragem. Em determinado momento se discutiu a dependência mineral. Havia também um vereador, Ronaldo Alves Bento, sempre se colocando como um legislador validado pelo povo, reforçando que as mudanças no modo de vida foram definitivas: que Camargo, município atingido, jamais seria a Camargo pacata de outrora, por exemplo. Por não achar conveniente, não me aproximei de ninguém ao fim da reunião, embora acredite que tenha sido percebido.

Me perguntei se essas reuniões poderiam ser analisadas como uma situação social (*a là escola de Manchester*); me perguntei se o trauma cultural poderia ser absorvido e manobrado também pela Samarco sob o guarda-chuva da responsabilidade social corporativa (no sentido de que eles se colocam como “aqueles que mais aprenderam” e que se empenham eles mesmos pela “não repetição”) — várias vezes os funcionários fizeram algo como um “mea culpa” dizendo que a empresa não se exime da responsabilidade pelo “acidente” e pelo processo de reparação/mitigação.

Posteriormente, associei minha experiência com a investigação desenvolvida na tese de Zucarelli (2021) que descreve e interpreta as tecnologias de gestão de conflitos e crises por meio de uma etnografia realizada em encontros de negociação e mediação entre comunidades locais, corporações e representantes do Estado. Em sua análise, demonstra que tais espaços são marcados por estruturas e esforços sistemáticos de pacificação dos conflitos, acompanhados da deslegitimação das reivindicações locais e de suas práticas políticas. Nos processos assimétricos de negociação, os sujeitos atingidos são tutelados e sistematicamente subestimados — e ainda assim conseguem, em alguma medida, impor-se e criar meios efetivos de forjar alternativas políticas criativas nas disputas. Posteriormente, no sexto capítulo, verifico como isso reverbera também em uma política de resignação.

4.4 - Primeira visita às ruínas de Bento Rodrigues

Esse foi um dos dias mais aguardados. Se estou pesquisando mundos em ruínas, era preciso ir até elas. Estefânia Momm, professora no curso de arquitetura e pesquisadora da UFOP, foi crucial para que a ida às ruínas de Bento Rodrigues fosse bem sucedida. Um professor-amigo em comum, Bruno Milanez, nos apresentou e temos dialogado bastante. Ela alugou um carro em Belo Horizonte e me buscou em Mariana. Isso me faz pensar na importância das relações com outros pesquisadores. Ela também pesquisa a região, mais especificamente o reassentamento de Bento Rodrigues e sinto que estou contribuindo com uma parcela das reflexões dela a respeito do seu tema geral. Temos nos incentivado mutuamente, o que acho muito bonito.

Dia 11, o dia em que fomos às ruínas, era dia de São Bento, o padroeiro do povoado, e se trata de um dia emblemático. No caminho, passamos primeiro pelo novo assentamento (Figura 18), onde estão sendo finalizadas as casas em que morarão os antigos moradores do povoado. Um verdadeiro canteiro de obras. Há um controle de passagem, mas não foi muito rígido. Fui todo o caminho que passa pelo novo assentamento olhando para baixo ou de olhos fechados, para que visse primeiro as ruínas e só depois do reassentamento. Foi um experimento interessante.



Figura 18 - Reassentamento de Bento Rodrigues. Fonte: Fundação Renova.

Após o reassentamento, “AlphaBento” — como o apelidou a Revista Piauí¹⁴ —, de volta à estrada, a intensa movimentação de veículos da Samarco. Paramos em um pequeno santuário, decidimos deixar o carro e ir andando, mas após percebemos que ainda estávamos longe, voltamos, tomamos o carro novamente. O brilho da poeira de ferro fazia nossa pele e roupa reluzir levemente. A sensação de clandestinidade e de invasão era algo que não me abandonou durante a estadia ali. Também me incomodava muito o fato de que fôssemos talvez lidos como “*turistas de ruína*”.

A entrada de Bento Rodrigues possui uma guarita. O acesso é controlado e também vigiado por câmeras. Pensamos em mentir, dizendo que iríamos para um lugar próximo, Santa Rita, e que o caminho passava por lá, por isso nosso percurso, mas não foi necessário. No caminho, duas ou três casas que não foram atingidas pelo rejeito, mas que foram completamente saqueadas, ponteavam a vista. A atmosfera da desolação se desenhava nítida. Um vigia tomou os dados da placa do nosso carro e nos permitiu acesso. O dique S4, que inundou parte de Bento, é a primeira coisa que se percebe na paisagem. O que esse dique representa, os conflitos que ele desencadeou e a demonstração do imenso *poder procedimental* da Samarco estão estampados no relevo, na hidrografia, no solo que brilha por causa do pó do minério e até no ar que se respira.

¹⁴ Vilarejo Inventado. Revista Piauí: <https://piaui.folha.uol.com.br/vilarejo-inventado/>

Atravessamos o começo da cidade. Como eu estava curioso! E também muito atento. O lugar deserto, como uma cidade fantasma. Percebi primeiro o estado das paredes, a ausência de janelas, os estilhaços de estruturas, o aspecto abandonado e destruído. Eram as ruínas de Bento Rodrigues se anunciando em toda sua textura particular. Demorei algum tempo para perceber que o verde no chão, com uma vegetação gramínea, era na verdade a plantação que recobriu o vermelho dos rejeitos. Pensei que eles não possibilitariam vida novamente. A natureza se reapropriou do lugar. Arbustos crescem e árvores irrompem do interior dos prédios destruídos e dos escombros (Figura 19). A natureza reclama seu retorno.



Figura 19 - Imóvel em ruínas em Bento Rodrigues. Fonte: autor, 2023.

Como resistir à sedução das ruínas? O texto de Leila Dawney¹⁵ nunca foi tão importante quanto agora. Como não adotar a posição de *ruingazer* ou recuar dos apelos da *ruinlust*, da *ruinporn*? De que maneira nossa presença ali, aventureira (?), de câmera em punhos, poderia dissolver esse tipo de aproximação — ou apenas confirmá-la? Como seria um tipo de aproximação e o tipo de presença que enxergasse para além desses quesitos? A dúvida contaminou todo meu

¹⁵ Locais desativados: ruínas, resistência e cuidado no final da primeira era nuclear. Revista Pontourbe: <https://journals.openedition.org/pontourbe/12573>

empreendimento: teria sido eu tragado por um certo *fetichismo pelo atingido*, que hipervaloriza o encontro com as vítimas a fim de testemunhar-lhes o drama, escutar-lhes nas feições as dores que não eram ditas, de validar, apenas pela presença direta, o sofrimento e minha suposta autoridade de dizer algo dele?

Estefânia estacionou o carro na esquina da casa onde os Loucos por Bentos, grupo de moradores que ali se instalavam com frequência e onde costumam se reunir. Havia sinais de presença recente, como panos estendidos no alpendre, galhos de plantas bem cuidadas que ultrapassavam o muro. Um cavalo selado estava ali perto, indicando que alguém estava nos arredores.

Estefânia queria fazer uma espécie de mapeamento, entender onde estava ou fazer com que as ruínas imprimissem nela algum efeito mais íntimo. Sugeriu que fôssemos andando e comendo as frutas que levamos, pois passaria uma imagem de tranquilidade. Um homem, montado no cavalo que vimos antes, começou a se aproximar pela estrada. Foi justamente o fato de estarmos comendo bananas que o fez iniciar a interação, numa espécie de censura: “queria ver vocês aqui com essa tranquilidade no dia 5 de novembro”.

Ele perguntou o porquê de estarmos ali e disse que sozinhos entenderíamos muito pouco. Ele se estabeleceu, dali em diante, como um guia informal, fortuito, muito bem situado e informado. Foi uma interação extremamente rara, percebo. O seu nome era Marcílio e não gosta de dar entrevistas nem de sair em fotos, embora seja eloquente e confiante. O seu cavalo, na verdade, era uma mula, me explicou. Fruto de um cruzamento entre um burro e uma égua, o animal é estéril — como achei que o solo fosse. A realidade estava desfazendo meus enganos.

Marcílio treinou nosso olhar para percebermos as marcas do rejeito nas paredes, nos postes. Sempre com o cuidado de mantermos uma distância segura da mula, que poderia nos ferir com um coice. Indicou os resíduos mais espessos que se acumularam nas superfícies. Nos guiou para dentro de uma igreja pentecostal desmornada. As paredes, ao contrário do chão coberto de grama, permanecem vermelhas. Janelas quebradas, pinturas gastas, estruturas destruídas, desgastadas, rachaduras, sujeira e desolação. O som das batidas de asas de morcegos ecoava no ambiente onde antes se ouviam preces.

Ir às ruínas desacompanhado é correr o risco de fazer uma observação mais voltada para os aspectos físicos. Marcílio nos tirou habilmente dessa armadilha. Em determinado momento, antes de nossa primeira despedida, ele encadeou um longo discurso sobre o caráter da reparação, principalmente do reassentamento das famílias no Novo Bento.

Marcílio falou de temores em relação ao novo assentamento (o IPTU que será cobrado após um ano, a perda de benefícios de assistência social, pois os imóveis serão registrados nos nomes dos proprietários e possuem um alto valor). Fez críticas (chamou-o de presente de grego; disse que os novos imóveis não teriam conexão com os modos de vida rurais) e indignou-se com a narrativa de que o reassentamento é perfeito. Chamou quem acredita nessas versões de iludidos.

Antes de partir, ele apontou para si e elencou características que definem quem é o morador de Bento Rodrigues: alguém simples, que possui uma bota velha, meias furadas, um cinto gasto, a camisa rasgada e uma mula *teimosa*. Falou da simplicidade que lhes fora tomada, destituída. Isso ficaria mais claro no nosso segundo encontro.

Ao continuarmos andando rumo à igreja e às águas represadas pelo Dique S4, uma picape com insígnias institucionais se aproxima. Por um tempo me esqueci que toda nossa presença estava sendo vigiada, talvez mesmo gravada. Atrás deles, vem Marcílio a galope. Como suspeitávamos, ele voltara, pois achava que nos expulsariam, mas ao perceberem estarmos associados a ele sequer pararam.

Apesar de atrasado, seguiu-nos contando histórias sobre algumas casas, de quem eram os moradores. Falou que algumas pessoas ainda se reuniam em Bento. Eram os Loucos Pelo Bento, aqui anunciados apenas como pessoas que não se adaptaram a vida em Mariana e que voltam para se reencontrar, para conversar, para beber, para desopilar, para chorar. Disse que às vezes sente vontade de gritar, que sai andando por aquelas ruas de madrugada. Ficamos em silêncio algumas dezenas de segundos e ele disse, finalmente, que em duas horas h estaria na estrada e que se passássemos ali nesse intervalo, que lhe déssemos carona. Não aconteceu, não nos vimos mais. Ainda nos veremos?

Na volta, atravessamos o novo assentamento. Dessa vez, de olhos abertos, reparei nas casas, no alto padrão das construções. Assemelha-se muito a um condomínio horizontal de alto padrão. Por si só, isso não seria um problema. Contudo, ali residiria uma comunidade rural e os modos de vida parecem ter sido levado em conta apenas de forma assessoria.

4.5 - Diálogos sobre a repactuação — reunião em Mariana e em Barra Longa

Os “Diálogos sobre a repactuação” foram reuniões entre grupos de atingidos na região de Mariana e membros do Governo Federal, um destacamento para acompanhar demandas feitas pelas populações a respeito da governança da repactuação (Figuras 20 e 21). A reunião em Mariana foi longa e com bastante pessoas; a de Barra Longa, no dia seguinte, durou um pouco menos e teve bem menos pessoas. Foram também as primeiras oportunidades que tive de ver as pessoas em um espaço realizado para conferir centralidade às falas de atingidos. Embora isso tenha acontecido na reunião da CODEMA, dias antes, esse tinha um caráter de acolhimento das denúncias mais amplas. Atores variados também estavam presentes (membros de assessoria técnica, ativistas de movimentos sociais, jornalistas, políticos e pesquisadores acadêmicos).

Por conta da chegada de uma nova gestão do governo federal, as insatisfações que atravessam o processo de reparação estão sendo reavaliadas. A repactuação envolve, como o nome deixa adivinhar, rearranjos no que diz respeito ao seguimento das ações de reparação, até então centralizadas principalmente na figura da Fundação Renova, por um lado, grupos de atingidos e assessorias técnicas, por outro.



Figura 20 - Audiência pública para discutir o processo de repactuação pelo rompimento da Barragem de Fundão realizada dia 14/07/2023 na Escola Estadual Santa Godoy, em Mariana, Fonte: Jornal O Espeto, 2023.



Figura 21 - Audiência pública para discutir o processo de repactuação pelo rompimento da Barragem de Fundão realizada dia 14/07/2023 na Escola Estadual Santa Godoy, em Mariana, Fonte: Jornal O Espeto, 2023.

Em ambos os lugares, mais de uma dúzia de pessoas se revezaram no microfone, questionando os critérios da reparação, sobretudo os de consideração de quem era ou não uma pessoa atingida; reafirmando a destruição de modos de vida; queixando-se do alto custo de vida da cidade; indicando os impactos na saúde, o medo da contaminação, os prejuízos ao trabalho e à renda; criticando os valores pagos em indenizações; alertando para os descumprimento de acordos e como isso não gerava sanções à Renova; colocando agentes do Estado em suspeita, quando estes se colocam irrestritamente a favor da mineração; insistindo na importância da participação popular; colocando em descrédito os expedientes regulares de resolução, pois haveria uma baixa efetividade das medidas após quase uma década de reuniões.

Refleti sobre o que eu poderia perceber ali em termos de enunciações, argumentações, raciocínios, queixas, termos, elementos em contenda, valores e motivações. Percebi haver uma esperança, ainda que difusa, na nova gestão

federal. Havia uma pessoalização das demandas, algumas explicitamente recomendadas ao presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Foi devido à reunião em Barra Longa que conheci integrantes do MAB. Ao final da reunião em Mariana, no dia anterior, me aproximei de Lina Anchieta, militante do movimento, e perguntei de que forma eu poderia ir até lá, pois ficava há 40 km de distância. Ela gentilmente me indicou que aguardasse alguma informação no dia seguinte. No dia seguinte, tomei uma carona com ela e outros integrantes e chegamos à Barra Longa. A reunião aconteceu no prédio da Câmara de Vereadores e foi organizada pelo próprio MAB, que realizou desde a abertura do prédio, organização do espaço, metodologia de funcionamento das interações e controle das falas.

Um ano após aquela semana, foi firmado, em outubro de 2024, o Novo Acordo do Rio Doce¹⁶¹⁷¹⁸, que representa uma tentativa de redefinir a reparação integral e definitiva pelos danos do rompimento da barragem de Fundão. Ele surge dada a relativa falência do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) de 2016, que se mostrou insuficiente para garantir os direitos dos atingidos e a recuperação ambiental da Bacia do Rio Doce. A falha do acordo anterior foi marcada pelo descumprimento de deliberações por parte da Fundação Renova — entidade criada pelas empresas para gerir a reparação —, o que gerou descrédito, alta judicialização e atrasos significativos.

Fruto de dois anos de negociações, o novo pacto busca superar os problemas do modelo anterior com uma premissa central: transferir a responsabilidade pela

¹⁶ BRASIL. Presidência da República. Novo acordo do Rio Doce. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/novo-acordo-do-rio-doce>. Acesso em: 29 set. 2025.

¹⁷ BRASIL. Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão entre União Federal, Estado de Minas Gerais, Estado do Espírito Santo, Ministério Público Federal, Ministério Público de Minas Gerais, Ministério Público do Espírito Santo, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública de Minas Gerais, Defensoria Pública do Espírito Santo e outros, e Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda. 25 de outubro de 2024. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/repactuacao-do-acordo-do-rio-doce/2412_ttac_repactuacao-mariana_sem-assinatura.pdf. Acesso em: 29 set. 2025.

¹⁸ BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. Principais ações e iniciativas a cargo da União, estados e municípios no novo acordo de Mariana (MG). Brasília, DF: SECOM, [2024]. Tabela informativa. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/media/2410_mariana_tabela-detalhando-o-acordo/view. Acesso em: 29 set. 2025

execução da maioria das ações reparatórias das empresas para o Poder Público. A partir de agora, caberá à União, aos estados de Minas Gerais e Espírito Santo e aos municípios atingidos implementar programas e projetos com os recursos financeiros que serão repassados pela Samarco, Vale e BHP. A expectativa é que, com a assunção das obrigações pelo Estado, as medidas de reparação ganhem maior efetividade.

Ainda assim, parte das obrigações permanece com as empresas, que deverão gerir o Programa de Indenização Individual (PID) para as vítimas que ainda não foram reparadas. E é justamente neste ponto que reside o principal conflito.

Organizações como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (ANAB) afirmam que as mais de 1,5 milhão de pessoas atingidas foram completamente excluídas das negociações, não constando entre os signatários do acordo. Essa exclusão motivou uma petição¹⁹ ao Supremo Tribunal Federal, que aponta graves falhas na repactuação.

Segundo as organizações, a ausência dos atingidos na mesa de negociação viola a Política Nacional de Atingidos por Barragens (PNAB), que assegura o direito à negociação coletiva e à participação social nos processos de reparação. Além disso, o acordo ignora a Convenção nº 169 da OIT ao não contemplar todas as comunidades tradicionais que se autorreconhecem como atingidas.

Outras críticas apontam para a exclusão de grupos e territórios inteiros. O acordo exige documentação formal de agricultores e pescadores, o que desconsidera a predominância da informalidade na região e impede que muitos recebam a indenização. Da mesma forma, foram indevidamente excluídas as comunidades pesqueiras de Vitória, Vila Velha e Guarapari (ES) e os municípios do sul da Bahia, que também sofrem os impactos do desastre.

Por fim, o próprio Programa Indenizatório Definitivo (PID) é alvo de duras críticas. Não há mecanismos de controle e fiscalização para os indeferimentos de indenizações, deixando a decisão nas mãos das próprias empresas. Mais grave ainda é a imposição da **cláusula de quitação plena**, considerada “perversa” pelas

¹⁹ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (ANAB). Petição nº 13.157. Petição encaminhada ao Supremo Tribunal Federal. Curitiba, 4 nov. 2024.

vítimas, indicando que a adesão ao PID implica na desistência de outras ações judiciais sobre o mesmo tema. Ao aceitar o valor fixo oferecido de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), a pessoa atingida é forçada a dar quitação integral e definitiva, renunciando ao direito de buscar na justiça uma reparação complementar por seus danos, consolidando uma injustiça que o novo acordo prometia superar.

Em setembro de 2025, foi instituído o Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce e Litoral Norte Capixaba para acompanhar a execução do acordo, marco institucional celebrado por sujeitos atingidos e entidades envolvidas na reparação²⁰.

4.6 - Reunião na Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão

Todas as segundas-feiras, os membros desta comissão se reúnem (ver Figura 22). Eles tem lidado, desde o rompimento, com a articulação e o engajamento de pessoas atingidas e formulado suas linhas de atuação e reivindicação. Recebem o auxílio e o suporte de uma Assessoria Técnica Independente, a Cáritas-MG, algo conquistado judicialmente.

No dia da minha visita, informada com antecedência aos membros, cerca de uma dúzia de representantes dos grupos atingidos estavam presentes na reunião e cinco assessores da Cáritas. Algumas pessoas participavam online. O prédio em que acontecem as reuniões é voltado especificamente para abrigar a Comissão. Nas salas do prédio, vi cópias do Jornal A Sirene, quadros em alto relevo do antigo território de Bento Rodrigues, material gráfico referente ao processo de reparação também. Durante a reunião, me apresentei de início, mas em seguida apenas observei, por pouco mais de três horas, as discussões.

Pude presenciar o trabalho dos assessores técnicos no aconselhamento, tradução de linguagem e das demandas jurídicas e burocráticas e no andamento dos trâmites. Lá, vi pessoas que só havia visto pelo Jornal A Sirene ou por outros meios e que estão há anos no *front* da luta pelas populações atingidas em Mariana.

²⁰ AEDAS MG. Pessoas atingidas tomam posse no Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce e Litoral Norte Capixaba, em Brasília. **Aedas MG**, 24 set. 2025. Disponível em: <https://aedasmg.org/pessoas-atingidas-tomam-posse-no-conselho-federal-de-participacao-social-da-bacia-do-rio-doce-e-litoral-norte-capixaba-em-brasilia/>. Acesso em: 29 set. 2025



Figura 22 - Membros da CABF em reunião no escritório sede. Fonte: Cáritas.

Para a reunião, os assessores da Cáritas trouxeram informes de que o novo juiz que agora é responsável pelo caso da Samarco, que parece adotar uma linha de ação diferente, mais pragmática, solicitava que Comissão apresentasse pontos (que ela própria já havia homologado) que aceitava negociar no tocante ao reassentamento e ao processo de repactuação, pois vários arranjos anteriores poderiam perder a validade. Foram horas passando ponto a ponto, desmembrando detalhes, num esforço de síntese e de sensibilidade política, pois tratava-se de um exercício de gerir conflitos e consensos, bem como o delicado trabalho de tomada de decisões coletivas.

Conseguí perceber um tipo de dano específico nessa reunião: trata-se de um **dano político**, conectado com o sentimento de cansaço ou mesmo com a percepção e experiência duradoura de assimetria da disputa, o que amplifica uma sensação que é também de impotência. Ouvi coisas como “se for para fazer do jeito que eles querem, então por que estamos nos reunindo?” ou “eu jogo a toalha!”, mas que era enunciado mais como uma expressão de desânimo do que efetivamente o anúncio de desistência total. De onde proviria esse ânimo? Do que se abasteceria?

Posteriormente, assisti ao documentário *CABF em ação: a saga dos atingidos em busca de justiça*, realizado em 2023, por ocasião dos oito anos da Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF) e, com este material em mente, gostaria de verticalizar algumas observações. O documentário reúne depoimentos de membros de diferentes localidades impactadas pelo rompimento da barragem — como Paracatu, Ponte do Gama e Bento Rodrigues. A narrativa alterna cenas em estúdio, nas quais indivíduos falam diretamente à câmera, com momentos de interação coletiva. Em uma das passagens mais expressivas, um grupo se reúne em torno de álbuns de fotografias para revisitar memórias: imagens de antes do desastre, registros de mobilizações e de audiências jurídicas. Nos relatos iniciais, os entrevistados sublinham como, à época, não dimensionavam o risco representado pela barragem de rejeitos — risco constantemente negado ou minimizado pela Samarco — e como acreditavam que a inundação seria passageira.

O documentário evidencia que a atuação da CABF vai além do testemunho afetado: seus membros recorrem a documentos oficiais, como o inquérito da Polícia Federal, pesquisas acadêmicas e dados oficiais para sustentar suas reivindicações. A preocupação central é com o risco do apagamento das demandas e do esquecimento das violências sofridas. Criada em 28 de dezembro de 2015, a comissão constituiu-se como espaço institucional de enfrentamento, cuja experiência foi posteriormente replicada em outros contextos de desastre, como o de Brumadinho, em 2019. Seu funcionamento envolve o acesso a conhecimentos técnicos, a sistematização de demandas, a formulação de estratégias e a tomada de decisões coletivas — recursos fundamentais para resistir às violências institucionais e à morosidade processual. O Ministério Público e a Assessoria Técnica Independente são os parceiros institucionais mais ativos.

Nos depoimentos do documentário, emergem também as motivações pessoais e coletivas para integrar a comissão: a solidariedade, o repúdio à injustiça e a busca por formas mais resolutivas de ação comum. Os sujeitos atingidos membros da CABF denunciam práticas corporativas de desmobilização — como propagandas enganosas, estratégias de fragmentação comunitária e tentativas de isolamento de indivíduos — e ressaltam a importância da perseverança diante do desgaste provocado por uma lógica de reparação que aposta no cansaço. Nesse sentido, manifestações públicas, bloqueios de estradas e a inserção em fóruns

internacionais aparecem como táticas indispensáveis para afirmar direitos e reivindicar reparação justa, em diferentes escalas de poder, entendida também como um processo de empoderamento coletivo.

Olhando em retrospectiva a trajetória, os membros da CABF avaliam que houve um amadurecimento político e organizativo, marcado pelo cuidado mútuo, pela representatividade e pelo fortalecimento da ação coletiva. Vitórias concretas reforçam essa caminhada, como a garantia de que a posse de casas nos reassentamentos não implicasse a perda do direito sobre os terrenos de origem, ou ainda a reformulação do cadastro das matrizes de danos. Esses avanços, mesmo que parciais, funcionam como marcos de resistência e sustentação no processo prolongado de luta por justiça.

4.7 - Interloquções com informantes especializados

Durante os dias de trabalho de campo em Mariana, adentrei no espaço convergente entre o ativismo político e o circuito acadêmico.

Nos primeiros momentos, busquei uma antiga conhecida que hoje trabalha como assessora técnica na Guaicuy, entidade que atua com a comunidade de Antonio Pereira, atingida pelo rompimento da barragem da Vale em 2019. A partir dela, conheci a coordenadora de Comunicação **Hariane Alves**, formada pela UFOP há alguns anos. Ela havia escrito, em co-autoria com Carolina Vieira, um livro-reportagem²¹ sobre uma família de Bento Rodrigues que havia sido impactada pelo desastre-crime da Samarco. Me emprestou jornais publicados à época do rompimento de Fundão e me recomendou que falasse com uma ex-professora, Karina Rodrigues, o que de fato aconteceu alguns dias depois.

A conversa com **Karina Rodrigues**, professora do curso de Jornalismo da UFOP em Mariana, durou cerca de uma hora, durante a qual pude me contar sobre as narrativas construídas sobre o evento, a mudança na cobertura ao longo do tempo, os danos de longa duração e a formação de novos jornalistas que a partir de então absorvia as consequências dos efeitos negativos da exploração mineral.

²¹ AMARAL, Ana Carolina Vieira do; ALVES, Hariane Santos. Uma nuvem se aproxima da janela. Lisbon Press, 2021.

Também conversei com **Wilson Costa**, fotógrafo que havia pouco lançado o livro-fotográfico *Entre Minas*. Falamos sobre a concepção do trabalho, sobre que histórias a mineração o leva a contar, sobre estetizar a ruína e sobre como tem sido a relação dele com as pessoas da região. Dias depois ele me convidaria para uma visita ao antigo território de Bento Rodrigues, a segunda, desde minha chegada.

Uma quarta interlocução importante foi entre mim e **Estefânia Momm**, professora do curso de Arquitetura da UFOP em Ouro Preto e doutoranda da FAU-USP. Nos conhecemos, como relatei acima, através da recomendação de um professor que tivemos em comum, Bruno Milanez, e desde então temos encontrado convergências em nossas pesquisas. Foi com ela que fui a primeira vez às ruínas de Bento Rodrigues. Fui à sua residência em Ouro Preto três vezes para discutirmos nossas impressões e prepararmos um texto em conjunto a ser compartilhado com nossas comunidades acadêmicas.

4.8 - A segunda ida às ruínas — um encontro com os Loucos Pelo Bento

Wilson Costa, fotógrafo, iria apresentar uma nova proposta de trabalho ao grupo que costuma ir todo fim de semana ao território de origem. Sua maior parte é composta por membros da família Quintão e se reúnem na antiga moradia de um deles. Em sua companhia, minha entrada na situação de interação foi, portanto, associada. Chegamos domingo de manhã, pouco antes da hora do almoço. Algumas pessoas ainda acordavam, enquanto mulheres e crianças estavam na cozinha, entre o preparo da refeição e desenhos na mesa.

Ali, em meio aos destroços, entre casas abandonadas e o cenário de desolação, cerca de 15 pessoas se encontravam todo fim de semana (ver Figura 25). Eles constituíram um grupo de ativismo intitulado Loucos Pelo Bento. No lugar havia energia elétrica proveniente de baterias e também água encanada graças a ajustes realizados pelos próprios frequentadores. Mônica dos Santos e Mauro Marcos estavam lá: eles fazem parte da comissão dos atingidos desde o início. Uma semana antes, em 12 de julho, Mônica estava em Londres, na ocasião do julgamento da Vale e da BHP naquela corte, no qual iria decidir se haveria sanções lá também. Almoçamos, tomamos cachaça e tentamos fazer daquele momento algo

não apenas voltado para a coleta de dados sobre o sofrimento, o trauma ou os danos de longa duração. Eles não precisavam ser explicitados ou esquecidos, mas outras dimensões da vida irrompiam ali, obviamente poluídas pelos rejeitos, mas antes de tudo como tentativas e ensaios de perseverança acima de tudo.

Embora eu não tenha feito perguntas específicas, informações vinham informalmente: memórias sobre a teimosia na ocupação daquela residência e acesso ao território; discussões sobre os novos arranjos da repactuação; queixas e críticas à Renova. A irmã de Mônica mostrou fotos de como era o lugar antes da destruição. Um ciclista que passava pelo lugar parou para receber alguma orientação de caminho e acabou convidado para almoçar. Ocasionalmente, apesar do cenário, foi um domingo em família animado.

Depois, na companhia de Wilson, andamos pelas ruas do território (Figuras 23 e 24). Durante a caminhada, tomei alguns torrões de rejeito, coloquei nas folhas do caderno de campo e os fechei, simbolicamente encerrando minhas anotações.

Meses mais tarde, ao elaborar o artigo submetido à Revista Píxo, indiquei que a intenção era mais do que observar os escombros das edificações, mas mirar os modos de vidas rompidos; para além dos objetos soterrados, perdidos e danificados, focar nas relações e vínculos desfeitos e a tentativa de seu refazimento, ainda que frágil e precário. Busquei enxergar para além do lugar, vasculhando o que nele habita e de que maneira o faz. Objetivei entender como um grupo específico impregna de sentido o território arruinado que outrora era moradia, operando ressignificações, revalorizações e empenhando-se em continuidades. Estive assim interessado não em uma paisagem meramente topográfica esfacelada, mas uma paisagem pulsante de sensibilidades.

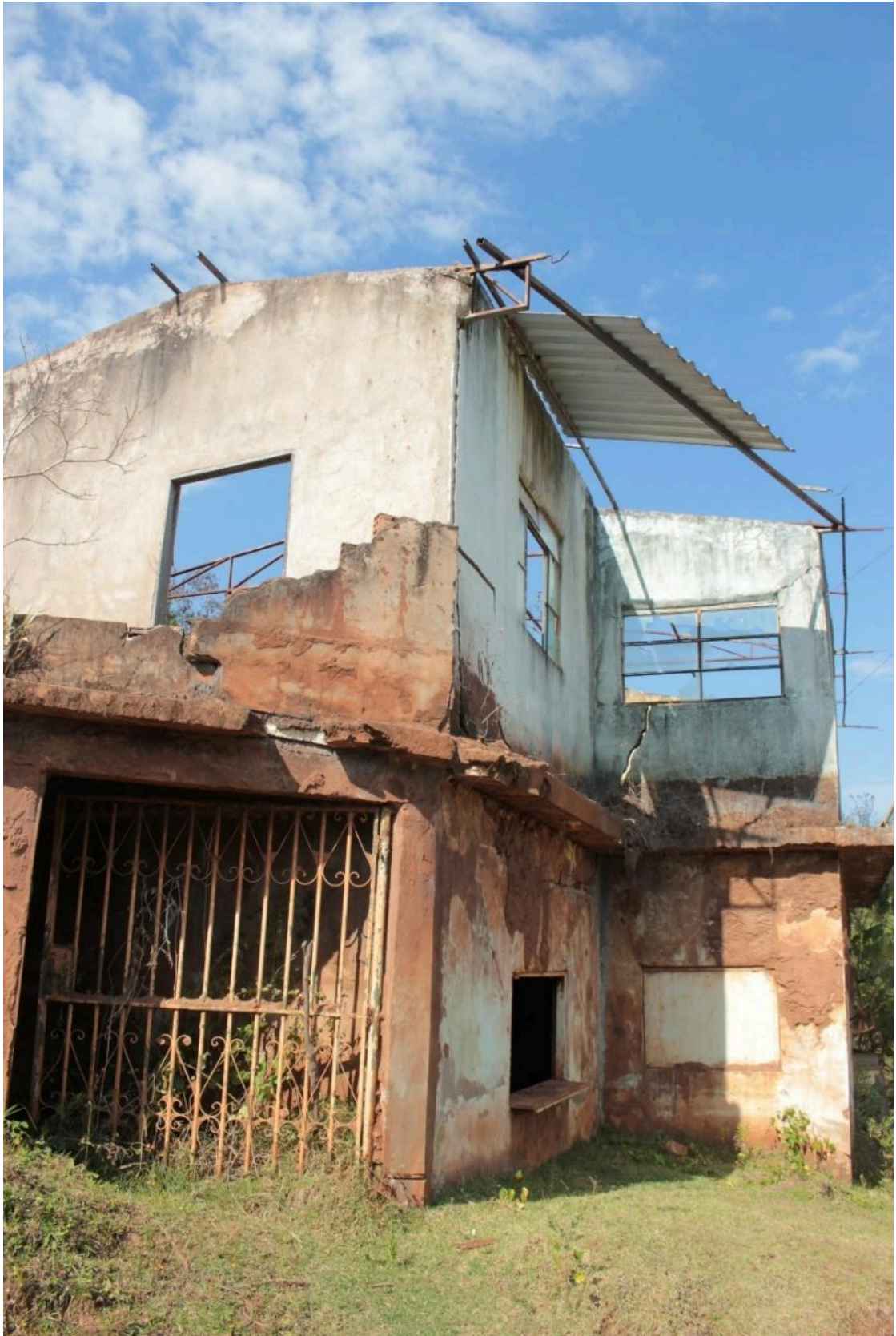


Figura 23 - Imóvel em ruínas em Bento Rodrigues. Fonte: autor, 2023.



Figura 24 - Placa com a frase “Respeitem nossa MEMÓRIA” instalada pelos moradores de Bento Rodrigues em ruína do território. Fonte: autor, 2023.

Destaquei, naquele texto, que o grupo “Loucos pelo Bento” insinua-se como uma síntese microcós mica de muitos elementos que se manifestam de maneira mais extensiva e complexa por todo o leito do Rio Doce. Há uma retomada de agência em meio ao trauma coletivo, que se desenrola e se manifesta no cotidiano não exclusivamente como sofrimento, visto que emergem disposições políticas de enfrentamento. A luta pela ocupação do território organiza uma paisagem de sensibilidades que precisa reaccessar suas ancoragens afetivas e reenergizar seus vínculos, ainda que sem o substrato material original de seu enredamento. Está em movimento também uma política de memória, que faz o trânsito entre o que era e o que é; entre o que se perdeu e o que se busca conservar, portanto, implicada no denso processo de manutenção e refazimento de identidades. De forma geral, o “Louco pelo Bento” explicita dinâmicas criativas de resistência, cuidado e, no fundo, de como tornar vidas vivíveis em meio às ruínas.

A manifestação do “Loucos pelo Bento” é mais uma evidência da mineração como indústria danosa (*harm-industry*). É também no contexto do desastre-crime da Samarco (Vale/BHP) e ao observar a dimensão dos danos causados para o “Loucos pelo Bento” que compreendo a mineração como parte da lógica de “acumulação por extinção”. Tais dimensões não podem ser ignoradas do contexto, e não podem ser normalizadas como intrínsecas às atividades mineradoras. O grupo “Loucos pelo Bento” é um ato continuado de coragem — uma fissura em meio aos destroços: por onde a natureza se regenera em meio aos escombros e a vida se faz presente.

Wanderley e Gonçalves (2019) reforçam a ideia de que o território não se reduz a um recurso, mas constitui também um espaço de conflitos e disputas. Isso ocorre porque a territorialização dos projetos extrativos minerais redefine, muitas vezes violentamente, paisagens, dinâmicas sociais e ambientais, bem como os usos do território. A mineração, explicam os autores, exige um controle intensivo do espaço, tanto pelo grau de expropriação de recursos quanto pela necessidade de excluir ou eliminar grupos sociais e práticas espaciais preexistentes. Nesse processo, o modelo brasileiro de mineração instaura uma fratura sistemática nas bases materiais e imateriais das famílias que habitam as áreas atingidas, ao mesmo tempo em que impõe amputações ecológicas profundas. Logo,

[...] percebe-se que a mineração toca profundamente as coisas da terra a propriedade fundiária, as temporalidades do viver e o sentido

dos lugares para as populações que os habitam. Mostra a força dos monopólios numa economia mundializada. Ela ameaça os territórios com a fragmentação de assentamentos rurais; a desarticulação da cultura e da produção camponesa; a criminalização de atingidos e movimentos de resistências; aumenta a pressão sobre as terras indígenas e quilombolas. Por isso, é evidente a necessidade de inserir a leitura da mineração como parte essencial do debate sobre o espaço agrário brasileiro (Wanderley e Gonçalves, 2019, p. 38)

Considerada setor chave para o desenvolvimento econômico em uma sociedade de matriz extrativa como a brasileira, a mega mineração tem sido pouco açodada para reconhecer, dirimir e reparar os danos que inflige. Passados mais de nove anos, o desastre-crime da Samarco (Vale/BHP) é submetido à palidez da inércia, seu apelo torna-se cada vez menos audito e as desfigurações que causou são geridas com pouca urgência. Contra uma hegemonia de licenciosidade e manipulações assimétricas em arenas de negociação, é preciso insistir em demarcar o intolerável. Ao ler as ruínas de Bento Rodrigues, entrevejo que tal exercício de demarcação é feito e nele o modelo minerário contemporâneo encontra críticas contundentes.

O grupo “Loucos pelo Bento” me habilitou a qualificar a questão de como o desastre-crime da Samarco (Vale/BHP) reordenou e, no limite, destruiu paisagens, lugares e identidades — efetuando radicais rupturas biográficas. Pude perceber como a manutenção de costumes e a criação de novas práticas em meio ao território majoritariamente submerso em rejeitos de minérios, produziu rearranjos em âmbitos mais sensíveis, subjetivos, de maneira coletiva. Para tornar tal mundo estilhaçado inteligível, contei com a assistência conceitual de formulações sobre sofrimento social, trauma cultural, identidades e territórios abalados por eventos críticos, r-existências e impactos emocionais pela destruição de lugares aos quais se nutre profundo apego, sintetizando-as para operacionalizar uma incipiente antropologia das ruínas. Há uma relação de desastre-território-identidade que tem sido ignorada, ou estrategicamente invisibilizada, que deve ser registrada de forma a contribuir com aspectos centrais de processos de reparação que de fato busquem considerar a centralidade das vítimas, respeitando seus modos e projetos de vida para muito além da mera reconstrução imobiliária.



Figura 25 - Almoço nas ruínas de Bento Rodrigues. Fonte: “Profissão Repórter” (Globo, 2023).

O desastre-crime da Samarco (Vale/BHP) teve como efeito a ativação de um componente político na identidade coletiva de uma parcela de moradores de Bento Rodrigues, que passaram a se engajar na resistência ao apagamento, ao esquecimento e à apropriação de seu território. Destaca-se aí o germinar e a cristalização de uma sensibilidade rebelde em um contexto de franca expulsão, desterritorialização e desenraizamento.

Em Bento Rodrigues, já havia manifestações de desconfortos provocados pela mineração (VIANA, 2012). Detectava-se, em 2010, entre outras questões como o incômodo com a poluição e a alteração nos costumes locais, a convivência com o medo do rompimento da barragem do Fundão. Obviamente, essas queixas não foram levadas a sério, tampouco comprometeram o funcionamento regular das operações. Mas que impacto haveria de causar se nem mesmo nos registros do jornalismo local e experimental (Gomes Barbosa e Carvalho, 2019) Bento Rodrigues recebeu atenção qualificada a suas próprias questões e problemas, oclusada por lógicas de noticiabilidade capturadas também pela mineração. A invisibilidade midiática se coaduna com a franca gestão empresarial do território, num encaixe difícil de desmembrar.

Embasados nas elaborações de Deneault (2022) e Acselrad (2022) sobre o poder corporativo em capturar legislações nacionais e a impor leis de mercado, gerir

territórios e suas vidas, podemos ampliar a compreensão sobre a linguagem e das práticas gerenciais de contenção de conflitos e, de maneira pormenorizada, identificar que dinâmicas recaem especificamente no caso de Bento Rodrigues. No horizonte, enxergo que o “novo poder soberano das multinacionais”, como discute Deneautl (2022), é um ponto nodal para a compreensão do neoextrativismo. Recompondo e seguindo especificamente o argumento de Acselrad (2022), temos que a busca por controle e estabilidade de longo prazo impulsiona as atividades extrativas, como a mineração. Para alcançar isso, tais empresas precisam ir além de suas áreas de operação, buscando garantir a legitimidade de sua presença junto às comunidades vizinhas. Seus negócios dependem de recursos fixos em um território, motivo pelo qual elas precisam neutralizar qualquer possível ameaça (sejam riscos técnicos ou não) que possa surgir de pessoas que não estão diretamente ligadas a elas por contratos de trabalho.

Entra em cena um conjunto de estratégias, denominadas por Acselrad (2022) como um processo de “disciplinamento social”, algo que visa assegurar um ambiente de negócios favorável. Nesse processo, as empresas implementam ações sociais que buscam o consentimento das comunidades, com o objetivo final de evitar conflitos e riscos que possam prejudicar seus investimentos. O que se espera dessas ações é que as comunidades aceitem as ações dos projetos e, por consequência, abram mão de sua capacidade de contestação. O foco está em identificar e neutralizar potenciais conflitos de forma contínua, garantindo a segurança e a estabilidade necessárias para a lucratividade do empreendimento. Essa conexão entre expansão das atividades e gestão corporativa do social não é recente, mas é uma preocupação histórica do capitalismo.

É oportuno mobilizar o argumento de Raquel Giffoni Pinto (2019) de que as corporações articulam-se política e institucionalmente, por vias policiais, jurídicas, científicas, fundiárias e culturais para gerir a crítica social. Denúncias das violações socioambientais, por exemplo, podem trazer dificuldades financeiras, logísticas, operacionais e de livre acesso aos recursos naturais. Os riscos às operações ou possíveis feridas à reputação são motivos para o investimento social nas comunidades e nos territórios. Uma dessas estratégias é justamente a responsabilidade social corporativa, um meio de construir vínculos, domesticar contestações e conflitos e construir consensos a partir da instrumentalização das relações, da codificação das comunidades: interessa tornar a existências coletiva

inteligível e calculável às corporações. Mapear e engajar stakeholders, por exemplo, teria como efeito a neutralização das agências políticas.

Argumento que o “Loucos pelo Bento” recusa um tipo específico de dano político: o sequestro de agência. Refazem-se e afirmam-se enquanto um “nós” atuante, rejeitando aquilo que nos permitimos nomear de tutela existencial corporativa, na medida em que insistem na retomada de autoria coletiva da vida social, algo que realizam de maneira inscrita no território: é imperioso, para eles, estar nele, ocupá-lo, reivindicá-lo.

De maneira situada, o “Loucos pelo Bento” ilustra uma densa paisagem de sensibilidades que se radica em um mundo estilhaçado pela mineração. Embora este seja um estudo de caso cujo alcance das compreensões desenvolvidas não possa ser ampla e irrefletidamente generalizado dada a variedade de impactos em diferentes comunidades atingidas, dentre elas indígenas, quilombolas, ribeirinhas, litorâneas, por exemplo — afirmo que as ruínas de Bento Rodrigues demonstram a profundidade dos danos causados e se comunicam com outras ruínas do neoextrativismo, bem como são eloquentes sobre formas de seguir vivendo em meio aos estilhaços.

4.9 - Reconpondo o mundo estilhaçado dos “Loucos pelo Bento”²²

Com inspiração no trabalho de Lorimer (2003), refratado por Dawney (2022), utiliza-se aqui o artifício de “pequenas histórias” para entender práticas de sujeitos em situações muito delicadas. Nas pequenas histórias, constelam-se dados discursivos, análise de acontecimentos e de experiências para compor narrativas que possam ilustrar eventos, memórias, sensações e impressões centrados nos integrantes dos “Loucos pelo Bento”. Essas histórias dizem respeito, em um horizonte, a dificuldades que se apresentam para que determinados sujeitos consigam se localizar e estabelecer nódulos ou pontos de ancoragem para suas próprias vidas, na ausência daquilo que outrora fornecia a normalidade mais básica para elas: o território e as relações estabelecidas nele e com ele; dizem respeito

²² fragmento posteriormente publicado sob o título “Formas de habitar mundos estilhaçados no Capitaloceno: reconpondo as ruínas de Bento Rodrigues”, escrito em co-autoria de Estefania Momm, e publicado no dossiê Paisagens pós-antropoceno, da PIXO – Revista De Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade.

também as energias investidas por agentes em um arranjo de forças extremamente assimétrico. Seguindo a elaboração de Lorimer (2003, p.214), o dispositivo das pequenas histórias, por meio do qual se examinam aspectos biográficos e sua textura subjetiva em conexão com sua dimensão estrutural, “são como pontos de entrada para o desenvolvimento de conceitos em contextos locais”, visto que se manifestam ou são corporificados de maneira particularizada. Dessa maneira, no fim das contas, elas contam também a história do desastre-crime e, de forma peculiar, da manifestação dos efeitos do modelo neoextrativista.

Para recompor as ruínas de Bento Rodrigues e navegar pelos sentidos que lhe atribuem aqueles que nela habitam, utiliza-se aqui um conjunto representativo de dados narrativos advindos tanto da produção pelos próprios sujeitos, quanto de experiências de interlocução em campo com eles. Atém-se a aspectos subjetivos que fornecem indicativos do que é ser um “Louco pelo Bento”. Eles ajudam a acercar-se das motivações, das justificativas e com isso permitem elaborar algumas “pequenas histórias” sobre os membros e o que os conecta às ruínas, coletando elementos de um arranjo de uma complexa paisagem de sensibilidade. Toma-se de inspiração a noção de “política de sensibilidade” de Scribano (2019, p3), definida como um conjunto de práticas sociais cognitivo-afetivas baseada na produção, gerenciamento e reprodução de horizontes de ações, disposições e cognição. Ainda sob orientação de Scribano (2017, p. 2) está-se atento, no caso do “Loucos pelo Bento” à práticas intersticiais, caracterizadas como relações sociais

que se apropian de los espacios abiertos e indeterminados de la estructura capitalista generando un eje “conductual” que se ubica transversalmente respecto de los vectores centrales de configuración de las políticas de los cuerpos y las emociones.

As histórias funcionam em conjunto, portanto, como um mapa de indícios, um circuito de experiências que nos mobilizam a perceber o que, no fim das contas, é o mundo danificado pela mineração em Bento Rodrigues: onde estão as rachaduras, como se manifesta o sofrimento, o que se busca recuperar e como persistir com a vida.

Marlon - O lugar mais seguro do mundo

Em “O Lugar Mais Seguro do Mundo” (2021), documentário dirigido por Aline Lata e Helena Wolfenson, o personagem principal, condutor da narrativa, é Marlon

Silva, sobrevivente da onda de rejeitos da Barragem do Fundão que atingiu o subdistrito de Bento Rodrigues. Marlon é um personagem que nos guia por algo maior do que ele próprio. As gravações do longa-metragem começaram em 2016, meses após o rompimento, quando Marlon tinha pouco mais de 20 anos. Em uma das primeiras cenas, ele visita locais atingidos pelos rejeitos, ainda com o aspecto úmido da lama e as marcas frescas nas paredes que restaram de pé, resgatando fotografias, ícones religiosos, objetos pessoais e outros itens entre as ruínas para devolver aos proprietários. Nesse gesto há algo que imediatamente extravasa a dimensão privada, nos conduzindo em direção à dimensão pública: a constante tentativa de recompor a vida cindida pelo trauma do desastre-crime, o incessável tatear por uma outra constituição individual e coletiva, mais frágil e que emerge de uma arqueologia inglória.

O documentário acompanha Marlon visitando a vizinhança fantasmagórica onde outrora vivia a avó, Maria, e onde a tia, Sandra, possuía um bar, deparando-se com as casas saqueadas e o entulho que permaneceu nos cômodos, a exemplo do seu próprio quarto; filma-o entrando pela mata até uma cachoeira, cenário de brincadeiras de infância, mas que agora, ainda que sinta o prazer de entrar naquelas águas, manchas e coceiras alérgicas derivam desse inocente ato; testemunha mais de uma ocasião em que deflagra ruidosos conflitos contra funcionários da Samarco (Vale/BHP) que tentam expulsá-lo da área atingida, mas sua desobediência triunfa. Em determinado momento, Marlon se junta a uma procissão de ex-moradores e participa de uma celebração religiosa. Mais tarde, alguns remanescentes permanecem em uma casa de estrutura improvisada, em Bento Rodrigues, e, entre música, cerveja e conversas, entoam um hino onde declaram-se “Loucos Pelo Bento”: “Estamos vivos, estamos juntos, estamos fortes, somos muitos e somos loucos! Somos loucos por Bento Rodrigues”.

Mônica - Ânsia por justiça

A primeira menção ao grupo “Loucos pelo Bento” no Jornal A Sirene — um veículo comunitário que tem sido um verdadeiro acervo sobre o crime da Samarco, em um exercício ativo de mobilização, bem como de política de memória — acontece na edição de número nove, de dezembro de 2016. Ali, três fatos são emblemáticos, reportados em matérias. O primeiro é uma mobilização para consertar uma ponte que dá acesso ao território, danificada pela passagem de

caminhões que prestavam serviço à mineradora. Embora houvessem solicitado reparos, eles não seriam realizados a tempo do feriado do dia 2 de novembro, tampouco do dia 5 de novembro, data em que se completaria um ano do rompimento da barragem. Em um domingo, vários moradores realizaram os reparos, em mutirão. O segundo é um conflito com “seguranças” por causa do acesso à igreja das Mercês, cujas portas estavam trancadas a cadeado, impedindo o acesso para a celebração do dia dos finados. Por fim, o terceiro acontecimento diz respeito à primeira noite em que um grupo de ex-moradores decidiu dormir em Bento Rodrigues, em 22 de outubro de 2016. Ao todo, 23 moradores participaram do acampamento, dos quais 15 eram moradores originais. Eles montaram uma estrutura de barraca, fogueiras e à noite realizaram uma caminhada, por entre as ruínas, até a Igreja de São Bento.

Todas as matérias assinaladas acima tiveram a autoria ou participação de Mônica dos Santos. Além de colaboradora assídua do Jornal A Sirene, ela tornou-se uma liderança do movimento das pessoas atingidas pela barragem de Fundão, com posição sólida na Comissão dos Atingidos pela Barragem do Fundão de Mariana. Sua atuação fez com que sua presença fosse constante em entrevistas, documentários, eventos, manifestações e, claro, assembléias e tribunais. Assim como Marlon Silva, de quem é prima, Mônica dos Santos sofreu uma ruptura biográfica por causa do rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro que envolve, fisicamente, a destruição de seu território, e, simbolicamente, a destruição de uma série de componentes relacionais ligados a sua identidade. Neste último quesito, no caso de Mônica, a reconstrução de si é perpassada por uma instância coletiva intensamente política que reorienta sua trajetória de vida: em 2021 tornou-se advogada e em 2022 foi a primeira pessoa atingida a ser ouvida em um tribunal, desde o rompimento em 2015: o que se deu não no Brasil, mas em Londres, onde a BHP enfrenta graves acusações no Tribunal de Apelação das Cortes Reais de Justiça do Reino Unido. Hoje, Mônica dos Santos atua junto à Cáritas no corpo de assessoria técnica à população de parte da bacia do Rio Doce atingida pelo crime da Samarco (Vale/BHP).

Enquanto tiver um atingido sem ser reassentado e um atingido sem ser indenizado, é... eu tenho por obrigação, né... de lutar pelo direito de todo mundo. *É uma luta que eu sei, que é uma luta sem fim* (GLOBO, 2023).

A potência dos elementos biográficos da Mônica, sobretudo após o desastre-crime, indica uma incansável procura por justiça coletiva desde o rompimento da barragem de Fundão. Ao representar com sua existência-vida-corpo uma luta coletiva ao longo de mais de 8 anos, Mônica enfrenta contínuos desafios conjunturais relativos ao território de Bento Rodrigues e todo processo de reparação. É em Bento — com seus amigos, familiares e próximos que encontra além de pares, refúgio — que encontra possibilidades de continuidade da vida.

Não parece exagerado afirmar que os desastres recentes na mineração brasileira, em especial os rompimentos das barragens de Fundão (em Mariana) e do Córrego do Feijão (em Brumadinho), impactaram o regime de visibilidade dos problemas associados ao neoextrativismo mineral: questões como os tipos de barragem de rejeitos em operação, o nível de risco associado a eles, a rigidez ou flexibilização do monitoramento, a parcialidade de pareceres supostamente técnicos, a condução corporativa de conflitos socioambientais e a morosidade dos desfechos jurídicos. Por outro lado, a agência dos grupos engajados na resistência à exploração mineradora, nos processos de reparação de áreas atingidas e na defesa de alternativas ao modelo mineral vigente, também passam a contar com uma maior e mais sintonizada sensibilidade pública a suas pautas, tendo em vista a concretude trágica de suas lutas. Nesse contexto, a implementação da Lei n.º 14.755, 15 de dezembro de 2023, a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens, cristaliza aprendizados fruto de tensionamento, disputas e sobretudo de sofrimentos infligidos aqueles atingidos pelas violações do setor extrativo mineral.

Marcos - Casamento nas ruínas

Bento Rodrigues possui uma forte e longa tradição católica. As duas capelas que lá existem foram construídas no século XVIII. A capela de Nossa Senhora das Mercês sobreviveu ao desastre-crime por estar em localização mais elevada, embora tenha sido abandonada²³ pela Fundação Renova e órgãos públicos após o desastre-crime. Já da igreja de São Bento, que era mais frequentemente utilizada pelos moradores, restam apenas partes arruinadas da estrutura original, cobertas por um toldo, já que o teto, paredes e objetos foram arrancados e arrastados pela

²³ Sobre o descaso quanto a manutenção e restauro da capela ver: <https://mg.caritas.org.br/noticias/morosidade-e-descaso-comprometem-capela-das-merces-em-bento-rodrigues>

onda de lama de rejeitos. Ambas faziam parte do itinerário do Programa Estrada Real, originalmente rota de escoamento de ouro e que, até antes do rompimento, possuía uma importante função turística, considerado um dos pontos fortes da economia local. O aspecto patrimonial danificado muitas vezes oclusa o que ainda acontece ali enquanto paisagem vivida. Na página oficial do Instituto Rota Real, por exemplo, o povoado é descrito como inabitado²⁴.

Na contramão da ideia espectral de que Bento Rodrigues pertence ao passado e que nada mais lá existe, soterrado total ou parcialmente por rejeitos de minério e inundado pelo Dique S4, a não ser um lembrete e um alerta lúgubre de um desastre-crime, Manoel Marcos Muniz — o Marquinho, ex-funcionário da Samarco (Vale/BHP), e Marinalda Muniz, sua esposa, ilustram que entre aquilo que foi destruído, há pulsos de vida. Em dezembro de 1992, casaram-se na igreja de São Bento e 25 anos depois realizaram no mesmo lugar as suas Bodas de Prata (Figura 25).



Figura 26 - Bodas de Prata de Marcos Muniz e Marinalda, em Bento Rodrigues pós-rompimento. Foto: Jornal A Sirene, 2018.

²⁴ Bento Rodrigues - Instituto Estrada Real. <https://institutoestrada-real.com.br/cidades/bento-rodrigues-mg/>

Embora as instalações físicas sejam drasticamente diferentes, inclusive com algumas delas inexistentes, a conexão com o lugar permanece, como expressa um fragmento do Jornal A Sirene dedicado à narrativa do casamento: “acima do amor entre duas pessoas, está o amor por várias histórias de vida, está o amor por Bento Rodrigues” (A SIRENE, janeiro/2018, p.8-9). Ou ainda, nas palavras do próprio Marquinhos, a qualificação do lugar ganha um novo tom:

Aquele lugar, principalmente a Igreja, pra gente é muito valioso. Foi ali que começamos a aprender as coisas. Depois do rompimento da barragem, eu pensei: “perdi a Igreja, esse espaço”; mas hoje em dia eu penso que é muito importante ter celebrado ali, nas ruínas mesmo, no Bento.

Os membros do “Loucos Pelo Bento” retornam ao território em datas comemorativas, religiosas ou não, aos fins de semana ou quando desejam. É a presença no território que lhes é central (ver Figura 27). Eventos como este ultrapassam a camada meramente patrimonial, uma vez que presentificam os vínculos dos “Loucos pelo Bento” com o território, reafirmam suas conexões e intensificam o apego pelo lugar de origem. Mais do que operar remendos anedóticos nas fissuras da identidade coletiva, o grupo está implicado em um aprendizado ou numa pedagogia soturna: trata-se de aprender a viver entre ruínas de um mundo destruído.



Figura 27 - Placas espalhadas em vários lugares das ruínas de Bento Rodrigues sinalizam disputas travadas pelos moradores com a empresa mineradora. Fonte: autor, 2023.

A indagação principal de Rohland et al. (2014) é aguçada e me ajuda a circular por um conjunto de reflexões: por que as pessoas retornam a comunidades que foram devastadas por desastres e que continuam vulneráveis a eles? A abrangência do estudo também é notável, com entrevistas em quatro continentes, nas cidades de Nova Orleans (EUA), Accra (Gana), Brandenburgo (Alemanha) e Chaitén (Chile). Oportunamente, os autores exploram diferentes formas de “apego ao lugar”, mostrando como valores e conexões emocionais superam avaliações puramente racionais: o lugar é apontado como uma mistura de relações sociais e ambientais importantes para grupos e indivíduos; é também algo construído em nossas memórias e sentimentos por meio de repetidos encontros e associações complexas; além disso, as experiências de lugar se aprofundam com o tempo e são moldadas pelas memórias. Rohland et al. (2014) destacam questões como senso de segurança e de pertencimento, que caracterizavam a relação com esses lugares antes do desastre. É como se, de certa maneira, voltar para o lugar fosse uma forma de cura. Além disso, a pesquisa dos autores aborda, a partir de alguns relatos coletados, a rejeição dos altos padrões financeiros da vida na cidade e do papel central do dinheiro nela, algo que também caracteriza em algum nível a relação dos

moradores de Bento Rodrigues com a cidade de Mariana, para onde foram deslocados.

4.10 - Despedida, partida e percepções do cotidiano

No último dia útil na cidade, fui presencialmente à sede da Cáritas e da CABF agradecer as orientações, acolhimento e me despedir formalmente. Fiz isso levando em conta as minhas futuras visitas, mas antes disso, por uma questão ética e um genuíno senso de gratidão. Paralelamente a isso, enviei um e-mail para ambas as instituições com o pequeno acervo de escritos que tenho desenvolvido até então, com a ressalva de que se tratava de algo em andamento, que os próximos absorveriam os aprendizados daquela visita.

No último fim de semana, pude pensar, enquanto fazia as malas, nas interações mais corriqueiras e banais que tive na cidade. Nos momentos em que, indo ao supermercado ou à academia em que me matriculei para fazer exercícios, praticava o *eavesdropping*. Me lembrei de quando um conhecido encontrou outro e fez a piada de que “*Agora você tá rico, tinha duas casas lá em Bento, ein*” e notei que o desastre-crime se comunicava, às vezes, como piada e como ressentimento, como se os antigos moradores tivessem agora uma prosperidade indevida. Se comunicava também como mistério: lembrei da atendente da academia informando que o prédio da frente era “das coisas lá de Bento”, que vinha “um pessoal trabalhar aí, mas não sei o que faz”. O prédio era onde itens resgatados dos rejeitos eram mantidos a salvo.

No momento final, quando esperava o ônibus para ir para Belo Horizonte, de madrugada, pensando nas memórias que compartilharam comigo e no tempo presente que se desenrolou durante aqueles dias, pude ver centenas de pessoas na rua usando macacões laranjas, azuis e de outras cores, todos com refletores. Eram trabalhadores de empresas terceirizadas da mineração indo tomar a condução fretada para os seus ambientes de trabalho. Lembrei do anúncio que havia ouvido dias antes: um carro de som anunciava vagas para mulheres que queriam aprender a trabalhar como operadoras de máquinas para a Samarco. É uma cidade mineradora, afinal: do minério que vem sua sobrevivência e sua ruína.

Mariana desencadeia um desses momentos que alavanca uma intensa reflexividade social frente a parâmetros limítrofes e trágicos que anunciam o fim do mundo. As “placas tectônicas” de sua identidade foram rearranjadas. Ao passar de ônibus pelas avenidas que levavam à saída da cidade, penso em como o trabalho de campo me aproximou dos grupos de transmissão do trauma cultural, aqueles que se engajam nas batalhas de reclassificação do sentido do desastre em diferentes arenas institucionais; me fez visualizar a conexão e o apego de lugar naqueles que, expulsos, tiveram seus modos de vida desmantelados; testemunhei sensibilidades rebeldes e ímpetos de politização da agência através dos circuitos ativados no processo de reparação e como os sujeitos atingidos participam deles; percebi como o desastre é presente e constantemente re-presentificado no cotidiano e quais eram os palcos locais dos embates; verifiquei as tentativas de manutenção de vínculos e de relações de cuidado (de proximidade às relações políticas mais abstratas, como a representação). Em campo, me acerquei da materialidade dos mundos danificados pela mineração e das vidas que foram por ela precarizadas, bem como das formas como o desastre é presente e constantemente re-presentificado no cotidiano.

CAPÍTULO 5 - MATRIZES DE DANOS, ASSESSORIAS TÉCNICAS E A BUSCA DE REPARAÇÃO INTEGRAL AO DESASTRE DA SAMARCO

Em razão do imenso acervo de produção técnica e jurídica disponível, me debruço à investigação de como se dá a absorção das propostas apresentadas no processo de reparação por comunidades de Mariana atingidas pelo rompimento da barragem do Fundão. Com isso, o objetivo é observar em trânsito alguns indícios da condução da governança do desastre que podem viabilizar e potencializar a participação ou não daqueles mais diretamente atingidos. Especificamente, centro a reflexão na análise de um tipo particular de documento identificado como Matrizes de Danos. Representam aqui uma espécie de acervo de memória proveniente do campo jurídico e o que ele revela ou oclusa é particularmente valioso. Este exercício foi originalmente desenvolvido em texto intitulado *Decolonizing Reparation: Post-Disaster Recognition's Strategies Raised by Affected Communities* e apresentado no XX Congresso Mundial de Sociologia, em 2023, no Grupo de Trabalho 39 — Sociologia dos Desastres, na sessão *Decolonizing Disasters Studies in the Global South: First-Hand Research Experiences*.

As matrizes de dano foram elaboradas por entes específicos implicados na governança do desastre em Mariana ligados tanto às empresas proprietárias da mineradora responsável pela catástrofe e, alternativamente, por entidades escolhidas pelos próprios atingidos pelo desastre, as Assessoria Técnicas Independentes (ATIs). As ATIs são compreendidas aqui como um expediente pelo qual os grupos de atingidos agenciam as disputas políticas em torno do processo de reparação, sendo um espaço institucional a partir do qual se privilegia as experiências, demandas e saberes das pessoas atingidas.

Nesse tipo de documento, priorizo a atenção aos esforços de singularização e particularização das experiências das comunidades afetadas, ou seja, vistas como heterogêneas e não hegemônicas, por isso demandando compreensões e ações específicas. Por outro lado, busco identificar as tentativas de ampliar o entendimento do escopo dos danos e, em decorrência, de quem pode ser considerado como atingido, uma vez que houve tentativas de restringir essa classificação. A análise e comparação do conteúdo de diferentes matrizes de dano

ilumina os campos de contenda no processo de reparação e nos municia para aprofundar interpretações sobre o lugar e a dinâmica de sofrimento das pessoas atingidas e a colocar em evidência a variedade e especificidade dos danos de longa duração. Resta indicar que a arena jurídica do desastre, tornado conflito socioambiental, é ela também fonte de danos subjetivos coletivos e um terreno onde se projeta e se molda o processo de trauma cultural.

O processo jurídico que incide sobre o desastre em Mariana é extenso e muitas ações continuam em curso, muitas delas irresolutas. Por hora, interessa sintetizar especificamente as negociações que culminaram na emergência de duas instituições implicadas na reparação do desastre: uma delas é conduzida a partir das empresas envolvidas e outra a partir de demandas das populações afetadas. Ambas nascem de demandas por reparação, compensação e indenização pelo crime, realizadas desde o momento do desastre. Instrumentos como Ações Civis Públicas e Termos de Transação e de Ajustamento de Conduta foram mobilizados para produzir deliberações entre uma série de entidades governamentais ligadas ao meio ambiente, gestão de cursos naturais, ao setor de regulação da mineração, ministério público, atingidos e empresas proprietárias da barragem de rejeito. O quadro a seguir (Quadro 1) sintetiza alguns marcos institucionais:

Quadro 3 - Marcos dos acordos jurídicos do caso Samarco

Data	Marco
Novembro de 2015	Rompimento da Barragem de Fundão.
Março de 2016	Assinatura do primeiro Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), que cria a Fundação Renova, fundação de direito privado responsável por gerir e executar os programas de reparação, custeada pelas empresas.
Janeiro de 2017	Assinatura do Termo de Ajustamento Preliminar (TAP) e do
Novembro de 2017	Assinatura do Aditivo ao Termo de Ajustamento Preliminar (aditivo ao TAP) na

2016–2018	Período marcado por intensas críticas à atuação da Fundação Renova por parte das populações atingidas e do Ministério Público, apontando baixa participação social, lentidão e insuficiência das medidas reparatórias.
Junho de 2018	Assinatura de um segundo acordo (TAC Governança), que, entre outras medidas, estabelece o direito dos atingidos a serem assessorados por Assessorias Técnicas Independentes (ATIs), escolhidas pelas comunidades e custeadas pelas empresas.
Dezembro de 2024	Homologação da “Repactuação” (do TTAC), que reestrutura todo o processo de reparação, formaliza o encerramento da Fundação Renova e cria uma nova estrutura de governança com maior participação dos entes públicos (governos Federal e Estaduais).

É na discussão desses acordos que se estabeleceu a demanda para que fosse criada, por parte da Samarco e de suas proprietárias, uma “fundação de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia em relação às empresas, que ficaria responsável por gerir e executar as ações de reparação” (Silva, 2022, p. 74): esta viria a se constituir, em 2016, como a Fundação Renova. Contudo, foi notável nesse primeiro acordo, denominado Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), a ausência de entidades como o Ministério Público e, ainda mais grave, de representantes de pessoas atingidas pelo desastre. A necessidade de ampliação da participação das vítimas fez com que mobilizações civis e institucionais se voltassem para um outro arranjo, culminando na não homologação desse primeiro acordo.

No ano seguinte, em 2017, um novo acordo, desta vez proposto pelo Ministério Público Federal, buscou alterar a gestão ou a governança do desastre da Samarco e incrementar os instrumentos de compliance, requerendo mudanças na composição interna dos quadros decisórios da Renova e, adicionalmente, implicou o estabelecimento de um corpo de fiscalização e acompanhamento externo, um Comitê Interfederativo (CIF), foi acordado para que as ações desta fundação fossem avaliadas e fiscalizadas. Além do CIF, uma auditoria externa independente e seções especiais do Ministério Público também acompanhariam permanentemente as ações e emitiriam opiniões técnicas (Silva, 2022, p.74). O novo acordo também buscou

estabelecer valores de reserva para o cumprimento de ações de reparação, bem como a contratação de perícias.

Percebe-se que há uma reivindicação jurídica por ampliação da participação de pessoas atingidas, categoria que passa a figurar com imenso teor político e simbólico, conforme apontam Bergamaschi et. al (2021. pp. 2429-2430)

Saindo de uma definição calcada na propriedade, percebe-se a importância cada vez mais reconhecida da participação como elemento central à noção de pessoa atingida. Nesse sentido, é importante mencionar a criação, em 1997, da Comissão Mundial de Barragens, ligada ao Banco Mundial, que, em relatório sobre barragens e desenvolvimento, aponta para um novo modelo de tomada de decisões em seu relatório final, mais participativo e democrático. Considerando a importância da categoria da pessoa atingida no âmbito do direito ambiental, reconhecer a centralidade do atingido perpassa pela responsabilidade socioambiental e pelo reconhecimento das dimensões coletiva e individual, bem como material e imaterial do dano ambiental. A esse respeito, o Princípio 10 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) ressalta a imprescindibilidade da participação de indivíduos e comunidades, o que deve ser facilitado e viabilizado pelos Estados.

É desse Termo de Acordo Preliminar e de um posterior Termo de Ajustamento de Conduta Final, homologados em 2018 entre a união, os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, quase duas dezenas de entidades governamentais e as empresas responsáveis pelo desastre, que determinou a contratação por um período de quatro anos, custeada pela Samarco, de Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) aos atingidos de toda a Bacia do Rio Doce.

As ATIs seriam organizações cujas equipes multidisciplinares de mediadores sociais, técnicos e especializados atuariam junto aos atingidos, voltadas para auxiliar no reconhecimento de diferentes dimensões dos danos e perdas, na organização sistemática de reivindicações vinculadas à reparação. A Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, que já atuava em outros projetos na região, foi convidada para apresentar um projeto de assessoria aos atingidos e iniciou oficialmente suas atividades destinadas a esse fim no segundo semestre de 2016. Finalmente, segundo entendimento do Ministério Público de Minas Gerais em ocasião anterior também relacionada a desastre e conflito ligado ao campo da mineração:

[...] o papel de uma Assessoria Técnica multidisciplinar não se restringe apenas em “traduzir” conhecimento técnico para as comunidades, mas também em identificar, valorizar e agregar os conhecimentos e saberes próprios dessas comunidades nos planos, projetos e peças técnicas que lhes são afetos. Assim, busca-se garantir que a formulação, o planejamento e a execução de ações e programas contemplem e reflitam os modos de vida próprios das comunidades destinatárias, trazendo-os para o centro dos processos decisórios, numa espécie de “tradução inversa” para a esfera técnica. Em outras palavras, a prestação de assessoria técnica não é mera transferência do conhecimento técnico ou científico às comunidades e sim um processo dialógico em que os conhecimentos e saberes produzidos e experienciados pelas comunidades nas suas práticas sociais e vivências cotidianas sejam agregados e incorporados à esfera e ao discurso técnicos. (CIMOS, 2017, p.14)

Decorre disso, conseqüentemente, que o papel das ATIs é tanto evitar o subdimensionamento dos danos e perdas, a desconsideração de especificidades culturais e históricas, quanto garantir a qualidade e acessibilidade de informação técnica, subsidiar a participação informada e garantir o direito à negociação justa. Em linhas gerais, foi apresentada acima uma parte importante da configuração de governança do desastre da Samarco. Ela foi destacada porque incide diretamente sobre a mensuração e dimensionamento dos danos, além de terem construído instrumentos e produzido documentos que permitem verificar a atuação diante das afetações.

No interior da gestão do desastre, as pessoas afetadas em Mariana passaram a ser alvo de escrutínio. Questões sobre quem eram os afetados, que danos sofreram, qual a magnitude deles, quais seriam aqueles que seriam incluídos nas medidas de reparação, compensação e indenização precisaram ser respondidas. Para tanto, foi realizado um cadastro dos atingidos. Em Mariana, por exemplo, ele começou a ser operacionalizado pela Fundação Renova a fim de constituir uma Matriz de Danos, embasada por um programa de levantamento e cadastramento de dados (SYNERGIA, 2016), mas logo críticas substanciais começaram a surgir, como explicita documentos analíticos realizados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2019, p. 8-9) e pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais - GESTA (2016). É nesse contexto que, motivados pelas insatisfações dos próprios atingidos, começaram a ser realizados levantamentos paralelos co-desenvolvidos e efetivados com as Assessorias Técnicas

Independentes, inventariando dados para a constituição de uma Matriz de Danos alternativa, mais ampla, nuançada e legitimada pelos atingidos.

Utilizo o exemplo das matrizes de danos alternativas como indicadores de uma tensão paradigmática — tem a ver com o modelo hegemônico de condução da reparação e ao lugar que elas ocupam em uma disputa mais ampla, na medida em que o próprio conteúdo do direito e sua abrangência está em questão (Henrique Dias, 2022). Nas matrizes de danos da Renova e das ATIs, são diferentemente valorizadas a compreensão atenta dos contextos de existência territorializada que incidem no tipo e na magnitude das afetações, a participação das pessoas afetadas, a transparência dos procedimentos e a efetividade célere das ações.

Quem é atingido e como deve ser reparado/recompensado são interrogações cruciais, visto que a noção de atingido ultrapassa critérios econômicos financeiros, numa concepção patrimonialista, mas envolve o “reconhecimento, leia-se legitimação, de direito e de seus detentores” (Vainer, 2008, p. 40), tendo em vista os deslocamentos compulsórios múltiplos aos quais são obrigados a conviver. Essa constatação é importante, por existirem violações e demandas transbordantes do âmbito pecuniário que buscam abrigo no complexo processo de reparação. Portanto, tomo as matrizes de danos como tentativas de enquadramento e síntese da amplitude e morfologia dos danos, bem como de construir diagnósticos. Nesse sentido, ao analisar como elas são construídas e ao seus conteúdos, verifico as diferentes sinalizações no cenário pós-rompimento no que diz respeito à condução tanto jurídica quanto pragmática da vida das pessoas atingidas: pelo viés burocrático, as matrizes produzem torções na percepção de si, do território e geram impactos na identidade coletiva.

Tornar-se uma pessoa atingida, segundo sugestões interpretativas de Zhouri et. al (2017) demanda não apenas a construção de consciência, mas é também uma inserção involuntária em um contexto de gerenciamento burocrático. A nova condição envolve deslocamentos físicos, materiais, sociais e culturais; passa-se a existir em um contexto de arruinamento de modos de vida territorializados. Nesse processo, os atingidos geralmente iniciam as interações institucionais com pouca familiaridade com procedimentos, espaços, instituições e linguagens, bem como “encontram dificuldades em lidar com a terminologia, o formato das políticas de

reparação e as demandas organizacionais colocadas pelo Estado e pelas empresas envolvidas” (Zhourí et. al, 2018, p. 32).

Além de jargões estranhos, o processo de reparação também fez incidir uma outra temporalidade, outros espaços e colocou o desastre apenas como mero conflito socioambiental, reduzido à esfera da negociação entre as partes, colocando vítimas e agentes corporativos em um tipo de “barganha pelas medidas de reparação e compensação, [...] em posições supostamente simétricas” (ZHOURI et. al, 2018, p. 39), o que não condiz com a realidade. É desse desnível patente, dessa lacuna, que a ação das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) deve ser analisada.

O que é preciso dizer enfaticamente é da inovação jurídica das ATIs. Elas são fruto de um contexto de danos nunca antes testemunhados no país. É preciso entender que se situam também no interior de um cenário conflitivo entre cidades e comunidades de médio e pequeno porte e gigantes corporativos da mineração global. A lógica de financeirização da natureza e das relações conduz inicialmente essa interação e logo fica patente os seus limites. É importante frisar que o processo vinha sendo conduzido sem a participação dos sujeitos atingidos ou de entidades representativas, ou seja, a partir do cadastramento e definição de escopo e de categorias que eram construídos pelas mineradoras e a fundação que a representava.

Algumas provocações orientaram a presente leitura das matrizes de danos, tipo de documento que cristaliza de forma quantitativa (e qualitativa, a depender de quem o produz) o desastre e que baliza as iniciativas de reparação dele. Em primeiro lugar, a justificativa da realização delas: a necessidade de um novo cadastramento e uma nova amplitude de danos e da categoria de “atingido”, dada a insuficiência ou o caráter restrito dos instrumentos utilizados até então para conduzir o processo de reparação. Nesse quesito é iluminadora a posição e o tipo de arcabouço conceitual e jurídico empenhado pelas ATIs, em especial as primeiras a atuar na região, Cáritas e Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS), em Mariana: muitos deles advindos de interpretações da corte interamericana de direitos humanos, como os princípios de centralidade da vítima e de reparação integral. A Cáritas (2020) foi atenciosa na contratação de consultores

de reconhecido prestígio científico para elaborar algumas de suas categorias, solicitando estudos, desenho de métricas e instrumentos valorativos. Em segundo lugar é possível perceber que houve maior atenção, nas matrizes de danos realizadas por Assessorias Técnica Independentes na região aos grupos subalternizados, como populações indígenas e Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMA), e formas de garantir sua participação em etapas como elaboração e validação de instrumentos e legitimação do produto final.

Em relatório da Fundação Getúlio Vargas (2019), no qual as matrizes de danos da Renova, fundação ligada às empresas mineradoras, da Cáritas e da Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas), entidades que atuam na defesa de direitos de sujeitos atingidos, são analisadas é uma excelente síntese para todo esse argumento e me basearei fortemente nele. No que diz respeito à matriz da Renova, o relatório aponta que o setor responsável pela construção da matriz é a mesma que coordena o programa de indenização por moradia; que não há atualização a contento para aprimorar o instrumento; não há sistematização ampla dos danos; há fragilidade no quesito participação social na construção da matriz; o diálogo com povos indígenas e PCTRAMA é limitado; há restrições no reconhecimento de danos passíveis de indenização; há mesmo questões semânticas oblíquas, que implica discussões de fundo conceitual, como o uso do termo “impacto” e não “dano”.

Visto que são “danos nunca antes vistos ou avaliados pelo Sistema de Justiça pátrio, tal a sua magnitude sem precedentes” (CARITAS, 2020, p. 91), as Matrizes de Danos construídas pelas ATIs não se limitam aos contornos jurídicos tradicionais, bem como buscam indicar percursos jurídicos, mas também metodológicos e conceituais que ampliem as capacidades dos agentes, prioritariamente os atingidos, de se situar melhor no interior das disputas. A própria matriz é fruto de reivindicações dos atingidos, segundo a instituição elaboradora, que encontravam-se em um quadro de assimetria política na definição de procedimentos e conceitos norteadores, numa “hipossuficiência técnica e econômica” (CARITAS, 2020, p. 25). A matriz fundamenta-se em “metodologias participativas, que fomentem o protagonismo e a autonomia das comunidades, promovendo espaço de informação, formação e debate para qualificar o processo de construção e deliberações

coletivas” (CÁRITAS, 2020, p. 1), numa clara indicação que o documento forja-se em uma dimensão que é em si didática.

O objetivo da Matriz da Cáritas é “subsidiar os atingidos pela barragem da Samarco (Vale e BHP Billiton) em Mariana e sua luta por indenização por danos materiais e imateriais frente às causadoras do rompimento” (CÁRITAS, 2020, p. 32). Ela também “pode ser instrumentalizada nas negociações extrajudiciais [...] e diretamente em meio judicial”, fornecendo “parâmetro do julgador de avaliação pecuniária da extensão das perdas e danos acometidos às pessoas atingidas” (CÁRITAS, 2020, p. 32). Nesse sentido, a instituição sugere ser a matriz uma espécie de perícia complexa capaz de “fomentar o reconhecimento de novos direitos, em decorrência do surgimento de novos danos causados por um rompimento de barragem de rejeitos sem precedentes” (CÁRITAS, 2020, p. 36), tendo como horizonte o princípio da reparação integral das perdas e danos.

Utilizo o exemplo das matrizes de danos alternativas como indicadores de uma tensão paradigmática — tem a ver com o modelo hegemônico de condução da reparação e ao lugar que elas ocupam em uma disputa mais ampla, na medida em que o próprio conteúdo do direito e sua abrangência está em questão (Henrique Dias, 2022). No que diz respeito à Matriz da Renova, enxerga-se materializada uma lógica negociada de gerência corporativa ou de governança empresarial do desastre (Santos; Milanez, 2018) e as ATIs simbolizam fortemente, nesse quesito, uma mudança de chave interpretativa e operacional quanto à mensuração e interpretação dos danos, tentando ampliar, no contexto experimental e ainda em consolidação dos direitos das pessoas atingidas por barragens, entendimentos jurídicos.

Nas matrizes de danos da Renova e das ATIs, são diferentemente valorizadas a compreensão atenta dos contextos de existência territorializada que incidem no tipo e na magnitude das afetações, a participação das pessoas afetadas, a transparência dos procedimentos e a efetividade célere das ações.

Quem é atingido e como deve ser reparado/recompensado são interrogações cruciais, visto que a noção de atingido ultrapassa critérios econômicos financeiros, numa concepção patrimonialista, mas envolve o “reconhecimento, leia-se legitimação, de direito e de seus detentores” (Vainer, 2008, p. 40), tendo em vista os deslocamentos compulsórios múltiplos aos quais são obrigados a conviver. Essa

constatação é importante pois, como a próxima seção explicita, existem violações e demandas que extravasam o âmbito pecuniário que buscam abrigo no complexo processo de reparação. Além disso, nos fornece dados concretos para dimensionar a importância do trabalho de memória realizado pelas coletividades atingidas. O quadro adiante (Quadro 2) fornece uma síntese do que foi elaborado:

Quadro 4 - Síntese dos contrastes das matrizes de danos do caso Samarco

Característica	Tabela Fundação Renova	Abordagem das Assessorias Técnicas Independentes (Cáritas/AEDAS)
Metodologia	Construção centralizada pela empresa e seus consultores, com baixa participação social.	Construção baseada em metodologias participativas, oficinas e assembleias com os atingidos.
Escopo dos Danos	Foco em danos materiais e individuais, de fácil monetização. Visão restritiva do que constitui dano indenizável.	Escopo amplo, incluindo danos morais individuais e coletivos, danos ao modo de vida, ao lazer, à cultura e à espiritualidade.
Princípio Orientador	Lógica de compensação financeira e de gestão corporativa do desastre, visando encerrar a responsabilidade.	Princípios de "centralidade da vítima" e "reparação integral", derivados de marcos de direitos humanos.
Resultado Prático	Tendência a homogeneizar experiências de sofrimento e a subestimar ou ignorar perdas imateriais.	Esforço para reconhecer a heterogeneidade das experiências e garantir que as reparações reflitam as especificidades culturais e sociais dos atingidos.

5.1 - Descolonizando a reparação?

Do exposto, indica-se a diferencialidade dos danos, incidindo de maneira específica em determinados grupos. Assim, extrapolando a região de Mariana, seguindo o leito destruído do rio Doce, a discussão do caso do Povo Indígena Krenak e das comunidades ribeirinhas Tumiritinga e Galileia são pertinentes para conectar a discussão aqui pretendida, com a ressalva de que não são os únicos que

demandaram expedientes análogos. São exemplos pinçados pelo radical contraste que projetam sobre o modo de reparação hegemônico em curso, justamente por serem povos e comunidades tradicionais.

Ainda em 2015, um laudo antropológico solicitado pelo Ministério Público dedicou-se a verificar as "alterações imediatas no modo de vida do povo Krenak e em suas atividades econômicas decorrentes do desastre socioambiental" (BRASIL, 2015). Ali já se indicava alguma atenção às particularidades das afetações, ao caráter diferencial dos danos ao longo da bacia do Rio Doce. Fica explícito no parecer a nuclearidade do rio para práticas do grupo e o seu papel na cosmologia indígena dos Krenak, o caráter distinto das relações com o meio ambiente. Danos aos hábitos e à segurança alimentar, "enfraquecimento da saúde espiritual e mental, coletiva e individual, do grupo" e outras graves e variadas violações aos direitos humanos (BRASIL, 2016).

A Terra Indígena Krenak, composta por oito aldeias, ocupa uma região no município de Resplendor (MG), a cerca de 400km de Mariana, às margens do Rio Doce. A conexão de seus membros, mais de 400 sujeitos, com o território atravessa a constituição de suas identidades. Na cosmologia dos indígenas Krenak, o rio Doce é mais do que um corpo hídrico, mas representa uma fonte de energia espiritual e é compreendido como um parente, comumente referido como "avô". O tipo de danos, ou a "órbita de afetações" (Paschoal e Zhouiri, 2021, p. 379) que recai sobre os Krenak envolve quase a totalidade dos aspectos da vida: vai desde o impedimento à realização de alguns rituais, a qualidade de água para o consumo de humanos e criação de animais, o aumento de problemas de saúde como depressão, obesidade, alcoolismo e hipertensão, bem como a insegurança alimentar e nutricional, visto que a prática da caça e da pesca foram intensamente prejudicadas.

Em um primeiro momento, motivados pelo histórico de más experiências de negociação com a Fundação Renova, se recusaram a qualquer interlocução ou intermediação travada com Assessorias Técnicas. Só em 2019, pois a temporalidade das decisões e as prioridades políticas do povo Krenak não necessariamente coincidem com os requerimentos, trâmites e ritmos do processo de reparação, foi acordado que eles escolheriam uma Assessoria Técnica Independente para auxiliá-los no processo de reparação.

Entre as suas principais demandas apresentam-se²⁵: a “viabilização de análises críticas dos estudos sobre os impactos do desastre causado pelo rompimento da Barragem de Fundão na cultura Krenak, incluindo a temática da espiritualidade e outras manifestações culturais; a “viabilização de ações de reparação que reconheçam o Rio Doce como um lugar sagrado para o povo Krenak”; a “viabilização de estudos sobre a qualidade da água para uso humano, pesca, agricultura e irrigação e suas consequências; a “viabilização de estudos sobre a qualidade do solo para agricultura e suas implicações”; a “viabilização de apoio às demandas que envolvam suporte técnico de especialistas na área da pesca”; a “viabilização de apoio às demandas que envolvam suporte técnico para a recuperação da produção agrícola”; a “viabilização de apoio às demandas que envolvam suporte técnico na área de biologia e medicina veterinária”; e a “viabilização de ações de atenção à saúde”.

Os municípios de Tumiritinga e Galileia também estão localizados no leito do Rio Doce, a cerca de 300 km da Barragem do Fundão. Assim como a população indígena Krenak, seus moradores (mais de 12 mil pessoas ao todo) constituem vínculos e sentidos particulares em relação ao rio, compreendido como um eixo central que estrutura suas experiências sociais. Parte considerável de suas populações tem no rio um importante nexos produtivo, alimentar, afetivo e cultural, sendo portanto mais do que um recurso hídrico.

Em Tumiritinga e Galileia, a disrupção ocasionada pelo desastre vai além de impactos financeiros: não importa só os impactos à economia agrícola, à integridade física das edificações ou à criação de animais. Foi danificada uma relação de coexistência, “pertencimento e de reciprocidade” (Ferreira, 2022, p. 101) com o rio que caracteriza essas comunidades como ribeirinhas. Trata-se de uma outra relação de territorialidade e seu esgarçamento produz uma intensa fragilidade existencial ou de insegurança ontológica, tendo em vista os estragos aos projetos de vida decorrentes de alterações das condições de organização econômica e social.

²⁵ T.18 Terra Indígena Krenak. Fundo Brasil de Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://www.fundobrasil.org.br/territorios-rio-doce/territorio-indigena-krenak/&sa=D&source=docs&ust=1683143212458629&usq=AOvVaw1A5L1yb-NCJZhx16rTmfiv> Acesso em 05 de maio de 2023

Apenas em março de 2023 a ATI escolhida pela população desses dois municípios, o Centro Agroecológico Tamanduá (CAT), iniciou suas atividades²⁶.

Percebe-se que a constituição ou identidades, dos sujeitos mencionados acima é atravessada por um enraizamento ou uma territorialização em que a dissociação entre mundo social e mundo natural não acontece de maneira acentuada ou ao menos não postula uma cisão. São realidades contíguas e indissociáveis. Ao contrário da prevalência do homem sobre o meio ambiente e de uma postura controladora e predatória — o que pode ser denominado uma configuração antropocêntrica —, são populações que experienciam um modelo biocêntrico de vida no qual a Natureza e seus entes não-humanos são impregnados de ampla relacionalidade. São outras práticas, compreensões, narrativas que não acionam o pretense dualismo do corte ontológico moderno entre natureza e cultura (LATOURE, 1994).

Daí que o caráter genérico da reparação, conduzida sobretudo pela Renova, não abarca a experiência de sofrimento concreta destas populações. Da forma que vem sendo promovida, ela é insuficiente, restrita e subdimensiona danos e homogeneiza experiências coletivas associadas ao desastre, principalmente quando tem como a equivalência monetária, numa visão fortemente financeirizada do processo de reparação. Assimetrias se transformam em silenciamentos e pagamentos. Paradoxalmente, a reparação levada a cabo pela fundação criada pela Samarco tem como efeito a produção de novos danos.

Os princípios norteadores das ATIs, por outro lado, são orientados às realidades locais, valorizam a forma como as populações e as culturas percebem as transformações e os danos às suas existências, ou seja, a atuação dessas entidades possui o mérito de reforçar, na arena institucional do conflito socioambiental em tela, gramáticas de valorações subalternas, bem como fortalecer o protagonismo, a autonomia e a capacidade de tomada de decisão informada, na medida em que auxilia no direito dessas populações de serem consultadas sobre procedimentos, de co-construir protocolos, de elencar e escolher suas prioridades.

²⁶ Assessoria Técnica Independente inicia trabalho em Tumiritinga e Galiléia após 7 anos do desastre-crime da Samarco. Centro Agroecológico Tamanduá, março de 2023. Disponível em <http://www.catgv.org.br/assessoria-tecnica-independente-inicia-trabalho-em-tumiritinga-e-galileia-apos-7-anos-do-desastre-crime-da-samarco/> Acesso em 05 de maio de 2023

5.2 - Uma reparação impossível?

A exposição aos riscos e o grau de vulnerabilidade possui como causa de fundo, no cenário do desastre da mineração mencionado, acúmulos coloniais interiores aos fenômenos hoje compreendidos como racismo ambiental e de injustiça ambiental. O desastre em Mariana pode ser entendido como um palco no qual o emaranhado colonial se deslinda e se atualiza no presente. Ao interrogarmos sobre a reparação de mundos em ruínas quando tais mundos se constituem por arranjos outros de relação com a natureza, refletimos sobre como o potencial e as camadas de danos são vocalizadas e, mais especificamente, como gramáticas de valores subalternizadas se viabilizam no conflito em torno da reparação, buscando perceber estratégias que visam desmantelar estes acúmulos coloniais — que são mais do que resíduos, mas estão entranhados na lógica neoextrativista num continuum de tendências destrutivas de uma dinâmica predatória.

O desastre-crime da Samarco encapsula em alguma medida ou encena a atualização dessa lógica: a dinâmica de exploração, destruição, espólio, esgotamento, expulsões, apagamento, violências, vitimizações, imposição de chaves de interpretações e abordagens excludentes e desconsideração de atores subalternizados são alguns elementos que caracterizam o desastre e também a atuação da Fundação Renova.

A Renova, como agente forte na governança pós-desastre, seguindo modelos de gestão negociada de conflitos socioambientais, parece estar a serviço, no fim das contas, não da mitigação dos danos e da reparação modos de vida, mas uma reparação da imagem positiva da empresa e o patamar de lucro dos acionistas, para quem a reparação deve afetar o mínimo possível os investimentos e viabilizar uma pretensa responsabilidade social corporativa através de políticas de consenso. De modo muito específico, o processo de reparação, da forma que se desenhou, operou um sequestro ou uma privatização da justiça e se beneficiou de assimetrias gigantescas, em prol das corporações. Os indícios presentes nesta seção sinalizam que a expansão de fronteiras do neoextrativismo mineral no Brasil não se limita ao território, mas ela se realiza também no terreno da justiça.

As matrizes de danos são documentos cujo papel é, fundamentalmente, a gestão de sujeitos vitimizados, baseado na objetivação do sofrimento em linguagem jurídica e formas de identificação. Há mais uma forma que esse expediente pode ser alcançado. Decorre disso que as ATIs revelam uma tensão paradigmática, mas de efetividade limitada, tendo em mente que o processo de reparação não se concluiu, nem mostra sinais de encaminhar-se para uma resolução satisfatória. Mais valioso, contudo, é o precedente que abre, seu potencial articulador de agências e a experiência política que lega: o cenário de Mariana foi fundamental para a aprovação de uma Política Estadual dos Atingidos por Barragens em Minas Gerais, no ano de 2021 (Lei 23.795/2021).

Observar esse fragmento do processo de reparação contribui para uma análise engajada com a compreensão da governança, dos conflitos que enseja, da condução e das consequências produzidas no cenário pós-desastre. A articulação dos atingidos, por meio da atuação das ATIs, nesse sentido, é mais do que um experimento no campo da justiça às vítimas da mineração, mas representam um laboratório para as ciências sociais. Perceber o trânsito institucional de demandas de atores, sobretudo os mais vulnerabilizados, a visibilidade e a capacidade maior ou menor que elas possuem e de serem consideradas é um aspecto importante para a Sociologia dos Desastres.

De maneira especificamente conectada com o argumento da pesquisa, as matrizes de dano são dispositivos capazes de comandar ou de imprimir diretrizes no processo de reparação — elas se baseiam em experiências e demandas específicas dos sujeitos atingidos, e isso configura ou materializa a forma que o grupo enxerga os danos e vai disputar isso numa arena institucional. As matrizes feitas pelas ATIs vão sedimentar as demandas e servirão de acervo para as contendas futuras. Nesse sentido, elas também são um item técnico fruto de uma política de memória e que também contribuem para engajamentos vindouros. Contudo, o instrumento das matrizes de dano se mostra limitado pela lógica da reparação pecuniária, o que impossibilita a impede a “reparação integral”: no final das contas essa se mostra como uma “utopia” que “ajuda os atingidos a caminhar”.

CAPÍTULO 6 - ANÁLISE DA CAMPANHA #100DIASFORMARIANA

Também neste capítulo seguimos, com outras ênfases, tateando memórias que brotam nas ruínas do neoextrativismo mineiro, a estrutura de sentimento emergente, as perspectivas de futuro que elas impulsionam, a materialização ou não das intenções, experiências e concepções dos sujeitos atingidos nas disputas por reparação. Creio que este conjunto de considerações sejam decisivas para melhor interpretar o tipo, a intensidade, a duração e as formas de mitigação de danos ocasionadas pelo desastre em tela.

Cabe ainda questionar, nesta última curva, o que esta política de memória produz em termos agenciais: sejam em termos de resistência à tutela corporativa da existência, sejam práticas revivificantes de engajamento e de cuidado ou como ela impacta na conexão entre justiça e memória, tomando especialmente o caso do processo de reparação. A este respeito, campanhas recentes, como a #RevidaMariana, passa ao primeiro plano como objeto de análise. Indico adiante como isso se dá.

6.1 - Justiça, memória e modulações do sofrimento: a campanha #100diasporMariana no julgamento da BHP

A campanha #100diasporMariana, uma subcampanha do movimento @revidamariana, busca amplificar as demandas por justiça relacionadas ao rompimento da barragem da Samarco em Mariana, Brasil, em 2015, no contexto do julgamento da BHP na Inglaterra, iniciado em outubro de 2024. A investigação seguirá a questão de como a campanha #100diasporMariana disputa e tenta moldar percepções públicas e reivindicações de justiça sobre o desastre, e quais estratégias discursivas emprega para construir e sustentar essas demandas no contexto do julgamento da BHP.

Por meio de uma análise de conteúdo das postagens da campanha, investigo as estratégias discursivas utilizadas para manter viva a memória da tragédia, engajar o público com um sofrimento distante — tanto geográfica quanto temporalmente — e sintonizá-lo com as demandas por reconhecimento. A campanha combina narrativas pessoais, dados técnicos, estatísticas, argumentos

emocionais, políticos e jurídicos, entre outros, para personificar as vítimas e os danos socioambientais, trazendo eventos passados para o presente e destacando o sofrimento contínuo, construindo, assim, um sentido específico de justiça.

O objetivo geral desse capítulo é analisar como a campanha #100diasporMariana constrói e modula discursos sobre justiça, memória e reconhecimento em torno do desastre e do julgamento. Os objetivos específicos incluem identificar as principais estratégias discursivas, examinar o entrelaçamento de narrativas e analisar como a campanha mobiliza eventos passados para articular demandas atuais por reparação.

6.2 - Sociologizando as modulações de sentido na Campanha #100DiasPorMariana

Após indicar os dados e a forma que foram sistematizados a partir dos procedimentos da Análise de Conteúdo, indico adiante como o sofrimento, a justiça e a memória são não somente os alvo centrais de modulações, mas conformam a matéria-prima do discurso mobilizado. Ele precisa, portanto, ser formatado, narrativizado e ajustado a certos objetivos. Para “ler” como o sofrimento “capturado” pela campanha é posto em circulação na esfera pública, no interior da campanha, valho-me das noções desenvolvidas pela teoria social de Política da Piedade (Boltanski, 1999), Política do Luto (Pool, 2012), Política das Afetações (Zhourri et al, 2017; Zucarelli, Oliveira e Zhourri, 2024) e, no interior desta, mais precisamente, a noção de Política do Tempo (Teixeira, 2024). Adicionalmente, a noção de Política da Resignação (Benson e Kirsh, 2010) nos encaminha a perceber tensões estruturais entre sofrimento e as possibilidades da crítica e da mobilização coletiva.

6.2.1 - Política da Piedade

Na campanha, o sofrimento é um elemento central na elaboração de narrativas reivindicatórias e elemento legitimador importante da busca por justiça. É patente, no caso em tela, a variedade, extensividade e a intensidade do sofrimento coletivo relacionado ao rompimento da Barragem do Fundão. Largamente mapeados e sistematizados desde a eclosão do evento catastrófico, não nos deve interessar

aqui reafirmar sua existência, mas nos cabe interrogar de que maneira eles foram, por exemplo, enquadrado ao longo do tempo. Nos cabe, neste momento, ir além da superfície e verticalizar o enfoque do sofrimento coletivo que recai sobre as pessoas atingidas pelo desastre da Samarco, como ele é posto em cena no interior da campanha, com que objetivos, destacando sua dimensão política.

Refletindo acerca de um esquema institucional de esferas ligadas ao cuidado público, como a defesa civil e os equipamentos de saúde, é pacífico afirmar que o sofrimento, numa situação de desastre, motiva urgência, objetivando o resguardo de vidas, bens e propriedades frente aos riscos ainda em curso. Em acontecimentos deste vulto, é comum que a atenção midiática inicial atraia uma ampla audiência e que haja imensa comoção emocional, acarretando um envolvimento pragmático com as áreas atingidas, traduzido seja no envio de doações em dinheiro, mantimentos, itens de vestuário ou ainda no alistamento voluntário de sujeitos.

Do exposto, podemos inferir quanto a temporalidade do sofrimento. Ele será diferencialmente modulado: apresenta-se com um teor específico, no momento imediatamente após o desastre; após a leva de ações emergenciais, quando já se tomaram medidas reativas, ele figura de outra maneira; se o argumento está correto, o sofrimento das pessoas atingidas será percebido e abordado de um modo particular quando anos decorreram desde a irrupção de sua causa inicial. O tempo esvaece a possibilidade do sofrimento de acionar e produzir respostas públicas efetivas? Isso significa dizer que o tempo, a temporalidade do desastre, está intimamente ligada com a forma que o sofrimento é absorvido ou não em diferentes circuitos institucionais, na atenção midiática e na sensibilidade da arena pública — influi na sua manifestação, percepção e emolduração.

Um segundo elemento que nos leva adiante na compreensão pretendida é o da distância. Como reagimos diante do nosso próprio sofrimento não é idêntico à forma que reagimos à dor dos outros. De maneira análoga, a proximidade ou distância destes outros que sofrem também pode suscitar diferentes posturas. Considere, leitor, por um instante a atitude imediatamente após testemunhar alguém ser atropelado, ouvir o som dos pneus arrastando no asfalto e do golpe contra um corpo, ser invadido pelo cheiro de borracha queimada e mesmo sentir os respingos de sangue da vítima; certamente ela é mais intensa do que assistir a uma reportagem sobre um grave acidente ocorrido em um grande centro urbano a

centenas de quilômetros. Estamos diante de um componente desse fenômeno social que nos captura e que nos demanda clareza.

Cunhado pelo sociólogo francês Luc Boltanski (1999), as questões que subjazem o conceito de “sofrimento distante” dizem respeito a como o sofrimento dos outros nos interpela e como reagimos quando somos confrontados por ele. Mais especificamente, a noção questiona como a audiência ampla responde à forma que o sofrimento distante é retratado pela mídia — o que ela pode fazer, o que está ao alcance da ação, caso escolha de alguma forma ajudar. De maneira mais abstrata, é do interesse do autor apreender como a piedade adquire uma tonalidade ou uma instância moral e política. O conteúdo do corpus deste capítulo, produtos discursivos disseminados em uma plataforma de comunicação, é analisado com a ajuda dessa formulação.

Boltanski orienta a um recuo crítico acerca de como a mídia monta um “espetáculo do sofrimento”, no sentido de que é feita uma mediação entre aqueles que sofrem e aqueles que são espectadores desse sofrimento; nos ajuda a discernir a respeito das condições de representabilidade do sofrimento mediatizado, ou seja, como ele se reveste de inteligibilidade, tratando-se de uma construção, um arranjo, um exercício de codificação e de decodificação. Todos esses elementos sinalizam a centralidade da elaboração deste autor para esta seção, sobretudo por estar atento à maneira como a mídia pode ser decisiva tanto na modulação de conexões entre sofredores e espectadores quanto para criar ou reforçar disposições para a ação — pois dotada de efeitos morais.

Nesse sentido, a mídia (pensando em termos gerais de veículo a partir do qual se acessa conteúdos) realiza algumas operações às quais nos atentaremos. Ela pode tornar próximo, aquilo que é distante geograficamente; ao lidar com cargas emocionais, pode influir na política dos afetos; pode, a partir de um exercício de memorialização, tornar presente desconfortos já transcorridos; e, ao engajar a audiência em suas tramas narrativas específicas, também tornar o espectador em um agente moral. Essas operações e as respostas a elas, longe de automáticas, ocorrem no interior de uma moldura culturalmente delineada.

No que se refere às possibilidades de estabelecimento de uma política da piedade frente ao problema da distância, Boltanski (1999, pp.11–12) detecta um duplo requerimento: ela aspira à generalidade, estabelecendo equivalências ou com o uso de técnicas estatísticas; precisa, paradoxalmente, estabelecer uma conexão

com casos particulares de sofrimento, de modo que afete sentimentalmente aqueles mais afortunados. O caso particular deve ser projetado de tal maneira que o sofrimento seja tornado concreto. Contudo, “o detalhe pode colapsar a demonstração”, pois a política da piedade não concerne apenas a um desafortunado ou a uma situação particular. Para ser uma política, precisa ao mesmo tempo, transmitir uma pluralidade de situações de infortúnio (como uma procissão, segundo Boltanski) unidas tanto por sua singularidade quanto pelo que têm em comum. Ao mesmo tempo singulares e exemplares, os desafortunados e os sofrimentos de que padecem serão alvo, ao serem representados pela mídia, de expedientes racional-argumentativos e afetivos.

A forma que o sofrimento é apresentado nas plataformas de comunicação pode ser intencional e deliberadamente diligenciada para provocar certo tipo de reações, produzir determinados efeitos. Boltanski não ignora essa dimensão e elabora acerca de algumas figuras de organização da sensibilidade do espectador — quando este produz discursos (compreendidos enquanto prática social) acerca da situação de sofrimento distante ou voltados aos desafortunados longínquos que testemunhou de forma mediada. Quando o foco da construção narrativa recai de forma a valorizar um benfeitor, uma figura que busca aliviar o sofrimento daqueles desafortunados distantes, numa linguagem emocional e num movimento direcionado à nossa humanidade comum, trata-se do que o autor chama de uma “**tônica sentimental**” ou do “**tópico do sentimento**”. Nesse caso, os sentimentos são valorizados, devem ser manifestos de maneira autêntica e tal manifestação deve ser lastreada por uma “metafísica da interioridade”. Já quando a ênfase é conferida à figura que provocou o sofrimento (como é o caso da campanha aqui analisada), a um opressor, sublinhando a crueldade e a injustiça que dele irradia; quando o espectador é convocado para posicionar-se com objetividade e racionalidade diante da tarefa de avaliação dos fatos, estaríamos então diante de um ordenamento da sensibilidade característico do “**tópico da denúncia**”, no qual as acusações são estruturadas de acordo com uma “metafísica da justiça”. Nele, mais do que ser dominado por um sentimento de indignação, o espectador é instado a ser ele próprio um agente que demanda justiça, acusando e denunciando a fonte das opressões. Finalmente, outra maneira que o discurso sobre o sofrimento distante é expresso dá-se nos contornos de um “**tópico estético**”. Central para esta modalidade, é o

espetáculo do sofrimento em si, sublimado, valorizado em sua apreciação estética ou cênica, marcada por uma contemplação de cunho reflexivo.

Devemos considerar ainda certas interveniências no quanto o sofrimento exposto pela mídia pode ou não ser julgado significativo ao ponto de que a audiência consiga, em alguma medida, ler e sentir dado infortúnio como também seu e, mais do que isso, veja-se enredada em alguma das estruturas divisadas por Boltanski. “Como e por que determinado sofrimento importa, frente a tantos outros?” ou “por que eu deveria me importar e que diferença isso fará?” são algumas questões que revelam um importante elemento complicador: em uma sociedade midiaticizada e hiperconectada, a exposição ao sofrimento distante pode ser de tal forma excessiva que cause uma espécie de extenuação ou embotamento, precisamente aquilo que Bauman chama de “adiaforização” (Bauman e Donkis, 2014) e Moeller (2002) denomina de “fadiga de compaixão”.

Com o exposto, busquei indicar como os apontamentos de Boltanski me habilitaram a posicionar um certo número de questões interessadas no ponto de vista do emissor — como determinados agentes podem modular a composição da narrativa do sofrimento distante, a partir de que estratégias e alinhadas a que pretensão de efeitos. Adiante, deslindo outras modulações, no mesmo intento verticalizador.

6.2.2 - Política do luto

Autores como Cunsolo e Ellis (2018) afirmam que, em um mundo cada vez mais atravessado pela degradação ambiental e declínio ecológico, o “luto ecológico” — que significa “o luto sentido em relação a perdas ecológicas vivenciadas ou antecipadas, incluindo a perda de espécies, ecossistemas e paisagens significativas, devido a mudanças ambientais agudas ou crônicas” (Cunsolo e Ellis, 2018, p. 275) — se tornará mais frequente e requererá maior atenção científica. Por sua vez, Albrecht et al. nomeiam como *solastalgia* “a dor ou angústia causada pela perda, ou incapacidade de obter, consolo ligado ao estado percebido negativamente do próprio ambiente doméstico. A solastalgia existe quando há “a experiência vivida da desolação física do lar” (2007, p. 6). Neste capítulo específico, experimento seguir essa agenda ao ampliar a noção de luto para abranger outros tipos de perdas

associadas ao *terricídio* e ao *ecocídio* — alcançando, assim, a perda ou a morte de modos de vida coletivos.

Reconheço o luto na textura do desastre da Samarco e sei que ele possui eloquência. Ao fazer isso, tomo de empréstimo o argumento de Heather Pool de que o “luto é um importante fenômeno político, visto que ajuda a resolver tensões políticas e sociais que resistem a soluções por outros meios” (2012, p. 185). Em seu texto, a autora analisa como o luto que se seguiu a um incêndio em uma fábrica de trabalhadores teve como efeito mudanças tanto na legislação trabalhista norte-americana quanto na ampliação da pertença, implicada na ideia de cidadania, para alguns grupos de estrangeiros naquele país.

Segundo a noção de política do luto desenvolvida pela autora, “momentos de luto coletivo revelam como pertencimento, lealdade e identidade são construídos e, mais importante, como se manifestam de maneira especificamente política, ao invés de cultural ou histórica” (Pool, p. 187). Ainda de acordo com ela, “a importância da política do luto reside em seus efeitos políticos, seja em termos de mudança institucional, seja na consolidação ou dissolução do pertencimento à comunidade política” (Pool, p. 187). O luto coletivo tem, ainda, efeitos socializantes, na medida em que ajuda a explicar como um conflito privado entra na esfera da deliberação política, bem como permite compreender como a identificação emocional com aqueles que faleceram provoca uma transformação na audiência.

Tais elementos a respeito da política do luto nos põe em condições de acessar dimensões sociais específicas do desastre da Samarco em si e de ações decorrentes como, no caso específico da seção atual, as estratégias da Campanha Revida Mariana e da subcampanha #100diasporMariana.

Para tornar-se político, o luto deve apresentar três componentes: visibilidade, atribuição de responsabilidade e apelos por mudança institucional. De maneira menos sintética: as perdas precisam ser visíveis para o público; para que conquiste significação pública, o momento de luto deve desencadear discussões sobre uma responsabilidade coletiva a respeito da situação que o desencadeou; deve ainda instar clamores por uma mudança institucional específica, na busca por consecução de algum objetivo político.

Portanto, não é um acionamento automático. Um senso de responsabilidade coletiva não se segue automaticamente à tragédia. O lamento, ou a solidariedade que emerge a partir dele, pode não alcançar uma comunidade política mais ampla.

Sem o senso de responsabilidade coletiva (a noção de que devemos, enquanto coletividade, fazer algo a respeito), o luto é apenas público, mas não político. Além disso, rituais de luto podem acontecer em público sem provocarem o apelo por mudanças políticas: a mudança política ocorre somente se os atores políticos invocarem as perdas na persecução de objetivos políticos específicos.

Ao longo de sua elaboração, Heather pontua questões que julgo relevantes. Quem é digno de luto? Sob que circunstâncias a morte de pessoas comuns alcança significação política? Que mortes merecem ser amplamente lamentadas enquanto outras são simplesmente esquecidas? Para além das mortes humanas, que outras perdas merecem ser pranteadas coletivamente e tornarem-se gatilhos para mudanças estruturais?

A partir dessas provocações, inspiradas por Heather, indago a respeito do dano e do sofrimento, modulados na campanha Revida Mariana, bem como sobre o alcance e o contorno dos efeitos mobilizatório pretendidos por ela, tendo em mente uma política do luto ecológico.

Ao todo, 19 pessoas morreram no dia do rompimento da barragem do Fundão e uma mulher grávida veio, pouco tempo depois, a sofrer um aborto. Em nome dessas mortes, estabeleceu-se um forte senso de requisição por justiça. Contudo, em um desastre de proporções avassaladoras, a perda de modos de vida, relações de convivência, de povoados inteiros é certamente motivo sólido de pesar, lastimação e melancolia. Referências materiais e afetivas, soterradas e compactas sob a lama. Ilustrativamente, nos remetemos ao livro fotográfico 'Mariana', de Christian Cravo: num primeiro momento, penso no que a lama fez com objetos, cômodos, paisagens (físicas e subjetivas) — e então vemos a invasão destruidora da lama nos territórios, no doméstico e no íntimo. Neste último quesito, os danos do desastre-crime são tornados menos impessoais.

A essa altura da exposição, impõe-se a reflexão sobre a especificidade do luto a partir da perspectiva da pessoa atingida, das coletividades atingidas. A demora, a lentidão da reparação e uma atmosfera de impunidade expandem o tempo e a grandeza do luto. Trata-se de um luto expandido, alongado, tornado perene e, adicionalmente, reatualizado. Isso tem a ver com uma política do tempo, manobrado pelas corporações mineradoras. Em outro arquivo, comento sobre a política da resignação, outro elemento definidor da experiência coletiva do sofrimento em Mariana que ajudará a deixar isso ainda mais claro.

Percebo a campanha Revida Mariana como um exercício de atos performáticos, na arena pública, de articulação, sintonização, modulação. Ela está implicada em tornar perdas visíveis, em sua variedade, para uma comunidade política mais ampla. Ela não se restringe ao luto por pessoas, mas refere-se a um luto difuso, pelo território, pelos modos de vida, por graves rupturas em vidas. A campanha busca presentificar o desastre e sua relevância — e nesse quesito assume a demanda de remontar ao luto. A campanha aposta na natureza mobilizadora dos afetos e intenta o estabelecimento da dimensão política do luto.

Conforme Pool Heather, o luto pode comunicar condições injustas de um modo que desafios e deliberações explicitamente políticos não conseguem. Nesse sentido, as tragédias de larga escala podem forçar o sistema político a lidar com problemas espinhosos: no caso do desastre da Samarco, com os termos relação com as maiores empresas mineradoras do planeta e o impacto escandaloso a partir do rompimento de sua barragem. Questionemos, portanto, qual o poder das mortes e das perdas: por si mesmas, nenhum. Apenas com um trabalho de politização é que conseguem reformular, junto a uma audiência mais ampla, a percepção das pessoas atingidas não como meras vítimas de um acidente isolado, mas alvos de um modelo minerário, de um estado de negligência politicamente autorizada e de exclusão racializada.

Ao buscar expandir a solidariedade, a campanha #100DiasporMariana almeja alargar um senso de responsabilidade. As pessoas atingidas são retratadas como sujeitos de direito, que merecem proteção contra a concentração de poder, dinheiro e da ambição corporativa por lucro. Elas vocalizam o luto prolongado e expandido e, paralelamente, engajam-se numa construção política sustentada, justamente para que suas dores retornem à atenção pública e que sejam consideradas. Busca suscitar também um senso de responsabilidade estatal, indicando a insuficiência e a brandura das sanções impostas às empresas mineradoras. A campanha alerta tanto para as ameaças de projetos de exploração mineral que produzem lucros de forma danosa e sem constrangimentos, quanto propõe soluções na forma de punição e de uma reparação justa.

6.2.3 - As política de afetações e a política da resignação

A condição da pessoa atingida envolve entrar em uma variedade de circuitos alheios até então, visto que ser uma pessoa afetada demanda construção de consciência, algo de cruzada/carreira moral. Para além do deslocamento físico e material da pessoa atingida, é também um deslocamento social e cultural. Trata-se de uma inserção involuntária em um contexto de gerenciamento burocrático. Como escreve Zhouri, “é a história de uma luta entre a objetivação imposta pela política da afetação e a subjetivação política de atores involuntariamente trazidos para um cenário litigioso sobre o controle de seu próprio destino” (2017, p. 83).

Para as pessoas atingidas, a marca da experiência é a pouca familiaridade com procedimentos, espaços, instituições e linguagens da “representação” e da “participação”. Há uma dificuldade de lidar com terminologias e formatos da política de reparação, de lidar com um jargão estranho, com espaços e temporalidades também alienígenas. Nesse contexto, a experiência diversa e a diversidade de linguagens das pessoas atingidas são transformadas em atributos fixos aptos a serem instantaneamente apreendidos, medidos e colocados em registros numéricos padronizados — como o cadastro socioeconômico — e uma matriz de perdas e danos.

Sob condução de uma lógica gerencial, o desastre é classificado como conflito socioambiental e reduzido a uma esfera de negociação entre as partes interessada. Sob o manto da mitigação, da mediação e do acordo, impõem-se procedimentos, num arranjo de “harmonia coercitiva” (Nader, 1994), situação que tem como consequência a agudização do sofrimento social e perpetuação de injustiças socioambientais.

Therefore, in the context of the disaster, we observe that structures and terminologies employed by state and corporate institutions become alien instruments of intervention and management, capable of modulating in an unprecedented way the forms of imagination and construction of identities and feelings of belonging. Such process is perceived as an additional source of frustrations, resentments and losses: rupture of ties of confidence, friendships and circuits of reciprocity, not only by the physical dispersion of the community, but just as much by the emergence of new conflicts (ZHOURI, 2017, p. 95).

Portanto, não passa despercebido ao campo etnográfico como o tempo pode ser gerido para gerar vantagens e produzir submissões políticas. Teixeira (2024, p.

21) examina “os atrasos, interrupções, demoras e acelerações empreendidos pelos agentes que detêm e buscam monopolizar as formas de temporalização do desastre [da Samarco], por via do controle sobre os ritmos e sobre o curso da reparação”. A autora também aborda como a gestão do tempo na reparação do desastre da Samarco se torna uma tecnologia de poder, moldando submissões políticas e restringindo a autonomia das vítimas.

Ainda conforme Teixeira (2024), a noção de "sequestro de futuro" sintetiza essa colonização do tempo das vítimas, que veem suas vidas suspensas, incapazes de planejar ou reconstruir-se. A partir de Bourdieu, a autora enfatiza que a incerteza instaurada não é apenas sobre o que virá, mas sobre quem se é – a espera imposta desestabiliza identidades e relações sociais, dissolvendo referenciais que antes estruturavam a vida cotidiana. Esse controle temporal reconfigura expectativas individuais e desarticula formas de organização coletiva que poderiam desafiar as regras do jogo impostas pelas empresas e pelo sistema jurídico. No centro desse processo, o desastre não é apenas uma catástrofe ambiental, mas um evento que inaugura um novo regime temporal, no qual o tempo não pertence mais às vítimas. Entre burocracias infundáveis e a paralisia forçada de suas existências, o que se impõe é um tempo que, em vez de reparar, esgota.

Benson e Kirsh (2010) me incitam a verificar justamente esse sentimento de esgotamento. Eles investigam a relação das corporações com seus críticos, quando aquelas são confrontadas por estes. Da forma que eles apreendem, corporações (como a indústria do tabaco e da mineração) empregam estratégias que perpetuam o dano, beneficiando-se da política da resignação, um estado tanto de percepção quanto de debilidade de agência públicas. Compreender um pouco mais sobre essa proposta me é particularmente oportuno na medida em que estamos lidando com danos de longa duração que podem ter sido inclusive, e isso é bastante grave, geridos para serem justamente duradouros.

Em primeiro lugar, os autores sugerem olhar para as corporações e para os processos políticos através dos quais elas promovem seus próprios interesses. Partindo de acúmulos etnográficos, eles estão interessados em entender como corporações moldam estruturas de sentimento no capitalismo. A “política da resignação” seria, portanto, a estrutura de sentimento prevalecente na modernidade tardia. Ela pode ser caracterizada por uma tendência ao cinismo na vida política.

Isso faz parte do fortalecimento da assimilação dos riscos e da normalização dos danos como condições inevitáveis da modernidade.

Benson e Kirsh tomam como foco as “harm industries”, corporações que possuem o dano como uma engrenagem normal de seu funcionamento, visto que o lucro que elas obtêm não existiria sem ele, seja na forma de sofrimento humano ou de destruição ambiental. Certamente implicadas em processos de violência estrutural, no qual o arranjo social produz danos aos grupos subordinados e desvantajados, eles questionam como as corporações atuam e como produzem danos.

Quando confrontadas com críticas ou oposição, seja de agentes sociais ou governamentais, as respostas oferecidas pelas corporações da “harm industry” proliferam dúvidas (ao modo que sugere a Agnotologia) e promovem um senso de resignação política. Os autores indicam três fases das respostas das corporações aos seus críticos: 1) negação, deslegitimação dos críticos, ventilação da dúvida; 2) reconhecimento relativo do problema, com gestos simbólicos de melhoria e uma postura escusa, evitando pagar os custos totais para solucionar o problema causado; 3) gerenciamento de crise, fase em que, frente ao colapso, falência ou perda de legitimidade, a corporação busca criar um ponto de contenção.

A política da resignação, enquanto estrutura de sentimento do capitalismo, é uma formulação que verifica a inibição da formação da crítica. Entretanto, nem sempre a resignação é desempoderadora, visto que é também um registro de sentimento de descontentamento. Contudo, o sujeito, mesmo que reconheça o problema e fique descontente com eles, encara a mudança como além da capacidade de agência. Ao gerenciar as críticas, o capitalismo canaliza essa disposição passiva em uma estrutura de sentimento que promove o cinismo e instaura a resignação como um modo de ação política dominante.

Os danos produzidos por essas corporações não são inevitáveis, mas são, pelo contrário, parte fundamental de como o capitalismo opera atualmente. Segundo os autores, “demonstrar como a política da resignação é produzida e opera cria uma oportunidade para as pessoas repensarem suas relações com o capital e cultivem novas estruturas de sentimento” (2010, p.475). Entender como as corporações produzem danos e gerenciam a crítica pode tornar a resignação uma forma política mais positiva, anseiam Benson e Kirsch.

6.3 - Discussão dos resultados

Para considerável parcela das coletividades atingidas, o cenário pós-rompimento é de insatisfação, denota a campanha Revida Mariana. Nele a morosidade não é acidental, mas uma estratégia corporativa, responsável por perpetuar o desastre. Após quase uma década de tramitações, o julgamento da Samarco no Brasil encerrou com um novo acordo²⁷, homologado no Supremo Tribunal Federal em novembro de 2024, no qual a mineradora e suas controladoras, Vale e BHP Billiton, repassarão para o poder público R\$ 132 bilhões em dinheiro novo para ações de reparação e compensação. Ninguém foi penalmente culpado.

Face ao descontentamento de coletividades atingidas, o julgamento da BHP na Inglaterra, ainda em andamento até a data de finalização desta seção, significa aos pleiteantes uma oportunidade de sanções mais severas e de indenizações maiores às vítimas diretas e indiretas. Em outras palavras, reclama uma ação institucional singular, que tanto provoque uma melhora na posição das pessoas atingidas em sua relação com o desastre da Samarco, quanto seja geradora de um poderoso precedente que incida sobre as atividades minerárias como um todo.

Tendo como foco a geração de pressão e de apoio público, a campanha Revida Mariana (e suas subcampanhas) reapresenta e atualiza o desastre da Samarco para uma audiência ampla, presentificando um evento distante tanto geográfica quanto temporalmente. A partir de tipos específicos de apelos e de gramáticas, notamos que o sofrimento, o luto e acepções de justiça são intencional e estrategicamente mobilizados e modulados em narrativas, estimulando uma postura de alteridade e de produção de solidariedade, bem como de antagonismo ao “algoz” corporativo.

O horizonte da campanha é a condenação da BHP em Londres. Por isso, seu conteúdo se volta à denúncia e para a validação de requisições de justiça. A atenção do público deve, caso sintonize-se com esta tônica, verter-se em indignação. O objetivo é convencer a audiência: seja sensibilizando-a, encarnando tonalidades emocionais e personalizando a grandeza dos infortúnios em relatos pessoais; seja

²⁷ BRASIL. Presidência da República. *Novo acordo de Mariana é homologado pelo STF*. Brasília: Portal Gov.br, 6 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/11/novo-acordo-de-mariana-e-homologado-pelo-stf>. Acesso em: 25 maio 2025.

apresentando dados, informações com autoridade jornalística e científica, a fim de fornecer um embasamento racional corroborável.

Ao desempenharem essa iniciativa, a campanha difunde a percepção de que as pessoas atingidas em Mariana protagonizam uma luta coesa, sustentada, atuante, combativa e infatigável. De que elas recusam uma gestão corporativa de suas existências, ou em assentir com a política de resignação das harm industries (Benson e Kirsch, 2010). Ainda que frente à flagrante assimetria em relação às companhias mineradoras; ainda que passado tanto tempo; ainda que o sofrimento a que estão submetidas seja continuado, renovado e agudizado - ainda assim há resistência, espaço para conquista de alianças e perspectivas de sanções que elas consideram justas no contexto da reparação.

As modulações discursivas analisadas indicam possibilidades que se abriram para o reenquadramento do desastre da Samarco oportunizadas pelo início do julgamento de uma de suas proprietárias, a BHP Billiton. Sua resolução total, como simboliza o fim do julgamento brasileiro, é frontalmente questionada; seu esquecimento, inviabilizado, obstruído pelo constante ressoar de vozes coletivas que o trazem para o presente. Dessa forma, as controvérsias a respeito do desastre são apresentadas para a audiência como abertas, em clara disputa.

Ao longo das seções, apresentou-se o contexto e o desenho metodológico da pesquisa, com foco no uso da análise de conteúdo inspirada em Bardin e na constituição do corpus comunicacional. Em seguida, foram examinadas as estratégias discursivas centrais da campanha, organizadas em categorias temáticas de “luta”, “denúncia” e “informação”. Por fim, a discussão teórica costurou os dados empíricos a partir das contribuições de autores como Boltanski, Pool, Zhouri, Teixeira e Benson e Kirsch. As hipóteses inicialmente formuladas foram confirmadas. A campanha opera como um instrumento de reativação do luto coletivo, de denúncia da impunidade prolongada e de personalização do sofrimento causado por um desastre socioambiental de longa duração.

Refletir acerca do sofrimento, nos termos analíticos aqui desenvolvidos, é propor uma via de entendimento a respeito de como o desastre da Samarco se desdobrou no tempo, verificando as possibilidades e dimensões de seu posicionamento no presente, questionando o potencial do impacto na sensibilidade pública ou de engendrar uma comunidade ampliada de solidariedade. Isso significa indagar como um evento desencadeado em novembro de 2015 pôde ser

emoldurado (e ainda o é) de maneiras específicas e agenciado coletivamente, quase uma década depois.

Enfatizo: dez anos conectam o rompimento da barragem do Fundão e a esperança trazida aos sujeitos atingidos pelo julgamento na corte inglesa. No desastre em foco, os agentes corporativos e os agentes a ele associados monopolizam os ritmos do processo, manipulando atrasos e acelerações para transformar a espera em um mecanismo de disciplinamento. A reparação se desenrola como um dispositivo que rentabiliza a duração: cada adiamento ou fragmentação dos pagamentos posterga direitos, dilui responsabilidades e reduz custos. A campanha #100DiasporMariana alerta tanto para as ameaças de projetos de exploração mineral que produzem lucros de forma danosa e sem constrangimentos, quanto propõe soluções na forma de punição e de uma reparação justa.

Ao indagar qual o poder das mortes e das perdas, explorei como elas conseguem reformular, junto a uma audiência mais ampla, a percepção das pessoas atingidas não como meras vítimas de um acidente isolado, mas alvos de um modelo minerário, de um estado de negligência e exclusão politicamente autorizadas. Desenvolvendo acerca de suas modulações de sentido, identifico que a campanha analisada emerge como um experimento político que se desenrola exatamente nessa direção.

Estive interessado em como a campanha explicita um tipo específico de relação com a audiência (seja informando-a racionalmente ou sensibilizando-a emocionalmente), com as perdas coletivas, com o fardo existencial de ser uma “pessoa atingida” e com o cinismo e a paralisia políticos. A gestão do tempo por parte das mineradoras demonstra como conseguem de fato imprimir cansaço, desmobilização e a aceitação de alternativas que beneficiam mais as empresas do que as pessoas atingidas. Minha intenção foi não apenas ser capaz de apontar como as empresas Samarco, BHP Billiton e Vale S/A, lidam com as críticas dos atingidos e como estão implicadas na indução e reprodução de uma modalidade resignada de leitura, percepção e de ação política coletiva; mas como as críticas seguem sendo feitas, a despeito das estratégias empregadas pelo campo empresarial. No fundo, a Campanha Revida Mariana é uma interessante e salutar

reação frente à força da política da resignação operada pelas companhias mineradoras²⁸.

A campanha manifesta (e é, ela mesma, um produto delas) a longa duração dos danos sociais, a criatividade do engajamento coletivo, que cria e mobiliza críticas afim de torná-las em imperativos morais, bem como representa uma atualização no formato da expressão dessas críticas: converte-se numa espécie de marketing político virtual, ciberativista, hipermidiático e interativo. Demonstrei ainda como afetos podem ser politizados, mobilizados e agenciados coletivamente em contextos contemporâneos.

Em vez de tomar a mobilização apenas como reação ou demanda, ela foi aqui analisada como produção ativa de sentidos, como insurgência semiótica e como trabalho político de memória. Em contextos marcados por múltiplas camadas de vulnerabilidade e por mecanismos difusos de violência, a produção e mobilização de sentido se torna uma forma de resistência e o sofrimento, um território político. A campanha modula piedade, luto, memórias e requisições de justiça para potencializar engajamento esclarecido, visando produzir consensos sobre responsabilidade criminal e sanções adequadas à BHP pelo desastre da Samarco. Mais do que empenhar uma estratégia de comunicação com o objetivo de angariar “likes”, a Campanha #100diasporMariana assinala e evidencia formas de seguir vivendo, resistindo e persistindo em mundos danificados pela mineração.

²⁸ Em artigo de opinião publicado nos jornais digitais Le Monde Diplomatique Brasil e Jacobin Brasil, argumentei que a posição da mineradora no banco dos réus em Londres representa uma fenda crucial na lógica da impunidade, reforçando a importância de se buscar responsabilidades para além das fronteiras nacionais, como um ato de resistência contra a 'política da resignação' imposta pelo poder corporativo. Em outras palavras, essa luta por justiça é um poderoso precedente que incide sobre as atividades minerárias como um todo. O artigo está disponível em: <https://jacobin.com.br/2024/10/uma-mineradora-no-banco-dos-reus/> e <https://diplomatique.org.br/uma-mineradora-no-banco-dos-reus/>

CAPÍTULO 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao eleger como objeto de estudo um dos maiores desastres sociotécnicos da história do Brasil e um dos maiores no registro global, tanto pelo volume de resíduos tóxicos liberados quanto pela extensão dos impactos ambientais e sociais, esta pesquisa confronta diretamente os custos sociais do desenvolvimento, expondo os efeitos de acúmulos históricos e de tendências atuais de um modelo extrativista que se alardeia como progresso enquanto produz devastação. Nesse recorte, a pesquisa investiga a violação de identidades coletivas e os modos como tais coletividades lidam com a ruptura — não somente física, mas também simbólica, territorial, política — imposta pelo colapso da barragem da Samarco, em Mariana (MG).

Retomo, de forma sumarizada, o desenho do argumento total: no Capítulo 3, investiguei como sujeitos e coletividades atingidos, por meio do Jornal A Sirene, expressam e registram suas questões, dizem de si e demonstram como lidam com o processo de longa duração dos danos sociais. No Capítulo 4, a partir da experiência em campo, pude elaborar sobre como se desenrola o cotidiano dos efeitos do rompimento e do processo de reparação em um território atingido. No capítulo 5, encarei as matrizes de dano como a um dispositivo que faz requisições específicas à identidade, visando o reconhecimento burocrático e jurídico da pessoa atingida, realizando requisições específicas ao autoentendimento das pessoas atingidas. Por fim, no Capítulo 6, acompanhei a subcampanha #100DiasPorMariana, atento à forma que os sujeitos atingidos organizados almejam engajar uma audiência mais ampla em sua busca por justiça.

É uma investigação a respeito da persistência e da reinvenção dos laços em contextos de desorganização radical. Quando as lágrimas e as imagens cinematográficas das missões de resgate somem dos noticiários, embotadas midiaticamente, muitas mazelas seguem doendo na vida cotidiana. A tese acompanhou desarranjos, rearranjos e reconfigurações de vínculos sociais a partir da experiência do desastre, interrogando capacidades [re]generativas e os modos pelos quais coletividades feridas disputam os sentidos de justiça que se colocaram no processo reparatório. Em meio a uma paisagem de perdas materiais e subjetivas, emerge um campo de ações coletivas que denuncia, propõe, cria, modula e disputa definições — intervindo e tensionando jurídica, política e afetivamente as formas de

reconhecimento e reparação disponíveis. Nessa arena, destacam-se estratégias de expansão da solidariedade, articuladas entre os próprios atingidos, que extrapolam fronteiras locais e pleiteiam um agir ético coletivo diante da destruição.

A análise torna menos opaca a articulação entre escalas: as experiências concretas de sofrimento social no vale do Rio Doce são situadas no interior da lógica macroestrutural do neoextrativismo, revelando o nexo entre dinâmicas globais de exploração e as expressões singulares de vulnerabilidade e resistência. Ao investir na densidade dos dados qualitativos, a tese afirma a centralidade do vivido, do sentido coletivamente e de documentos que localizam o trabalho de memória daquilo que foi vivido e sentido, como lugar legítimo da produção sociológica. Ao fazê-lo, soma-se a uma tradição crítica e engajada que entende a redução do sofrimento e a sustentação das condições de vida — humanas e não humanas — como compromisso ético inegociável. Esta tese participa ainda do movimento contemporâneo das ciências sociais que recusa a separação entre o social e o ambiental como pressuposto analítico, reconhecendo a interdependência constitutiva entre os dois campos.

Ao fim da tese penso ser prioritário destacar que o desastre da Samarco pode ser afirmativamente lido, com proveito para sua interpretação em diversos campos das Ciências Sociais, como um trauma cultural. Houve representação do rompimento enquanto ferimento profundo a identidades coletivas; construção de narrativas capazes de identificar o dano, os sujeitos afetados, além de atribuição de responsabilidade e requerimento de reparações; expansão da solidariedade para uma ampla audiência; uma recusa do silenciamento e uma intencionalidade na gestão da ferida histórica, fazendo, ao longo de quase uma década, perdurar sentidos específicos da dor. O trauma cultural foi ainda mediado institucionalmente, onde encontrou ora bloqueios, ora comunicabilidade.

Espero que o trabalho tenha reforçado que o desastre em Mariana não se restringe a um evento ambiental ou técnico, mas trata-se de um acontecimento que atingiu o tecido cultural e afetivo das comunidades impactadas. No que se pretendeu, a centralidade da memória e da experiência coletivas moldou o argumento de que estamos diante de um trauma cultural, que redefine identidades e

modos de viver no território, de relacionar-se com forças sociais há muito instauradas, como a minerodependência.

É um trauma cultural tecido em decorrência de um desastre na mineração, atividade colocada em análise a partir da Ecologia Política, com base em sua continuidade colonial, sua dinâmica neoextrativista e seu lugar destrutivo como uma das principais forças antropocênicas. O minério de ferro da Barragem do Fundão é extraído em obediência às imensas pressões externas do mercado internacional e também ao fluxo de materiais exigidos pelo modelo de desenvolvimento que caracteriza o lugar do Brasil como uma economia primária. Embora seja salutar o detalhamento de dados relacionados à pegada ecológica, aos danos ecossistêmicos e de como a mineração brasileira contribui para o quadro geral de ruptura metabólica subjacente à ruptura dos limites planetários, esta tese, como fica claro, tomou outro caminho.

Longe de ser um processo social automático, a emergência de uma estrutura de sentimentos crítica às atividades mineradoras, a geração e reelaboração de vínculos identitários, a contestação e o fortalecimento de significados particulares do que é ser uma pessoa atingida, bem como o cultivo sistemático de um trabalho de memória foram práticas que, concomitantemente, tomaram bastante tempo, energia e exigiram das pessoas atingidas uma agência política sustentada frente aos danos de longa duração a que foram, e vêm sendo, submetidas. Isto porque, diferente do trauma individual, psicológico, que opera uma intermitência, poluição psíquica ou repressão, afetando ou desqualificando as competências ontológicas e as forças desejantes e volitivas do sujeito, o trauma cultural manifesta energias habilitadoras na arena pública.

Neste trabalho, a dimensão experiencial subjetiva e cultural de vidas mineiras que se constituem em meio às ruínas produzidas no neoextrativismo figuram em um primeiro plano: o neoextrativismo mineral é, em sua normalidade, produtor de desastres, de sofrimentos de longa duração e de coletividades atingidas. Nem todas, contudo, mobilizam-se ou realizam um trabalho cultural diante de suas perdas, tampouco passam a enxergar suas próprias identidades como irrevogavelmente associadas a eventos devastadores. Cabe frisar, uma vez mais, que o Trauma Cultural não é uma realização inevitável, automática, forçosa ou inconsciente. Por

isso, aquilo visto aqui desempenhado pelos povoados de Bento Rodrigues, Bicas, Borba, Camargos, Campinas, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Pedras e Ponte do Gama soa provocante e produtivo. Vista em retrospecto, a estrutura de sentimento exposta emergiu como lente para capturar os rearranjos sensíveis e políticos das coletividades. Revelou-se, portanto, que os grupos atingidos passaram a formular outros modos de narrar a mineração: como ameaça, como violência, como interrupção de outros modos de vida não orientados pelo apetite pecuniário mineral corporativo.

De maneira subterrânea a todo o argumento, estive interessado menos sobre quanto se sofre, num registro numérico, ou até mesmo sobre como se sofre, numa descrição pormenorizada de infortúnios, mas no que se faz com o sofrimento: algo emerge da terra arrasada de um regime de morte, o Necroceno, em termos de agência política, de possibilidades de resistência coletiva e institucional, de apontamentos e evidências críticas de práticas criativas de cuidado e recomposição de vínculos, bem como de pedagogias políticas voltadas para a reparação e o enfrentamento às tendências mais assoladoras do presente, sobretudo as que sinalizam a exaustão das condições de vida para os grupos mais vulneráveis do sul global.

Ao me deter na relação de Mariana com o rompimento da barragem da Samarco e com o neoextrativismo mineral, coloquei em constelação narrativas do desastre a partir de grupos de pessoas atingidas (o Jornal A Sirene), implicadas na promessa coletiva de, como afirma seu mote, “não esquecer”; a forma que o desastre foi burocratizado, normatizado e parametrizado (as matrizes de dano); a vivência cotidiana da reparação e dos danos de longa duração (dados provenientes do trabalho de campo); e as tentativas de reatualização do desastre e a promoção de perspectivas ao público (campanha Revida Mariana). Tal conjunto de dados conduziu a investigação do rastro de lama e de ruínas em seus aspectos coletivo, subjetivo e imaterial, em suma culturais, evidenciando dimensões da experiência de vida em contextos de intenso desarranjo que tendem a tornar-se cada vez mais comuns, na medida em que os desastres se proliferam e submetem principalmente os mais desvantajados as suas reveses.

Constatei que, durante todo o tempo posterior ao rompimento, houve uma miríade de narrativas que, de maneira mais ou menos intensa, eclodiram em franco conflito. Ao pôr em foco o que materializaram discursivamente grupos específicos da Bacia do Rio Doce através da longa e fortuita existência de um jornal comunitário, foi possível deslindar a disputa entre a memória dos atingidos e os regimes institucionais de reparação, em boa medida desatentos ao cotidiano da dor e da espera. Uma segunda camada de “lama”, menos visível, mas nem por isso menos concreta ou objetiva, ameaçou constantemente soterrar perspectivas, sofrimentos, conexões territoriais e experiências. Falar de memória, no cenário do desastre da Samarco, é também falar de justiça — investigar sua possibilidade de enunciação, seus pontos de ancoragem, sua capacidade de manter-se coesa, de gerar solidariedade e de fazer frente à hegemonia corporativa característica de embates assimétricos dessa natureza, nos indicou como a luta contra a distorção e o apagamento foram tônicas que encontraram arranjo na persistência da ação coletiva dos sujeitos atingidos. Assim, a identidade passa a ser atravessada por uma espécie de missão contra o esquecimento e a injustiça, como quem faz de sua existência algo parecido com o trabalho de um faroleiro, mantendo aceso um alerta de cautela, de anti-repetição.

As indicações das pessoas atingidas acerca do que constituía a inteireza de suas vidas, na dinâmica do processo de reparação, foram, em um primeiro momento, subdimensionadas para caber nos estritos parâmetros dos modelos das próprias empresas mineradoras, em suas matrizes de danos. A valorização de memórias dos modos de vida, laços, planos de futuro, relações comunitárias de vizinhança e de práticas como festas e celebrações foi um expediente decisivo para a construção de uma nova postura e de outras mensurações, perturbando a condução operacional do trâmite, colocando questões como a centralidade da vítima e da integralidade da reparação. Só com a entrada de agentes como as Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) no conflito socioambiental, somada aos esforços em curso da Defensoria Pública e do Ministério Público Estadual e Federal, foi-se além das perdas materiais mais facilmente quantificáveis e reembolsáveis; além do homogêneo e do superficial; além do controle procedimental amplo das corporações e sua lógica neocolonial.

Os apontamentos da Ecologia Política empregados neste trabalho viabilizaram ainda a compreensão de algumas camadas do quer que seja viver sob o regime do capitalismo de desastre, das dinâmicas de expropriação do Sul Global e de transferência para ele de danos ambientais. Penso ter aprendido mais (e então agora posso comunicar isso melhor) acerca de como a mineração é, ao mesmo tempo, criadora e destruidora de mundos. O neoextrativismo minerador é responsável por uma série de danos de longa duração às pessoas atingidas; mas são essas mesmas pessoas, em coletividades, que incorporam práticas reais de resistência e que abastecem uma atrofiada imaginação política de enfrentamento. São elas que requerem participar e ter sua participação institucionalizada nos processos de tomada de decisão, uma vez que não partirá das empresas nenhuma deliberação mais ousada ou satisfatoriamente resolutive. No grande quadro, a relação ecocida entre Mariana e Samarco confirmam os contornos de injustiça ambiental: manifesta-se nas experiências de vida em zonas de sacrifício forçadas a carregar os fardos das externalidades de empreendimentos superexploradores vantajosos e lucrativos para uma minoria acionária.

Esta tese também implicou-se em refletir a respeito de como fazer política nas ruínas do neoextrativismo, com os precários cacos preservados de si; como expandir e mesmo globalizar embates, fazendo apelos por solidariedade, visto que a ausência dela também é um sintoma geral de nossa realidade global; como criar instâncias vivificantes de ação social coletiva frente a uma impotência resignada estimulada sistematicamente; como mapear, na densidade das memórias, disposições existenciais e afetivas, novos arranjos de identidade, agora profundamente embebidos pela destruição e pelo sofrimento; como pensar o neoextrativismo mineral, seus vetores consubstanciais de desastre, a partir daqueles a quem flagela e a partir das experimentações práticas que estas coletividades flageladas desencadeiam.

A ruína, contudo, não é uma novidade para muitos grupos; a novidade é que tem se tornado partícipe da condição na qual um número cada vez crescente de coletividades têm vivido e irá viver suas vidas daqui em diante. Interrogar as sensibilidades emergentes nos territórios atravessados por catástrofes me ensina como as ruínas podem ser lidas não como fim ou inércia, mas como início de outras formas de presença e vinculação. Como resultado, sugiro que outros mapeamentos,

com renovadas percepções colocam-se na esteira: que se busque não somente apontar as consequências do fracasso em conter a demolição das condições básicas de vida, mas, além disso, as germinações sociais valiosas que irrompem em espaços de invenção.

Nos territórios atravessados pela catástrofe aqui analisados, emergiu uma sensibilidade distinta: atenta à perda, cínica em relação às promessas institucionais, mas também inventiva. Há uma reconfiguração da temporalidade (marcada pela espera, pela suspensão), e uma mobilização da memória como recurso de luta. Novamente, as ruínas não são terminalidade: marcam o começo de novas formas de estar no mundo, de se vincular ao território, de reconstruir comunidade. Ao olharmos para elas, podemos visualizar como a catástrofe também pode ser um espaço que clama pela interdição da barbárie: lembremos que a aprovação da Lei Estadual de Minas Gerais nº 23.291/2019 e da Lei nº 14.755/2023, constroem-se também como resposta aos apelos de grupos atingidos por barragens de minério, vocalizados emblemática e intensamente por Mariana e Brumadinho. Pode-se, assim, indicar que o desastre em Mariana (em conjunção com o desastre em Brumadinho) impactaram tanto a percepção do Brasil como um país minerário quanto inserem uma rusga na memória nacional: a forma como a nação lida com o neoextrativismo mineral não pode prescindir daquilo que foi danificado e do que se tentou reparar.

O desastre da Samarco desestruturou vidas. O trauma cultural, por outro lado, pode ser interpretado como a sustentação ativa, com ancoragens rotinizadas, ritualizadas e até institucionalmente cristalizada de um componente estruturador pós-rompimento: o sofrimento dos danos da mineração, o antagonismo às suas práticas e a luta contra seus efeitos coalescem como nova configuração de existência que atravessa a identidade coletiva e se torna aspecto definidor da densidade da presença social desses grupos. A tese, avalio, não celebra o trauma cultural por si, mas valoriza os rastros de sua feitura dinâmica, sublinha como ele municia a compreensão de ações coletivas relevantes junto aos grupos mais subalternizados — que contrapõe o sequestro da agência e o controle corporativo da existência, sobretudo frente ao esgotamento do planeta.

O trabalho envolvido na cimentação do trauma cultural em Mariana demonstra como é possível denunciar, forjar alianças e resistir ao neoextrativismo — bem como

definir e firmar contra-posições. Embora a prioridade na definição e na caracterização dessa época geológica mobilize parâmetros do sistema Terra relacionados, por exemplo, ao aumento de emissão e concentração de gases poluentes na atmosfera, aumento da temperatura global, aumento do nível dos oceanos, aceleração da extinção em massa, empobrecimento e exaustão biosféricos, o trabalho sugere uma região mais subjetiva de implicações. O neoextrativismo é acompanhado também de impactos em afetos, sensibilidades, estruturas de sentimentos, identidades e experiências coletivas.

Aparentemente, o neoextrativismo segue impassível seu curso. Mariana, apesar de emblematizar sua faculdade demolidora inexorável, não o deterá. Entretanto, na medida em que emerge um registro de resistência aos seus efeitos conectados ao neoextrativismo mineral, evidenciamos a manifestação de práticas de não-resignação, de ativação de uma gramática própria de denúncia e de requisições por reconhecimento e justiça que são úteis para a compreensão do papel político situado de grupos que existem em mundos danificados pela mineração, de coletividades que precisaram atrelar-se a acionamentos políticos frente ao sofrimento e ao luto (pensado amplamente aqui também como luto ecológico), para que não se repita, anistie e que não se banalize desastres dessa natureza, magnitude, duração e pervasividade. São grupos que precisam ainda criar e manter condições que tornem a audiência e o poder públicos habilitados a se importar e agir. Não é uma tarefa pequena, passageira, tampouco supérflua.

É necessário que áreas do conhecimento como as Ciências Humanas, naquilo que tem de mais meritoso, sublinhem as assimetrias e as desigualdades; que as iniciativas da sociedade civil não sejam marginalizadas, nem seus saberes e práticas desmerecidas; que haja investimento de energias políticas em alternativas que delineiem outros contornos, que superem a cisão ontológica entre sociedade e natureza; que os crimes ecológicos corporativos cometidos, como o da Samarco em Mariana, sejam reconhecidos, punidos, integralmente reparados e que os danos e sofrimentos sociais que causam sejam também contabilizados como indicadores nefastos do neoextrativismo tão importantes quanto impactos ecossistêmicos.

A relação da vida moderna com a mineração é de um profundo encaixe. Ela representa, inclusive, um de nossos pilares civilizatórios e seus benefícios parecem

evidentes e inquestionáveis. O setor mineral e os acionistas de suas titãs corporativas, bem sabem disso e nos encaminham para o beco sem saída das “alternativas infernais” (Stengers, 2015): ou aceitamos os riscos da mineração, ou o resultado é o atraso econômico e civilizatório, lugar destinado aos maus anfitriões da dádiva extrativista. A chantagem ambiental está inserida nesta barganha. Trata-se de naturalizar uma inversão de prioridades: tornar as empresas seguras para o território dá lugar a tornar o território e as coletividades que nele habitam, seguro e dóceis às empresas. O neoextrativismo, nessa ótica míope, também mutila e ceifa as críticas e as resistências organizadas.

É preciso lidar com o desafio de articular novas molduras e reforçar a urgência de se repensar a dependência mineral seja econômica, pelo desenvolvimento como crescimento, seja pelo estilo de vida a partir de uma análoga pulsão cumulativa intoxicada pelo fascínio do consumismo. O que os grupos atingidos de Mariana, vítimas de um dos mais devastadores desastres sociotécnicos brasileiro ligado ao setor mineral, nos mostram? Eles nos confrontam aberta e eloquentemente: dizem “somos um produto amaldiçoado da inviabilidade ambiental do crescimento, do princípio de acumulação, como vocês também em breve o serão, se não forem elaboradas outras rotas”. As memórias de Mariana e a análise das formas como grupos sociais se organizaram para não esquecer-las podem ser chaves para outras formas de existência e justiça.

A poucos dias de concluir este texto, li uma notícia da Cáritas²⁹, reportando por ser Assistência Técnica Independente no território de Mariana, sobre uma reunião realizada para apresentar uma ideia da UNESCO: a de um Museu Território Sensível. A ação visava a valorização da história e a preservação da memória coletiva, bem como a criação de memoriais em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, comunidades com mais de 300 anos. Em certa altura, diz-se da “necessidade de que os projetos não deem protagonismo ao crime, mas que preservem a centenária história das localidades e gerem benefício para a comunidade”. Mas o que realmente me chamou a atenção foi a fala de Anderson Jesus de Paulo, morador de Paracatu de Baixo e representante da CABF. Segundo Anderson, “o

²⁹ Comunidades atingidas defendem memorial que valorize a história e preserve a memória coletiva. Disponível em: <https://mg.caritas.org.br/noticias/comunidades-atingidas-defendem-memorial-que-valorize-a-historia-e-preserve-a-memoria-coletiva>

conceito de eterno atingido nos incomoda, porque a gente tem lutado, feito de tudo para continuar nossa vida. No anseio da comunidade, nós nem perderíamos os nossos territórios, mas foi imposto”. Necessitei refletir a fundo sobre isso. Em meus termos tratava-se do seguinte: como a recusa de ser um “eterno atingido” impactaria minha proposta de utilizar a moldura do trauma cultural para entender o fenômeno que ali se desenrola? Vejo que de um jeito excelente, que me permite enfim, entender que o trauma cultural não serve para glorificar o sofrimento, ou sobre sofrer para sempre. Se, como elaborei, desencadeia energia habilitadoras que demarcam, sinalizam infringências; se for um processo que dá ignição a um faroleiro, indicando algo além de si, então a noção segue extremamente válida.

É preciso exemplos de casos no qual o trauma cultural também não significou uma jaula. Os judeus não se reduzem ao holocausto. Os negros e negras não se reduzem à escravidão. Também os norte-americanos não se limitam a ser compreendidos pela derrota no Vietnã ou ao 11 de setembro. O Brasil tampouco se reduz a sua ditadura política mais recente. São exemplos que exercitam o entendimento de que o trauma cultural diz respeito ao não esquecimento desses rasgos identitários e ao que se pode fazer deles, com eles, a partir e para além deles.

Vejo na recusa (que também é uma denúncia) de Anderson uma oportunidade de, mais uma vez, observar novas formas de revalorizar os territórios e suas ruínas. Incidir ênfase não no crime, mas no que esses lugares eram e o que têm o poder de representar. Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, os primeiros povoados a submergir, são mais do que o rompimento da Samarco. O que não quer dizer que o crime será esquecido, silenciado ou minimizado! Se foram bem sucedidos, o trauma cultural do judeus reforçou fronteiras da dignidade humana; o da escravidão reforçou as fronteiras da liberdade; a derrota no Vietnã e o 11 de setembro reforçaram pactos nacionalistas militares; a noite de 21 anos brasileira reforçou o valor da Democracia. Nesse sentido, o crime da Samarco nos oferece mais uma oportunidade, amarga, talvez, de repensar o valor, o protagonismo o sentido e a importância dos territórios para além da ótica econômica neoclássica que insiste impregnada na atividade extrativista mineral: da vida abundante acima dos minérios.

A memória coletiva do desastre e do processo de luta por reparação abriga elementos valorativos e emocionais de uma comunidade afetiva; revela as justificativas e os vínculos que produzem apego de lugar; revela disputas e aspectos em conflito mais amplos com outros atores. No horizonte, são processos fundamentais na consolidação do evento-desastre como trauma cultural, indicando danos sociais de longa duração, como a desagregação de formas de vida, bem como estratégias de organização de ação coletiva e de resistências. Evidenciam a lógica de devastação, a vastidão daquilo que ela consegue subtrair material e imaterialmente, bem como a maneira pela qual as pessoas se esforçam para seguir vivendo em mundos danificados e precários. Mas nos ajudam, principalmente, a perceber a ressonância de uma energia rebelde, desassossegada, insurgente, impaciente e não-domesticada pelas estratégias corporativas, capaz de questionar a prevalência do poder procedimental das mineradoras, cobrar responsabilidades e exigir direitos. Que é possível lutar contra a invisibilização, o apagamento e o esquecimento. Que a inércia e a impunidade levam a uma falsa terra prometida, pois ela está repleta de ruínas.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Aberto; BRAND, Ulrich. Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018.

ACSELRAD, Henri. Apresentação: De “bota foras” e “zonas de sacrifício” — um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: _____. (org.). Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. p. 07-18.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

ACSELRAD, Henri (org.). Extrativismo e autoritarismo: afinidades e convergências. Rio de Janeiro, Ed. Garamond, 2022.

AGUIAR, Thiago. O solo movediço da globalização: trabalho e extração mineral na Vale S.A. São Paulo: Boitempo, 2022.

ALBRECHT, G. et al. Solastalgia: The distress caused by environmental change. *Australasian Psychiatry*, [s. l.], v. 15, p. S95-S98, 2007.

ALEXANDER, Jeffrey C. Trauma: A social theory. Cambridge: Polity, 2012.

ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la ecología política latinoamericana. In.: ALIMONDA, H (Org). La naturaleza colonizada: ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

AMARAL, M. F.; MOTTA, J. O papel das vítimas nas narrativas jornalísticas sobre o desastre em Mariana. *Lumina*, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 40–58, 2018. DOI: 10.34019/1981-4070.2018.v12.21516. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21516>.

AMARAL, M.; MOTTA, J.; SOUZA, E. Comoção pública e os testemunhos da destruição, da urgência e do sofrimento: De Mariana à Brumadinho. *Revista Eco-Pós*, v. 25, n. 2, 2022, p. 24-47.

AMARAL, Márcia Franz. Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística das catástrofes. *LÍBERO Revista Líbero*, São Paulo, n. 36, p. 43-53, 2015. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/19>. Acesso em: 24 jul. 2025.

AMARAL, Márcia Franz. A representação dos testemunhos no discurso das catástrofes ambientais: de sujeitos sociais a sujeitos discursivos. *Fronteiras - estudos midiáticos*, São Leopoldo, v. 15, n. 3, p. 182-190, set./dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2013.153.04>

ARÁOZ, H. M. Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

ANDRADE, Daniela. Neoliberal extractivism: Brazil in the twenty-first century, *The Journal of Peasant Studies*, 49:4, 793-816, 2022.

ARBOLEDA, Martín. (2019). From Spaces to Circuits of Extraction : Value in Process and the Mine/City Nexus. *Capitalism Nature Socialism*. 31. 1-20. 10.1080/10455752.2019.1656758.

ARTEAGA A, Catalina y UGARTE C, Ana M. Identidades en emergencia: la otra cara de la reconstrucción. El caso de Chaitén. *Magallania* [online]. 2015, vol.43, n.3, pp.107-123. ISSN 0718-2244.

ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS NO ESTADO DA BAHIA (AATR/BA). Estudo e sistematização dos danos morais individuais e coletivos para processo de indenização/reparação dos atingidos e atingidas pela barragem de rejeitos da Samarco (Vale e BHP Billiton) em Mariana-MG. Salvador: AATR/BA, 2018.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial In *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n.11, 2013. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200004&lng=en&nrm=iso.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reta e Augusto Pinheiro. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATISTA JÚNIOR, O. A.; VIEIRA, R. R.; ADAMS, L. I. L. O desastre de Mariana atuação interfederativa para superação dos impactos da maior tragédia da história do Brasil. *Revista da AGU*, v. 16, n. 02, 2017.

BAUMAN, Z. & DONKIS, L. *Cegueira Moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida*. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BELL, Duncan. Introduction: Memory, Trauma and World Politics. In: BELL, Duncan (Ed.). *Memory, Trauma and World Politics: Reflections on the Relationship Between Past and Present*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2006. p. 1-29.

BENJAMIN, W. A infância berlinense. In: BENJAMIN, W. *A rua de mão única*. Obras Escolhidas, V. II, São Paulo: Brasiliense. 1987.

BENJAMIN, W. “As Teses sobre o Conceito de História”. In: *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ªed. Vol. 1 1994.

BENSON, P., & Kirsch, S. "Capitalism and the Politics of Resignation." *Current Anthropology*, vol. 51, no. 4, 2010, pp. 459–86. JSTOR, <https://doi.org/10.1086/653091>.

BERGAMASCHI, A. L., SILVEIRA, B. G. B. da, & ASPERTI, M. C. de A. (2021). Participação do atingido por desastres na formação de teses jurídicas via Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas / Participation of the "affected person" in the formation of legal thesis via the Incident of Resolution of Repeated Demands. *Revista Direito E Práxis*, 12(4), 2419–2459. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/47690>.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BOLTANSKI, L. *Distant Suffering: morality, media and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Ministério Público. Parecer nº03/2016/PGR/SEAP, de 1 de fevereiro de 2016. Análise das alterações imediatas no modo de vida do povo Krenak decorrentes do desastre socioambiental causado pelo rompimento da barragem de rejeitos de mineração do Fundão, operada pela sociedade empresária Samarco Mineração S.A. Brasília, PGR, 2016.

BRINGEL, Breno; SVAMPA, Maristella. Do "Consenso das Commodities" ao "Consenso da Descarbonização". *Nueva Sociedad*, 4 set. 2023. Disponível em: <https://editoraelefante.com.br/do-consenso-das-commodities-ao-consenso-da-descarbonizacao/?srsltid=AfmBOoqWVlhl0hf7ygp0ClhD94-4C3hqLpp6dRsd6SMzUWmdrb5U80N>. Acesso em: 14 jul. 2025.

CALDAS, Graça (org). *Vozes e silenciamentos em Mariana: crime ou desastre ambiental?*. Campinas: BCCL/ UNICAMP, 2018. Disponível em: http://www.labjor.unicamp.br/wpcontent/uploads/2018/04/2a_edicao_digital_vozes_e_silenciamentos_em_Mariana_06042018_LABJOR_09-04.pdf.

CÁRITAS - Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais. *Matriz de danos das pessoas atingidas pela barragem de Fundão em Mariana*. Mariana - MG, 2020.

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MINAS GERAIS. *O que é a matriz de danos da população atingida de Mariana*. Mariana, 2021.

CARVALHO, Dayane Caroline Freitas; DA COSTA, Adriana Monteiro; VIANA, João Herbert Moreira. *Alterações de uso e cobertura da terra na bacia hidrográfica do rio Gualaxo do Norte-MG: 2008 a 2018*. **Caminhos de Geografia**, 2020.

CIMOS - Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público Estadual de Minas Gerais - Nota Técnica Assessoria Técnica Independente e Escolhida pelos Atingidos Empreendimento - Rio / Anglo American. Belo Horizonte, 2017.

CLIFFORD, James. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Editora UFRJ, 1994.

Christopher W. Chagnon, Francesco Durante, Barry K. Gills, Sophia E. Hagolani-Albov, Saana Hokkanen, Sohvi M. J. Kangasluoma, Heidi Konttinen, Markus Kröger, William LaFleur, Ossi Ollinaho & Marketta P. S. Vuola. From extractivism to global extractivism: the evolution of an organizing concept. *The Journal of Peasant Studies*, 49(4), 760–792, 2022. <https://doi.org/10.1080/03066150.2022.2069015>

CUNSOLO, A.; ELLIS, N. R. Ecological grief as a mental health response to climate change-related loss. *Nature Climate Change*, v. 8, p. 275–281, 2018.

DAS, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. Oxford University Press, 1996.

DAWNEY, Leila. Decommissioned places: Ruins, endurance and care at the end of the first nuclear age. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v.45, n. 1, 2019.

DAWNEY, Leila. Locais desativados: ruínas, resistência e cuidado no final da primeira era nuclear. Tradução de Natanael Alencar e Aécio Amaral. *Ponto Urbe [Online]*, 30, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.12573>

DE LA CADENA, M. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, p. 95-117, 2018.

DENEULT, Alain. As empresas multinacionais: um novo poder soberano inscrito na ordem das coisas. In: *Extratativismo e autoritarismo: afinidades e convergências*. Rio de Janeiro, Ed. Garamond, 2022.

FAVRET-SAADA, Jeanne. 2005. "Ser Afetado". *Cadernos de Campo*, ano 14, n. 13. Trad. Paula Siqueira. São Paulo: USP. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263>.

FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente. Inventário Estadual de Barragens do Estado de Minas Gerais - 2014. Disponível em: http://www.feam.br/images/stories/2015/DECLARACOES_AMBIENTAIS/GESTAO_D E_BARRAGENS/correo_inventrio%20de%20barragens_2014_final.pdf.

FERREIRA, Luciana Tasse. "Você fica sem saber que justiça é essa, a lei é para todos ou pras grandes empresas não tem lei?": as narrativas ribeirinhas sobre a administração do "Caso Samarco" e a gestão do desastre em Tumiritinga - MG e em

Galileia - MG. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito) - Universidade Federal Fluminense - UFF. Niterói, 306p, 2022

FGV — Fundação Getulio Vargas. *Análise das Matrizes de Danos no Contexto da Reparação do Desastre do Rio Doce* / Fundação Getulio Vargas. – Rio de Janeiro; São Paulo : FGV, 2019.

FGV. Perfil dos atingidos. Projeto Rio Doce. Fundação Getulio Vargas. Disponível em: <https://projektoriodoce.fgv.br/perfil-dos-atingidos>. Acesso em: 19 set. 2025.

Força Tarefa, G. da F. (2016). Relatório: Avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da barragem de fundão em Mariana-MG.

FOSTER, J. B. (1999). Marx's Theory of Metabolic Rift: Classical Foundations for Environmental Sociology. *American Journal of Sociology*, 105(2), 366–405.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Galeno de. Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GESTA/UFMG. Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais. *Parecer sobre o Cadastro Integrado do Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI) elaborado pelas empresas Samarco e Synergia Consultoria Ambiental* Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/noticias/parecer-sobre-o-cadastro-integrado-do-programa-de-levantamento-e-cadastro-dos-impactados-plci-elaborado-pelas-empresas-samarco-e-synergia-consultoria-ambiental>

GIFFONI PINTO, Raquel. *Conflitos ambientais, corporações e as políticas do risco*. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

GOMES BARBOSA, Karina; CARVALHO, André Luís. Lugar e tempo: Bento Rodrigues no Lampião. *Intexto*, Porto Alegre, n. 50, p. 303–325, 2020. DOI: 10.19132/1807-8583202050.303-325.

GUALAXO VIVO. Apresentação – Sonoridades do Gualaxo do Norte na História. Mariana (MG): Gualaxo Vivo, [s. d.]. Disponível em: <https://gualaxovivo.com.br/index.php/apresentacao-sonoridades-do-gualaxo-do-norte-na-historia/>. Acesso em: 19 set. 2025.

GUDYNAS, Eduardo. *Direitos da Natureza. Ética biocêntrica e políticas ambientais*. Tradução Igor Ojeda. São Paulo: Elefante. 2019.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HEAD, L. *Hope and Grief in the Anthropocene: Re-conceptualising human–nature relations*. 1. ed. Londres: Routledge, 2016.

HENRIQUES DIAS, Thaís. O direito como campo de conflito no caso do crime da Samarco/Vale/BHP: disputas e contradições em seu processo de reparação. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, Pré-publicação, p. 1-24, 2022.

HEWITT, K. The idea of calamity in a technocratic age, in Hewitt, K. (Ed), *Interpretations of calamity*, Allen and Unwin, Boston, pp. 3–32, 1983.

IGAM (Instituto Mineiro de Gestão das Águas). Qualidade da água em Minas Gerais. **IGAM**, 15 mar. 2010. Disponível em: <https://igam.mg.gov.br/w/projetos-aprovados-2010>. Acesso em: 19 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). Laudo Técnico Preliminar: Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais. Brasília, DF, 2015.

KEUCHEYAN, Razmig. Racismo Ambiental (Trad. Nancy Meneghini). In: *La nature est un champ de bataille: essai d'écologie politique*. Paris: La Découverte, 2014.

KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. (Org.). *Social suffering*. Berkeley: University of California Press, 1997.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994

LEÃO, Suiane; SANTIAGO, Alvany. (2022). Cenário das barragens de rejeito: conhecer para evitar novas catástrofes. *Ambiente & Sociedade*. 25. 10.1590/1809-4422asoc20210066r1vu2022l2ao.

LESUTIS, G. *The Politics of Precarity: Spaces of Extractivism, Violence, and Suffering* (1st ed.). Routledge, 2021

LORIMER, H. (2003). Telling small stories: Spaces of knowledge and the practice of geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 28, 197–217. <https://doi.org/10.1111/1475-5661.00087>

LOSEKANN, C. “Não foi acidente!” - O lugar das emoções na mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil. In: Andréa Zhouri (Org.); R. Oliveira et al. (2018). *Mineração: violências e resistências [livro eletrônico]: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Marabá, PA : Editorial iGuana; ABA, 2018.

MAIA, Laís Jabace; ZANARDI, Paula Pflüger (org.). *Museu Virtual: Mariana território atingido*. Mariana, MG: Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, 2022. E-book (61p.)

Disponível

em:

<https://mg.caritas.org.br/storage/arquivo-de-biblioteca/May2022/L1MZsdTKIwmF81CkbJeS.pdf>

MANSUR, M. S. et al.. Capítulo 1: Antes fosse mais leve a carga: introdução aos argumentos e recomendações referente aos desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. In ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles (orgs.). Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. Marabá, PA: Editorial iGuana, 2016, pp. 17-50.

MARCHEZINI, V. As ciências sociais nos desastres: um campo de pesquisa em construção. BIB — Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais, (83), 43–72, 2017.

MARTINEZ ALIER, Joan. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Tradutor: Maurício Waldman. 2 Edição. São Paulo, editora Contexto, 2018.

MARTINS, Rodrigo Constante; FELICIDADE, N. Limitações da abordagem neoclássica como suporte teórico para a gestão de recursos hídricos no Brasil. FELICIDADE, N.; MARTINS, RCM; LEME, AA Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: velhos e novos desafios para a cidadania, v. 2, p. 17-37, 2001.

MENEGAT, Marildo. Depois do fim do mundo: a crise da crise da modernidade e a barbárie. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2003.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. Relatório de Análise de Acidente: Rompimento da Barragem de Rejeitos Fundão em Mariana - MG. Brasília, DF, 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). Ação Civil Pública Samarco. Belo Horizonte. 2016. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-samarco>.

MOELLER, S. Compassion fatigue: how the media sell disease, famine, war and death. New York: Routledge, 2002.

MOTTA, Juliana; AMARAL, Márcia Franz. As primeiras 24 horas: como o jornalismo aciona testemunhos para cobrir tragédias. Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 177-192, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/95078>.

MUMFORD, L . Technics and civilization. New York: Harcourt, Brace. 1934.

NADER, Laura. Harmonia coercitiva: a economia política dos modelos jurídicos. Revista brasileira de ciências sociais. Revista brasileira de ciências sociais. São Paulo: 1994, nº 26.

OLIVEIRA, Thomaz Alvisi de; LOBATO, Rodrigo Batista; FELIPPE, Miguel Fernandes. O rompimento da Barragem I da mina do Córrego do Feijão: alterações na paisagem da bacia hidrográfica do ribeirão Ferro-Carvão, município de Brumadinho, Minas Gerais - Brasil. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 1, p. 208, 2021. DOI: 10.5752/P.2318-2962.2021v31nesp1p208. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/geografia/article/view/2554>

PADUA, José Augusto. Brazil in the History of the Anthropocene. In: Liz-Rejane Issberner; Philippe Léna, Orgs., *Brazil in the Anthropocene*. 1ed. Londres: Routledge, 2017, p. 19-40.

PASCOAL, W.V.; ZHOURI, A. Os Krenak e o desastre da mineração no Rio Doce. *Ambientes: Revista de Geografia e Ecologia Política*, v.3, n.2, 2021, p. 360-394. <https://doi.org/10.48075/amb.v3i2.28271>.

PEREIRA, Dulce Maria (org). *PERDAS ECOSSISTÊMICAS: Barra Longa atingida pela ruptura da barragem de Fundão da SAMARCO/VALE/BHP BILLITON*. Ouro Preto: Gráfica da UFOP, 2020. 2 v.

PESCHEL, Lisa. “Structures of Feeling” as Methodology and the Re-emergence of Holocaust Survivor Testimony in 1960s Czechoslovakia. *Journal of Dramatic Theory and Criticism*, vol. 26 no. 2, p. 161-172, 2012.

PINHEIRO, Tarcísio Márcio Magalhães; POLIGNANO, Marcus Vinícius; GOULART, Eugênio Marcos Andrade; PROCÓPIO, José de Castro (org.). *Mar de lama da Samarco na bacia do Rio Doce: em busca de respostas*. Belo Horizonte: OAT, 2019.

PIRES CARDOSO, J., & CONSTANTE MARTINS, R. (2020). Justificação e experiência na trajetória dos atingidos pela Barragem de Jaguara-SP. *Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas*, 40(2), 301–324.

POLLAK, M.; HEINICH, N. “Le témoignage”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 62/63, p. 13, 1986.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n.10,1992,p.200-215.

POOL, Heather. The politics of mourning: the Triangle Fire and political belonging. *Polity*, v. 44, n. 2, p. 182–211, 2012.

QUIJANO, Anibal (2005), “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, E. (org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO. Buenos Aires.

RÍOS, Francisco Thier. Antropología del territorio. Polis, Revista de la Universidad Bolivariana, Volumen 11, Nº 32, 2012, p. 493-510.

ROHLAND, Eleonora et al. Woven Together: Attachment to Place in the Aftermath of Disaster, Perspectives from Four Continents. In: CAVE, Mark; SLOAN, Stephen M. (org.). Listening on the Edge: Oral History in the Aftermath of Crisis. New York: Oxford University Press, 2014. p. 183-206.

ROSENTHAL, Gabriele. História de vida vivenciada e história de vida narrada: A interrelação entre experiência, recordar e narrar. In: Civitas Porto Alegre v. 14, n. 2 p. 227-249 maio-ago. 2014.

SALINAS, Natasha Schmitt Caccia. Samarco case: legal, economic and social implications of the greatest environmental disaster in Brazil. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2016. (Teaching Case Study).

SÁNCHEZ, Luis Enrique et al. Os impactos do rompimento da Barragem de Fundão: o caminho para uma mitigação sustentável e resiliente. Relatório Temático nº 1 do Painel do Rio Doce. Gland, Suíça: UICN, 2018.

SANTOS, Natanael de Alencar. O desastre de Mariana através do Jornal A Sirene. AURORA (PUCSP. ONLINE), v. 15, p. 50-76, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/59736>.

SANTOS, R. S. P., MILANEZ, B. A construção do desastre e a “privatização” da regulação mineral: reflexões a partir do caso do Rio Doce. In A. Zhouri (Org.), Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil (pp. 111–154). Marabá, PA: Editorial Iguana, 2018.

SASSEN, Saskia. Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. Tradução de Angélica Freitas. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SCRIBANO, Adrian. “Amor y acción colectiva: una mirada desde las prácticas intersticiales en Argentina”. *Aposta. Revista de Ciencias Sociales*, 74, 241-280, 2017.

SCRIBANO, Adrian. Introduction: Politics of Sensibilities, Society 4.0 and Digital Labour. In: LISDERO, Pedro; SCRIBANO, Adrian (eds.). Digital Labour: Society and the Politics of Sensibilities. Palgrave Macmillan, 2019.

SEGATO, Rita. Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda. Tradução: Danielli Jatobá e Danú Gontijo. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. 2021.

SHARMA, Devika e TYGSTRUP, Frederik. Structures of Feeling: Affectivity and the Study of Culture, Berlin, München, Boston: De Gruyter, 2015.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia, v.II, n.1, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091>.

SILVA, Jessica Lorrany de Jesus. "Estamos vivendo a vida das empresas": um estudo sobre as estratégias corporativas mobilizadas pela Fundação Renova em Mariana, MG, Brasil. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e da Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 155 p. 2022.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. Das mãos à memória. IN: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornélia; CAIUBY NOVAES, Sylvia (orgs.). O imaginário e o poético nas ciências sociais. Bauru, SP, Edusc, 2005. p. 295-315.

SILVA, Telma Camargo. Silêncios da dor: enfoque geracional e agência no caso do desastre radioativo de Goiânia, Brasil. Iberoamericana: Nordic Journal of Latin America and Caribbean Studies, Estocolmo, v. 46, n. 1, p. 17-29, 2017.

STENGERS, Isabelle. 2015. No tempo das catástrofes. São Paulo: Cosac e Naify.

SVAMPA, Maristela. As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Tradução de Ligia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

SYNERGIA. Programa de levantamento e de cadastramento dos impactados (2016). Revisão 01. Julho de 2016.

TEIXEIRA, Raquel Oliveira Santos. Devir do desastre no rio Doce: tempografia da violência no laboratório político da reparação. In: ZUCARELLI, Marcos Cristiano; OLIVEIRA, Raquel; ZHOURI, Andréa (org.). O desastre no rio Doce e a política das afetações. Montes Claros, MG: Editora Unimontes, 2024. p. 19–38.

THOMPSON, Edward P. La sociedad inglesa del siglo xviii: lucha de clases sin clases” In: Tradición, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona. Editora critica, 1984.

VAINER, Carlos Bernardo. 2008. Conceito de "atingido": uma revisão do debate e diretrizes. In ROTHMAN, Franklin Daniel (org.). Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens, 39–63. Viçosa: Editora da UFV.

Valêncio, Norma Felicidade Lopes da Silva. Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa. (Org). Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2009.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. Ciência e Saúde Coletiva (Impresso), v. 19, p. 3631-3644, 2014.

VALENCIO, Norma; VALENCIO, ARTHUR . O assédio em nome do bem: Dos sofrimentos conectados à dor moral coletiva de vítimas de desastres. LUMINA (JUIZ DE FORA), v. 12, p. 19-39, 2018.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. Crises entretecidas por colapso de barragens: da reconexão de espaços às narrativas hesitantes. ESTUDIOS AVANZADOS (EN LÍNEA), v. 31, p. 42-65, 2019.

VIANA, Maurício Boratto. Avaliando Minas: índice de sustentabilidade da mineração (ISM). 2012. Tese de Doutorado. Brasília-DF: Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

WANDERLEY, L. J. W. GONÇALVES, R. J. A. F. Mineração e as escalas dos conflitos no espaço agrário brasileiro. Conflitos no Campo Brasil, v. 1, p. 132-141, 2019.

WANDERLEY, L. J.; GONCALVES, R. J. A. F. ; MILANEZ, B. Pedras de sangue e choro maculam a vertente: algumas percepções de campo no contexto do desastre da mineração sobre o rio Doce. Élisée – Revista de Geografia da UEG, v. 5, p. 30-56, 2016.

WANDERLEY, Luiz Jardim; MANSUR, Maíra; CARDOSO, Phillipe Valente. Atlas do Problema Mineral Brasileiro. Brasil: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, no âmbito do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil, maio 2023.

WILLIAMS, Raymond. Marxismo e literatura. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WILLIAMS, Raymond. The Long Revolution. Harmondsworth, Middlesex: Penguin, 1965.

ZHOURI, A. et al. The Rio Doce mining disaster in Brazil: between policies of reparation and the politics of affectations. Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 1-21, 2017.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. ; ZUCARELLI, M.; VASCONCELOS, M.(2018). O desastre do Rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In: Andréa Zhouri (Org.); R. Oliveira et al. (2018). Mineração: violências e resistências [livro eletrônico]: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá, PA : Editorial iGuana; ABA, 2018.

ZHOURI, A. BOLADOS, P. CASTRO, E.(Orgs). Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais (1a ed.). Coleção Cidadania e Meio Ambiente. São Paulo: Annablume, 2016.

ZONTA, Márcio. e TROCATE, Charles. (Ed.). Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. Marabá: Editorial iGuana, 2016.

ZUCARELLI, M. C. A matemática da gestão e a alma lameada: crítica à mediação em licenciamentos e desastres na mineração. Campina Grande: EDUEPB, 2021.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano; OLIVEIRA, Raquel; ZHOURI, Andréa (org.). O desastre no rio Doce e a política das afetações. Montes Claros, MG: Editora Unimontes, 2024.l